

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Lembranças íntimas de minha avó:  
partos, parteiras e outras histórias  
em Treze de Maio -SC**

**Karen Christine Réchia**

**Florianópolis (SC), julho de 1998.**

**KAREN CHRISTINE RÉCHIA**

**LEMBRANÇAS ÍNTIMAS DE MINHA AVÓ: PARTOS, PARTEIRAS E OUTRAS  
HISTÓRIAS EM TREZE DE MAIO -SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff.

Florianópolis, agosto de 1998.

A Nona Felícia, por ter permitido que suas íntimas lembranças fossem por mim ouvidas, possibilitando a construção desta história.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas devem ser agradecidas. Algumas, pela contribuição a minha formação acadêmica, a qual possibilitou a chegada ao final deste percurso, e outras, pela contribuição a minha formação cultural, base desta minha caminhada por este mundo.

Por isso, as primeiras pessoas a quem agradeço são da minha família. Ao longo desta pesquisa, dei visibilidade e analisei muitos “fazeres” culturais em Treze de Maio. Assim, rememorei muitos acontecimentos da minha infância, e percebi o quanto aquela cultura estava em mim fortemente marcada. Deste modo, uma parte do meu aprendizado estava ali, naquele passado “revisitado” por nós, eu e minhas entrevistadas.

Neste sentido, por exemplo, as longas férias de minha infância passadas na casa da “nona” adquiriram um significado especial. Acordávamos antes do sol nascer e acendia-se o fogão a lenha. Algumas vezes me era permitido buscar as vacas no pasto para proceder ao ritual da ordenha. Muitas vezes em vão, a tia Marina ou a Tata, pacientemente me ensinavam esta difícil arte e me parabenizavam por uns poucos esguichos bem sucedidos. Depois lavávamos roupa num grande tanque, varriamos o terreiro, preparávamos a comida, esfregávamos o chão da cozinha. O dia obedecia a uma sucessão de tarefas que poderá ser acompanhada pelo leitor ao longo deste trabalho. Dessa forma, imersa naquelas atividades cotidianas, fui aprendendo a “ser mulher”, naquela comunidade. A noite, após o jantar, dedicávamo-nos ao crochês das toalhas, aos bordados, às pinturas em tela e, quando faltava luz, o que era freqüente, reuníamo-nos, homens, mulheres e crianças, ao redor do fogão, para ouvir histórias de fundo moral ou sobrenatural, acontecidas em locais e com pessoas conhecidas. Muitas vezes eu ficava com a “nona”, ajoelhada ao pé da cama, queimando “ramo bento” e pedindo a Santa Bárbara o fim da tempestade. Me lembro bem dos dias

em que se carneavam porcos, do trabalho que cabia às mulheres, e do quanto este acontecimento reunia a família e a vizinhança. Da apanha do café, da capinação da roça, da produção de “mistura” no sábado a tarde, para as visitas que aconteciam no domingo, das novenas nas casas dos vizinhos.

Por este aprendizado cultural e tudo o que ele legou de positivo, agradeço a tia Marina, a Tata, a “nona” Felícia, a “nona” Lale, a tia Neiva (a esta também pelo incentivo constante e por compartilhar as penas e as recompensas da docência em História), a tia Ivonete por ter me acolhido, para a continuidade de meus estudos em Tubarão, a tia Jaque e a tia Góia, por terem “dividido” o seu espaço comigo em Florianópolis e também pelo respeito e incentivo que sempre me dedicaram. À prima Chico, pelas tardes de tricô e chazinhos, nesta mesma cidade. Espero assim, também estar agradecendo às minhas entrevistadas, Anita, Amábile, Felícia, Irma, Robertina, Idalina, Maria Ana e Verônica, por terem me possibilitado esta (re) significação do meu passado e lançarem uma nova luz na compreensão da minha trajetória.

Ao meu pai, que mais do que o apoio financeiro, foi sempre um exemplo de honestidade e trabalho. Eu sei que através do empenho que demonstrou pela minha pesquisa, me levando aos lugares, me auxiliando em nomes, locais e datas, você estava exprimindo o seu amor. Pai, sei que sua vida foi difícil, e que palavras de carinho convencionais não são o seu forte, mas eu sempre as encontrarei travestidas em outras palavras, gestos e ações. Eu amo você e lhe sou muito grata.

Para a minha mãe, penso ser impossível encontrar os vocábulos adequados. Você é responsável pela minha paixão, por esta intensidade com a qual me lanço aos desafios. Há muito tempo eu descobri que eu a amo e a admiro, não pelo fato de ser minha mãe, mas porque em seu sorriso largo, a vida transborda em abundância. Por ter sempre apostado em meus projetos, e por saber da importância deste, em especial, você me acompanhou até o fim, sem medo. Você é a

pessoa mais linda que eu já conheci, e é pela oportunidade de tê-la ao meu lado, que eu agradeço infinitamente.

À minha irmã Alessandra, não só pelas horas dedicadas ao computador, mas por ter suportado os livros espalhados pela casa, às crises e os mau-humores freqüentes, aos “caos” por mim instaurado nestes últimos meses, no nosso pequeno apartamento. Mas sou grata principalmente, pelo esforço em tentar superar nossas diferenças, e por ter compreendido e me apoiado, à sua maneira, os meus momentos difíceis. E também pela oportunidade em discutir seus projetos artísticos, verdadeiros momentos de lazer e criação. Valeu Monka!

Ao falar de nosso pequeno apartamento, o espaço no qual se materializou esta dissertação, agradeço a minha outra “irmã”, Ana Maria, a Bã. Esta não é minha irmã de sangue, mas nem precisaria. Nos conhecemos no jardim de infância ou, como ela gosta de lembrar, quando sua mãe foi visitar a minha, na ocasião do meu nascimento, com ela ao colo. Passamos a infância trocando desenhos, na adolescência, confidências e “descobertas”, na faculdade, viagens e discussões estudantis e hoje, os nossos passos profissionais. Não sei o que seremos ou faremos amanhã, mas tenho certeza que sempre teremos coisas a trocar. Por ter “salvado” minha vida várias vezes, lhe devo gratidão eterna. Por ter sido aliada incondicional, o meu carinho. Por ter sempre uma palavra amiga e uma “sopinha”, para amenizar meu sofrimento e realçar minhas alegrias, o meu amor.

Ainda no espaço da “casa”, agradeço aos habitantes e “flutuantes” do platô 500: “tio Élvio, Arselle, Guilherme, Filipi, “tio” Rê. Pelos momentos alegres e chorosos, pelos carteados, pelas brincadeiras e festinhas, pelo companheirismo compartilhado.

No espaço acadêmico, outros agradecimentos devem ser feitos. Primeiramente ao financiamento do CNPQ, que muito me auxiliou neste projeto. Gostaria de ressaltar, dessa forma, a importância de um ensino público e gratuito, sem o qual, talvez, eu não estivesse atingindo esta meta.

Ao programa de Pós-graduação em História e aos seus funcionários e ex-funcionários, como o Gilson, o Murilo e o Jorge, a famosa trilogia “Guerra nas Estrelas”, que marcou de forma acolhedora a minha passagem por este curso.

Costuma-se dizer, que toda dissertação pode ser comparada a um “parto”. Talvez no meu caso, este “dito popular” acadêmico seja ainda mais condizente. Seguindo esta analogia, gostaria de agradecer à Profa. Joana Maria Pedro, por ter me incentivado à gravidez deste tema, já na graduação; à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores, por ter acompanhado a minha gestação e a Profa. Cristina Scheibe Wolff, responsável pelo trabalho final de parto, posicionando-se como uma parteira firme, mas paciente e carinhosa, conhecedora de manobras e “rezas” úteis para “trazer à vida” este trabalho.

Às minhas amigas do Mestrado, algumas já da graduação, como a Míriam, a Luciene, a Josiane, a Bia, a Lucy, a Arselle, com as quais me “diverti” muito (parafrazeando a Míriam), e as quais torceram para que este momento acontecesse.

Em especial à Arselle, pela preocupação e acompanhamento constantes, apesar da distância que nos separa. Também pela “pousada” imprescindível em sua casa, num certo verão escaldante em Joinville, regado a chimarrão e muita hospitalidade.

Da mesma maneira em especial à Lucy, por comungar do mesmo substrato cultural, e pela amizade que nos une desde a graduação. Por conseguirmos gostar ao mesmo tempo de “enxovais” e Racionais”, adoro você.

Enfim, penso terem sido necessários todos esses agradecimentos. Às pessoas que tiveram sua importância, mas que aqui não estiveram presentes, peço desculpas. Afinal, a memória nos prega peças, e o que não é recordado, não necessariamente está esquecido. A todos, meu muito obrigada.

*Quando uma dessas vovozinhas me exhibe umas fotografias coloridas e ainda por cima vai apontando e explicando: este aqui é o meu último netinho, o outro é o mais velhinho, a do meio, seu Mário, é a que está sentada na areia, ah vocês nem acreditariam, mas essa é a única chateação que eu suporto com gosto.*

Mário Quintana



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	_____	
<b>_2</b>		
<b>INTRODUÇÃO</b>	_____	<b>3</b>
<b>“Espalhando brasas”: reminiscências femininas que reinventam o cotidiano de uma aldeia</b>	_____	<b>26</b>
<b>Das Senhoras dos “repolhos” e das “roças”: ou como nasciam os bebês</b>		<b>66</b>
<i>A Gravidez</i>	_____	<b>69</b>
<i>O Parto</i>	_____	<b>75</b>
<i>Placenta</i>	_____	<b>85</b>
<i>Bebês</i>	_____	<b>87</b>
<i>Resguardo</i>	_____	<b>91</b>
<i>Maridos</i>	_____	<b>100</b>
<i>As parteiras</i>	_____	<b>103</b>
<b>Do Espaço da Casa para o Espaço do Hospital: ou a Substituição de uma “Prática” Cultural por um “Conhecimento” Médico-Científico</b>	_____	<b>112</b>
<b>“Conselhos” finais: ou o último encontro entre o narrador e o ouvinte</b>	_____	
<b>144</b>		
<b>FONTES UTILIZADAS</b>	_____	<b>154</b>
<i>FONTES ORAIS</i>	_____	<b>154</b>
<i>DEPOIMENTOS NÃO GRAVADOS</i>	_____	<b>154</b>
<i>FONTES IMPRESSAS</i>	_____	<b>155</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	_____	<b>155</b>

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E RESUMO

RÉCHIA, Karen Christine. **Lembranças íntimas de minha avó:** partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio- SC. Florianópolis, 1998. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Defesa: 22/07/1998

Este trabalho tem por objetivo dar visibilidade à prática cultural das [parteiras], através da [memória feminina], entre os anos 1930 e 1960, no município Treze de Maio (SC), bem como analisar a substituição desta prática cultural, por um [conhecimento médico-científico].

# INTRODUÇÃO

A mãe da Branca de Neve costura, e, do lado de fora, a neve cai. Quanto maior o silêncio, tanto mais honrada a mais silenciosa das atividades domésticas. Quanto mais cedo escurecia, tanto mais freqüente pedíamos as tesouras. Então ficávamos, nós também, horas seguindo com o olhar a agulha, da qual pendia indolente um grosso fio da lã. Pois sem dizê-lo, cada um de nós tomara de suas coisas que pudessem ser forradas - pratos de papel, limpa-penas, capas - e nelas alinhavávamos flores segundo o desenho. E à medida que o papel abria caminho à agulha com um leve estalo, eu cedia à tentação de me apaixonar pelo reticulado do avesso que ia ficando mais confuso a cada ponto dado, com o qual, no direito, me aproximava da meta.<sup>1</sup>

Dar à luz, ou seja, parir, sempre foi uma tarefa essencialmente feminina, dada por uma condição biológica ligada a mulher. Mas, em diferentes períodos históricos e culturas, o parto quase sempre esteve relacionado a uma outra personagem além da parturiente, aquela que “traz ao mundo”. Podemos afirmar, também, que esta personagem sempre foi uma mulher, pelo menos até as práticas obstétricas serem incorporadas pela medicina. Parteiras, aparadeiras, curiosas, comadres e matronas, são denominações desta personagem, ligadas a diferentes momentos históricos e culturas, bem como os seus saberes e suas práticas.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo central dar visibilidade e historicidade à prática cultural das parteiras, entre os anos de 1930 e 1960, no município de Treze de Maio, ao sul do estado de Santa Catarina, bem como a sua extinção ou periferização, observada através da recorrência cada vez mais freqüente das parturientes ao hospital. Esta pesquisa foi gerada a partir de um questionamento pessoal, que se não estivesse embutido no olhar de uma historiadora, talvez passasse despercebido.

Assim, numa tarde longa, de um verão escaldante, após a sesta, proporcionei-me o prazer de ouvir aquelas histórias de “antigamente”, narradas pela minha avó. E saíram de lá, do seu “baú de

guardados”, aquelas histórias sobre parteiras. Grande foi o meu espanto e muito maior o meu interesse, ao saber que naquela cidadezinha em que nasci, houve um tempo em que as mulheres tinham os seus filhos em casa e as parteiras eram indispensáveis neste momento de dar continuidade à vida. A partir daí, muitas questões foram levantadas. Eu queria saber como se dava esta prática, quem eram estas mulheres, que papel elas representavam e porque pertenciam a um passado distante. Tive, então, que procurar outros baús e mapear esta temática num espectro mais amplo. Encontrei-a inserida numa produção feminista que versa sobre corpo e saúde, contextualizada, sobretudo, a partir da época medieval.

Assim, o trabalho de Enrenreich e English mostrou-se como uma primeira referência, ao situar o embate entre mulheres curadoras e profissionais médicos, anteriormente ao desenvolvimento da ciência moderna. Segundo as autoras, à época dos tribunais inquisitoriais na Europa (séc. XIV ao XVII), 85% das pessoas condenadas à fogueira eram mulheres e destas, a maioria eram curadoras. Um dos principais delitos dos quais eram acusadas, era o de possuírem “*poderes mágicos sobre a saúde, que podiam provocar o mal, porém também que tinham a capacidade de curar. Amiúde as acusavam especificamente de possuir conhecimentos médicos e ginecológicos.*”<sup>2</sup> Estas autoras atribuem à igreja um papel fundamental na construção e afirmação do papel médico masculino e na desqualificação do saber médico feminino. A associação entre a bruxa e a parteira e a hostilidade a esta última é claramente ilustrada nesta passagem dos inquisidores Kramer e Sprenger: “*Não há quem mais malefícios causem à Fé Católica do que as parteiras.*”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: rua de mão única*. V. 2, 2ª.ed. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1ª.ed.). p. 129.

<sup>2</sup> Ehrenreich, Barbara; English, Deirdre. *Brujas, comadronas y enfermeras - história de las sanadoras. Cuadernos inacabados*. Trad. para o espanhol: Mireia Bofill e Paola Lingua. Barcelona, laSal ediciones de les dones, p. 3-86, 1984. P. 13. Tradução livre.

<sup>3</sup> KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. 5ª. ed. Trad.: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p. 156.

De acordo com as autoras, este exercício de poder por parte da classe camponesa, aterrorizava a Igreja e o Estado. A formação médica universitária então, relativa aos homens pertencentes as classes mais altas, era controlada pela Igreja. Por intermédio deste entrelaçamento com a Igreja e também com o Estado, os médicos alcançaram um monopólio da prática da medicina nas classes superiores já no século XIV e eram consultados como “experts” nos processos de bruxaria. Porém, o que me interessa especialmente é o fato da prática obstétrica continuar sendo um espaço das parteiras, pelo menos até os séculos XVII e XVIII, quando os profissionais médicos passam a apregoar o uso do fórceps como superioridade técnica. Sendo considerado um instrumento cirúrgico, e posto que as mulheres eram proibidas por lei de praticar a cirurgia, vemos aqui um exemplo nítido dos dispositivos legais acionados em favor da intervenção médica.

Demonstrando que houveram resistências, Ehrenreich e English ressaltam que as parteiras na Inglaterra, por exemplo, levantaram a voz contra estes profissionais e também contra o abuso do fórceps mas, já sob o estigma do descrédito e da perversidade resultante da caça às bruxas, tornou-se fácil silenciá-las, *“acusando-as de serem ignorantes ‘curandeiras’ aferradas as superstições do passado.”*<sup>4</sup> As autoras prosseguem no texto, tendo como fio condutor a exclusão das práticas curadoras femininas e apontando como único papel reservado às mulheres nos quadros da medicina, o de enfermeiras.

Mesmo não havendo muitos escritos sobre as parteiras “práticas” em específico, as discussões que englobam as práticas curativas, a medicina popular, o corpo feminino, a reprodução, nas quais podemos inserir a atividade das parteiras, as (os) autoras (es) apontam para a medicina, entre outras coisas, enquanto provedora de discursos que desqualificam estas maneiras/modos de agir.

Encontramos, neste caminho, na obra de Simon Schama sobre a cultura holandesa nos séculos XVII e XVIII, o diário de uma parteira holandesa aonde, além da descrição de seus procedimentos, o autor observa a má reputação destas mulheres, apregoada pelos médicos.<sup>5</sup> Apesar de tratar-se de culturas diferentes, tornou-se importante para a presente pesquisa a identificação do personagem ao qual se atribui a desqualificação desta atividade feminina.

No Brasil, as publicações nesta área do mesmo modo versam sobre a desautorização de certas práticas populares e outros elementos que compõem este quadro. Neste sentido, encontro na obra de Jurandir Freire Costa, “Ordem médica e norma familiar” a assertiva de que, no Brasil, “*até o século XIX, a figura social do médico era relativamente desprestigiada.*”<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, segundo o autor, neste mesmo século houve um esforço dos médicos, no sentido de combater os curandeiros, os homeopatas e as parteiras.

Costa afirma que com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, vai houve uma “reeuropeização” da sociedade brasileira, nos ditames do modelo francês. Neste processo, desencadearam-se vários movimentos de mudança, de adequação a uma nova ordem e, entre eles, o movimento higienista. A higienização possuía, como alvo, as cidades e também as famílias de elite, no espaço da casa e, “*neste sentido uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família.*”<sup>7</sup>

A figura do médico de família passava a se fazer presente, desta forma, na identificação da família urbana moderna nos grandes centros, a partir do século XIX. Nesta mudança, os conhecimentos femininos das mulheres de elite do período colonial foram, paulatinamente, sendo

---

<sup>4</sup> EHRENREICH, B. e ENGLISH, D., op. cit., p. 18.

<sup>5</sup> SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 507-534.

<sup>6</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 74.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 77.

desqualificados. Dessa forma Costa nos faz perceber uma espécie de movimento de “cima para baixo”, no tocante a atuação dos profissionais médicos nesta área.

Também sobre este universo da mulher luso-colonial brasileira, o trabalho de Mary del Priore<sup>8</sup>, fruto de intensa pesquisa arquivística, capta, nas entrelinhas destes documentos, o papel social impingido às mulheres calcado na sua condição biológica. A autora evidencia a construção da “santa-mãezinha”, a introjeção de valores relacionados à maternidade e ao casamento prescritos pela Igreja, o Estado e a medicina, concluindo que a própria maternidade acaba se tornando um espaço de revanche feminino, pois através da autoridade que lhes era conferida, “*elas costuravam as características do seu gênero, amarrando práticas culturais e representações simbólicas em torno da maternidade, do parto, do corpo feminino e do cuidado com os filhos.*”<sup>9</sup> A importância desta obra para a temática em questão, consiste justamente na percepção das representações acima citadas, pertencentes a esta prática cultural.

Em realidade, no Brasil, a produção de um saber sobre o corpo e a fisiologia da mulher, sob a ótica masculina, é inaugurado com a inclusão da “Arte Obstétrica” como disciplina das recém criadas escolas de medicina e cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro, no século XIX, por um edital de D. João VI, como nos afirma Anayansi Correa Brenes, em “História da parturição no Brasil, século XIX”<sup>10</sup>. Neste artigo, Brenes ressalta a tentativa dos profissionais médicos de adentrar no espaço das “aparadeiras e curiosas”, agregando-se ao Estado no que dizia respeito ao enquadramento criminal para as práticas abortivas, por exemplo. Dessa maneira, este artigo mostrou-se relevante para se pensar o desenvolvimento e a organicidade deste saber médico.

---

<sup>8</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Ednub, 1993.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>10</sup> BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 1991.

É nesta atmosfera que inaugura-se, igualmente, o curso de partos nas duas Faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832. Sobre este último nos fala Maria Lúcia de Barros Mott, evidenciando a primeira parteira diplomada, a francesa Mme. Durocher<sup>11</sup>. Sua problemática central consiste em mostrar a vida de uma mulher que rompeu com os papéis normativos, ao ultrapassar os limites de uma profissão dita masculina. Outrossim, a minha preocupação está centrada numa prática apreendida nos meandros de uma cultura, o que não era o caso de Mme. Durocher, que não possuía este ofício, mas que veio a aprendê-lo com os médicos da época, engajando-se, possivelmente, na cruzada médica contra as “aparadeiras”. Este aspecto fica mais claro num outro artigo de Mott, “A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico”<sup>12</sup>, em que a preocupação da autora está em identificar os elementos que contribuíram para a imagem negativa das parteiras “ignorantes”, no séc. XIX.. Assim pode-se entender o papel da parteira dentro do hospital, a dita “diplomada”, presente no terceiro capítulo desta dissertação.

Ao dar visibilidade a prática das parteiras, que de uma forma geral é comum a todas as culturas e períodos históricos, como define Sheila Kitzinger, em seu “Mães - um estudo antropológico da maternidade”<sup>13</sup>, procurei não perder de vista a especificidade desta cultura, deste locus escolhido, deste recorte temporal, como também da definição dos papéis femininos circunscritos a este espaço, apontando ao final, as modificações que podem ter decretado o abandono desta atividade, por parte dessas mulheres. Modificações estas, relacionadas principalmente a abrangência e triunfo de um discurso médico-científico aliado à instituição hospitalar.

Neste viés, tive que procurar outros baús e para além do que a literatura me dizia a respeito, me embrenhei neste universo especificamente feminino, através das lembranças destas pessoas.

---

<sup>11</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, n.1, p. 101-116, 1º. sem. 1994.

<sup>12</sup> MOTT, M. L. de B. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico. (mimeo).



Mas antes de enveredarmos por este caminho, convém lembrar que a historiografia local não contempla este tema. Os escritos são, em sua maioria, sobre a imigração e seus aspectos políticos, sociais e econômicos e, quando avançam este período, carregam consigo os mesmos tópicos generalizantes. Há alguns trabalhos no campo da memória, mais comumente autobiográficos, mas que são invariavelmente enunciados por vozes masculinas, o que relega a segundo plano ou a nenhum, a experiência feminina no que diz respeito à maternidade, à parturição ou, a sua contribuição como um todo, na construção desta cultura.

No interior desta diversidade, temos, por exemplo, o livro do Pde. Luigi Marzano<sup>14</sup>, do início do século, que acompanhou o assentamento dos colonos italianos nas novas terras. O livro enfatiza o caráter trabalhador e religioso destes colonos, fundamental, segundo o autor, para a adaptação ao novo mundo e às precárias condições aqui encontradas.

É um relato muito interessante do ponto de vista do dia-a-dia desses imigrantes, vivenciado por este clérigo, utilizado inclusive em publicações concernentes a história catarinense, juntamente com o livro de memórias do desembargador Vieira Ferreira, sobre as colônias de Azambuja e Urussanga. O desembargador acompanhou o seu pai, engenheiro responsável pela medição dos lotes e assentamentos dos imigrantes nas colônias.<sup>15</sup>

Os referidos livros constituem-se como fontes, sobre os quais reafirmar-se-ão, posteriormente os mitos da “origem”, através de produções lançadas no mercado a partir da década de 80.<sup>16</sup> Pode-se classificar em duas vertentes este rol de publicações quais sejam, as edições

---

<sup>13</sup> KITZINGER, Sheila. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

<sup>14</sup> MARZANO, Pde. Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Trad.: Pde. João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

<sup>15</sup> FERREIRA, Joaquim Vieira. *Azambuja e Urussanga*. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939. Azambuja foi o primeiro núcleo colonial a ser constituído, em 1877 e logo após, Urussanga.

<sup>16</sup> Há uns poucos livros da década de 70, como os de DALL’ALBA, João Lenoir. *Pioneiros nas Terras dos Condes, História de Orleans*. 1971; *O Vale do Braço do Norte*. Orleans: Ed. do Autor, 1973; e ZUMBLICK, Walter. *Este meu Tubarão*. Tubarão, 1974.

comemorativas e/ou histórias dos municípios e os relatos memorialistas. As primeiras são pródigas em datas e listagens de famílias de imigrantes, além de dados quantitativos sobre a produção econômica e outros elementos que denotam o “progresso” da localidade, com o passar do tempo. Dentre elas ressalto o livro do historiador Amádio Vettoretti, sobre a história de Tubarão, em que encontra-se o uso de fontes direcionado à composição de uma história oficial, totalizante, como expressa o subtítulo: “Das origens ao século XX”<sup>17</sup>.

Outro livro que merece ser citado, é o do Mons. Agenor Neves Marques, sobre o Centenário de Urussanga no qual, para além das informações oficiais, transcritas muitas vezes na íntegra, surgem personagens, do passado e do presente, geralmente figuras públicas, que representam o “espírito empreendedor” desta região<sup>18</sup>.

Quase todas as obras trazem o cotidiano a partir de histórias pitorescas, “fatos que merecem ser lembrados” ou, como faz Claudino Biff, nos seus escritos sobre Morro da Fumaça, por meio de entrevistas, saber como se vivia naquela época<sup>19</sup>. “Aquele época” não é definida cronologicamente, o que nos faz tentar precisar, nos depoimentos, que período está sendo recordado.

Talvez os relatos de memorialistas, por não se comprometerem com a veracidade dos fatos descritos, atraíam o leitor, pois possuem como fio condutor, a própria vida daquele que narra. Destaco, dentre estes relatos, o livro de Germano Bez Fontana, por ser o único relativo ao espaço da minha pesquisa, a cidade de Treze de Maio. Possui, em sua dimensão, a mesma preocupação com as origens e com os documentos enquanto fontes de informação, para preencher lacunas naquilo que é lembrado. Mas ao mesmo tempo, e sem essa compreensão, vai dando conta da dinâmica desta

---

<sup>17</sup> VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: Das origens ao século XX*. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

<sup>18</sup> MARQUES, Mons. Agenor Neves. *Imigração Italiana: Edição comemorativa do Centenário de Urussanga*. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978.

<sup>19</sup> BIFF, Claudino. *Morro da Fumaça e sua Divina Humana Comédia*. Tubarão: [s.n.], [19--].

cultura “fundadora”<sup>20</sup>. Garante a perpetuação da origem através da repetição do passado, da listagem de famílias, de como se vivia nas “matas virgens”, todavia, ao se colocar como um descendente “empreendedor” nesta comunidade, nos mostra as reelaborações desta cultura pois, como ele mesmo diz, “*o tempo passa e as coisas mudam*”<sup>21</sup>.

Porém, a obra, como se pretende descritiva, atém-se a acontecimentos relevantes para o autor ou melhor dignos, segundo a sua ótica, de serem transmitidos. Assim, certos aspectos do cotidiano são trazidos à tona, porém outros, constituem-se em coisas “pouco importantes”, ou que não podem ser apreendidas pelo olhar masculino daquele que escreve. Gostaria de ressaltar também, que este tratamento dado ao cotidiano é observado nas obras citadas, que abarcam esta temática.<sup>22</sup>

Por isso chamo a atenção para o pioneiro trabalho de Lucy Cristina Ostetto<sup>23</sup>, intitulado *Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os, Nova Veneza, 1920-1950*, cuja reconstrução do cotidiano desta cidade, próxima a Treze de Maio, apóia-se nos depoimentos de homens e mulheres, numa interlocução, como coloca a autora. A diferença desta obra, em relação as outras reside na apreensão de um cotidiano que implica em permanências, mas também em mobilidade de papéis e em transformações.

A autora teve como problemática, a visibilidade de práticas e valores culturais e suas mudanças ou, ao que ela classifica, inspirando-se em Bourdieu, como habitus familiar que,

---

<sup>20</sup> FONTANA, Germano Bez. *História de minha vida: memórias, imigração e outros fatos*. Florianópolis: Agnus, 1998.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 363.

<sup>22</sup> Para melhor compreender os aspectos destacados nas citadas obras, ver a classificação de WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

<sup>23</sup> OSTETTO, Lucy Cristina. *Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza: 1920-1950*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

*se coloca como uma possibilidade de visualizar práticas que configuraram sua percepção de mundo, revelando-se enquanto um mecanismo aglutinador de preceitos e normas, onde os sujeitos desta história foram construídos e ajudaram a construir.*<sup>24</sup>

Como a própria autora pondera, o habitus familiar é apenas uma “porta de entrada” para esta cultura, que acaba desvelando uma construção social do feminino e do masculino nesta região.

Neste ínterim, a autora utiliza a categoria gênero como um dos suportes na análise deste universo, a qual para mim tornou-se uma auxiliar, no sentido de desvincular a minha temática de uma perspectiva que a aliaria, simplesmente a uma condição feminina, dada pelo sexo biológico:

*Sexo é sexo em qualquer período e lugar, mas o que conta como sexo é tanto determinado como obtido culturalmente. Toda sociedade tem um tipo de sistema de sexo/gênero - um elenco de formas pelas quais o material cru, biológico, relativo às relações sexuais e à procriação é moldado pela intervenção humana e social.*<sup>25</sup>

Da mesma forma, não estou querendo demarcar uma “natureza feminina”, apesar de utilizarme exclusivamente do depoimento destas mulheres. Ao falar do seu cotidiano, do trabalho, das festas, dos partos, da família, elas mesmas vão manifestando uma certa mobilidade, uma certa ambigüidade no discurso que não corresponde ao que comumente seria atribuído àquele sexo, naquela comunidade.

No seio dessas relações, a figura da parteira é investida de uma autoridade, de um reconhecimento, de uma importância, de “poderes”<sup>26</sup>, naquele conjunto de relações sociais.

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>25</sup> RUBIN, Gayle apud PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.2, p. 35-44, 1994. p. 40.

<sup>26</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167.

Em se tratando de relações, um elemento marcante é o da solidariedade, calcada nos laços de vizinhança, mais do que nos de parentesco e reafirmada nos espaços de sociabilidade. É notável quando as mulheres falam das vizinhas que as acudiam em momentos difíceis antes e depois do parto, nos abortos, com as crianças, em problemas econômicos, enfim, no âmbito exclusivamente feminino, ou do funcionamento da casa como um todo.

Não me restrinjo a percepção deste elemento somente nestas circunstâncias, mas na sua totalidade, aonde está implícita a própria sobrevivência, como geradora desta solidariedade. Os espaços de sociabilidade são, portanto, elos fundamentais neste processo de “*sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas.*”<sup>27</sup> Dessa forma, como coloca Natalie Zemon Davis,

*O rito de iniciação de um oficial artesão, uma organização festiva das aldeias, uma reunião informal das mulheres no período pós-parto, uma reunião de homens e mulheres para contar histórias ou uma revolta de rua podem ser ‘lidos’ de maneira tão frutífera como um diário, um tratado político, um sermão ou um conjunto de leis.*<sup>28</sup>

Assim, sob a minha “leitura” atenta de historiadora, as lembranças das depoentes remetem a “relações existentes entre grupos de pessoas e entre tradições culturais.”<sup>29</sup>

Para recriar estas experiências e relações ímpares e não escritas, “fui toda ouvidos” e na oralidade da memória, busquei a autoridade de quem viveu o seu momento, como enfatiza Raphael Samuel: “*Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles*

---

<sup>27</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. p. 9.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 8.

*podem lembrar.*”<sup>30</sup> Mas estas verdades tem que ser chamadas ao presente sob as formas de lembrar, o que não significa necessariamente revivê-las, como explicita Ecléa Bosi, “*mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.*”<sup>31</sup>

É neste trabalho de (re)construção do passado, que vamos perceber como a memória da pessoa está ligada aos grupos de convívio, ou seja, a família, a escola, a igreja, a profissão<sup>32</sup>. Foi impossível durante as entrevistas, indagar e ouvir unicamente sobre o tema da minha pesquisa, pois elas me levaram a visitar territórios que se relacionavam<sup>33</sup> e que, sem os quais, suas falas ficariam desprovidas de significados. Estas experiências demonstram que a vida era vista como um todo, e que portanto, “*a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada.*”<sup>34</sup> Ao mesmo tempo isto me tornou dependente de suas lembranças e lhes conferiu a autoridade de narradoras. A mim coube o papel de ouvinte, atenta aos modos de lembrar, as formas da memória, expressa nas palavras, mas também nos gestos, nas expressões, no tom da voz. O ouvinte, ou o entrevistador, como diz Montenegro, deve ser como “*um parteiro que não conhece a pressa e a impaciência e está disponível a ouvir as histórias do entrevistado com o mesmo cuidado, atenção e respeito, tenham estas significado ou não para a pesquisa em tela*”<sup>35</sup>. Esta significação é dada pelo pesquisador-ouvinte, e no meu caso, mesmo esquecendo de mim mesma, para que mais profundamente se gravasse o que era ouvido<sup>36</sup> não deixei que se olvidasse a minha preocupação inicial, que era tirá-las do esquecimento, de uma história que marginaliza o depoimento

---

<sup>30</sup> SAMUEL, Raphael. História local e História oral. *Revista Brasileira de História: História em quadro-negro*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 89/fev. 90. p. 230.

<sup>31</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1987. p. 17.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>33</sup> MONTENEGRO, Antônio T. História Oral: Caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História: Memória, história e historiografia*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p. 55-65, set. 92/ago. 93. p. 60.

<sup>34</sup> BOSI, E., op. cit. , p.28.

<sup>35</sup> MONTENEGRO, A ., op. cit., p. 57.

oral ou o torna um campo tão cheio de regras e prescrições, que por vezes é melhor abandoná-lo. Por isso pressupus a fala como condição para a existência, e deixei que elas falassem, mostrando o vivido, ou melhor, a lembrança do que foi vivido, transformando em acontecimento, ou para o que de alguma forma chame a atenção.

Neste caminho, foi construída a própria temporalidade da pesquisa, pois as mulheres que entrevistei lembram do nascimento do primeiro ao último filho e de quando elas, ou suas filhas, começaram a recorrer ao hospital. Todas tem mais de setenta anos, o que me proporcionou um recorte cronológico que privilegia as décadas de 1930 a 1960. Para a pesquisa selecionei oito entrevistas, sendo que seis são de descendentes de italianas/os e duas de portuguesas/es, que residem em diferentes localidades do município.<sup>37</sup>

O que parecia uma impossibilidade, abordar um assunto tão íntimo, ligado a sua sexualidade e reprodução, passou a ser um desafio. Por ser Treze de Maio uma cidade muito pequena, elas queriam saber de quem eu era filha, neta e sempre descobriam um parentesco, ou uma história que relacionava as famílias. Assim, minhas tias-avós, como eu as chamo, se encarregaram de formar “*um vínculo de amizade e confiança*”<sup>38</sup> e me tornaram cúmplices de suas lembranças e segredos. Para exemplificar a formação deste vínculo e da sua relevância, relembro o meu encontro com Dna Anita. Esta senhora era a única parteira, reconhecida como tal pela comunidade, que encontrava-se viva quando realizei minha pesquisa. Digo “encontrava-se”, porque a mesma faleceu no ano passado.

Não pude voltar a vê-la para esclarecer dúvidas, nem tão pouco gravar imagens suas. Sei que há uma diversidade de fontes, muito valiosas e que não duram para sempre. Só que um

---

<sup>36</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, s/d (1ª. ed. 1985). p. 205.

<sup>37</sup> Ao todo foram nove entrevistas com mulheres, porém a entrevista com Dna, Veronica Kuhnen Feuerschuetzte, residente em Tubarão e “Parteira diplomada”, foi utilizada no terceiro capítulo, no contexto da medicina, do hospital e da transformação da prática cultural das parteiras.

<sup>38</sup> Bosi, E., op. cit., p. 1.

documento escrito, se preservado, dura um certo tempo, um patrimônio arquitetônico, mesmo não preservado, pode se transformar em vestígios ainda significativos, mas a história de uma vida, de uma experiência, principalmente não escrita em diários, em processos criminais, em arquivos de paróquia, esta sim, tem um tempo de vida imutável. Este é o caso de Dna. Anita, que guardava um acervo memorialístico que subsistiu exatos, 81 anos. Por isso me aproprio das figuras do narrador e do ouvinte, para extrair do seu vivido, o substrato para este registro. Este sim, com possibilidades de existir para além da narradora e desta ouvinte.

Quando cheguei à casa de Dna Anita, não possuía muitas expectativas. Eu já havia perseguido algumas pistas falsas naquele verão e, como não sabia dirigir, meus pais estavam cansados de ir “lá pra baixo”, “lá pra cima”, “ali pra banda do seu fulano de tal”, “lá pra dentro onde mora a comadre tal”, ou seja, percorrendo as várias localidades do município, em estradas minúsculas, de relevo acidentado e íngreme e com muita poeira. “Menos mal, pensei eu, antigamente teríamos que ir à cavalo”. As pistas costumavam ser falsas porque, ou a parteira já havia falecido, ou era uma mulher nova, que só tinha auxiliado uma vizinha que não pode ir para o hospital. Na entrevista com a Dna. Amábile descobri que ela tinha uma irmã que fazia partos. Como ela falava muito sobre a mãe, a parteira Irene, achei que ela era uma figura essencial para o meu trabalho, além do mais foi a própria Dna Amábile, que por ser muito “conversadeira”, fez questão de me levar até lá. Minha “nona” quando soube, já garantiu, do mesmo modo, o seu lugar nesta aventura. Pronto, lá estava eu, promovendo o que parecia ser um encontro da 3ª idade. Mais um temor: e se elas resolvessem colocar as “fofocas” em dia, falando por toda a tarde, “*mezzo brasiliani, mezzo italiani*” juntamente com milhares de nomes e sobrenomes, adeus entrevista, adeus pesquisa acadêmica.



Então as mulheres partiram, com minha mãe ao volante. O destino era a localidade de São Roque. Morada típica de colonos, no meio do pasto, de madeira, simples. Chegamos na hora do café, feito no coador e bastante adocicado. Dna Anita era magrinha, pequeninha, e o marido dela também, “seu Mingo”. Mas que recepção! “*Aneta, como é que tu tá? Mabileta, como que tu veio pará aqui, tchó?*” E aquela eloquência, em alto volume, tipicamente italiana, num linguajar, “*mezzo brasiliani, mezzo italiani*”. Tudo bem, a pesquisa pode esperar, afinal de contas, há anos elas não se viam. Esperando o momento oportuno, introduzi o assunto. “*Sim, sim, bela, má vamô comê um ‘pan de terra’, premero*”. Batata doce cozida na panela de ferro; eu nunca gostei muito desse tubérculo, mas para meu espanto, todos ali adoravam, além do que, visita não faz “desfeita”.

Entre risadas e batatas, pude finalmente explicitar o meu objetivo. Explicitar é uma palavra elegante e amena para caracterizar aquele preâmbulo inicial. Após meia-hora, numa tentativa de compreensão mútua, Dna. Anita diz:

- *Tu qué é aprendê como faz, né, bela?*

- *É Dna. Anita, é.*

- *Enton eu te conto tudo, eu te ensino, é.*

Suspiro aliviada. Todas as minhas elocubrações acadêmicas, de onde eu parti, aonde eu queria chegar, não necessitavam ser entendidas por ela. Primeira lição de Dna. Anita: quem pergunta quer aprender algo, e quem viveu conta, ensina. Simples. Benjamin então, estava começando a fazer sentido naquele momento: “*O senso prático é uma das características de muitos narradores natos*”<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> BENJAMIN, W., op. cit., p. 200.

Dna Anita começou a “tecer” sua narrativa ali mesmo, na cozinha, na presença de todos, ao redor do fogão à lenha. Fragmentos da infância me vieram a mente, pessoas ao redor do fogão, mulheres costurando, homens arrumando objetos, outros comendo, e pessoas mais velhas contando histórias de trabalho, de doenças ou em noites de tempestade e luz de velas, do sobrenatural que rondava as roças, os matagais e as “picadas”.

Mais ou menos assim: *“Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido.”*<sup>40</sup>

Mas o devaneio dura uma fração do tempo cronológico, precioso na coleta de dados. Olho para a parafernália na minha bolsa: gravador, bloquinho, fitas, pilhas, caneta e volto a uma certa realidade acadêmica. Meu Deus! Tudo o que foi aprendido, história oral, técnicas, lacunas a preencher, e suporte material para toda essa montagem. Minha mãe, sentindo o meu pânico aparente, intercede: *“Quem sabe nós não vamos dar uma volta pela vizinhança, assim elas podem conversar melhor”*. Só as mães nos compreendem.

Consigo deslocar Dna. Anita para a sala. Uma espécie de realismo fantástico enche meus olhos. Estavam ali os “mil nadas” de Michelle Perrot<sup>41</sup>: bibelôs de todos os tipos, quadros de santas pendurados na parede, cortinas de plástico colorido nas portas, mantas tecidas em cima dos sofás, porta-retratos, toalhinhas, pequenos objetos difíceis de identificar num só olhar. Tudo aquilo pareceria mal-combinado, temporalmente misturado, dir-se-ia até, de mau gosto. Mas ali, detendo-me nos detalhes daquele cenário, havia uma lógica pulsante, uma ordenação particular, um odor de passado despreendido por cada peça. Minha avó já havia chamado minha atenção: *“Tu já reparou*

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>41</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, p. 9-18, ago./set. 1989. p. 13.

*como essa casa é bonitinha? Eu queria que a minha fosse assim, mas eles não deixam*<sup>42</sup> É Karen, aprenda a escutar os mais velhos. Aquele era o local perfeito para a entrevista.

Mal sentamos, e eu volto a insistir nos manuais de história oral. Por favor, nada contra os manuais, mas há certas ocasiões, nas quais certas regras devem ser abandonadas. Por exemplo:

- *A data que a senhora nasceu e o nome de seus pais. Depois a gente vai conversar.*
- *Agora é bom ver ali, lá aonde eu tenho a bolsa, o dia em que eu nasci.*
- *A senhora nasceu em 12 de junho de 1915.*
- *É o que tá aqui, né?” (Aponta para a identidade)*

Dna Anita, cuja narrativa eu interrompi com esta pergunta, enuncia mais um conselho: Na memória, o tempo cronológico inexistente. Um pouco mais adiante, quando a entrevista segue o ritmo de Dna. Anita, desvela-se para mim, o tempo da memória: “... *é o tempo da experiência, de um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural, afetiva... ( ...)*”<sup>43</sup>

Além do que, aquela contadora de histórias exprimia-se não só através da voz, na entonação dada em cada expressão pronunciada, mas também nos trejeitos faciais, nos gestos. Ela de repente estava ali, a passar a mão na minha barriga para que eu captasse a função do azeite, a mostrar como as mãos deveriam ficar para receber o bebê, a se emocionar em pensar que alguém podia fazer o contrário. Ou então, explicando como se podia sentir a cabeça ou o bracinho do nenê com o toque. Formas de lembrar associadas a sabedoria, a autoridade de quem viveu aquele momento e portanto pode proferi-lo. Compartilhei com Eclea Bosi, inspirada em Benjamin, as minhas observações:

---

<sup>42</sup> Minha avó estava se referindo aos seus filhos, mas isto pode ser aplicado à outros filhos, que sempre acham que os pais guardam quinquilharias, estampam objetos de mau-gosto, não acompanham os tempos modernos. Como se as coisas guardadas possuíssem apenas um aspecto funcional, quando na realidade são “pedaços” de vida, que ao serem jogados fora desfazem uma existência causando dor, mágoa, desalento.

<sup>43</sup> MONTENEGRO, A . T., op. cit., p. 60.

*O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiaados pela sua voz. (...) Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo.*<sup>44</sup>

E fomos até o fim, ou pelo menos até que se avizinhasse o crepúsculo, indicativo do final de um dia de trabalho e da preparação do jantar.

À noite, não à luz da lamparina, mas do meu abajur, a visão daquela senhora saltava das páginas do meu livro de cabeceira. Por conta de seus conselhos, eu aprendi muitas lições sobre a memória, alicerçada na faculdade de lembrar. Esta é atributo dos seres humanos, mas tem sua perpetuação asseverada e legada a alguns destes indivíduos, mais que outros. A parteira Anita fez com que, através da sua exposição, eu vislumbrasse a riqueza do meu “material empírico”, exigindo de mim a qualidade de ouvinte, tão rara em tempos (pós) modernos, para registrar sutilezas que não podem ser captados por um gravador.

Uma parte destes conselhos está presente no 1º capítulo, porque “*aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada*”<sup>45</sup>. Ou melhor, talvez eles estejam presentes neste trabalho como um todo, porque a marca da narrativa já está em mim impressa. Mas não tanto quanto na Dna. Anita, onde “*o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria*”<sup>46</sup>, e isto, elas tem de sobra. Sábias mulheres.

---

<sup>44</sup> BOSI, E., op. cit., p. 49.

<sup>45</sup> BENJAMIN, W., op. cit., p. 200.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 200.

Retornando à questão da temporalidade, vamos perceber um tempo marcado pelo trabalho: a colheita do feijão, do milho, a engorda dos porcos no inverno; pelas festas religiosas e profanas: cultos, procissões, visitas mensais do pároco e as domingueiras, bailes e casamentos, onde geralmente as pessoas procuravam os seus pares definitivos, para não “passar do tempo”. No caso das mulheres esse tempo também era marcado pelo casamento e pela maternidade: os acontecimentos são datados em antes e depois de estarem casadas ou, entre o segundo e o terceiro filho, depois do quarto e assim por diante.

Suas recordações são permeadas por aspectos de uma intimidade a qual só elas tem acesso e através da narrativa, trazem à tona. Assim elas lembram quem assistiu a todos os partos, quais os procedimentos tomados, quando tiveram um aborto, a primeira menstruação: coisas que só elas podem falar-nos. Mas vão além e contam, com riquezas de detalhes, das roupas que trajavam nas festas, da mobília, dos acessórios de cozinha, até as questões econômicas que afetavam a sua sobrevivência. Reminiscências que passam a dar historicidade e existência a essas personagens.

Neste sentido, as coisas do “antigamente” vão traduzindo-se em falas, carregadas de significados a serem interpretados pelo historiador. As experiências vem impregnadas da cultura a qual estão ligadas, representadas pelas ações, ou mesmo pelas palavras. A descendência italiana (em sua maioria) e a portuguesa, das entrevistadas, está presente neste cotidiano agora existente, bem como o seu sincretismo e as suas delimitações. “Isso é coisa de brasileiro”, ou “isso é coisa de

italiano”, são frases que definem os procedimentos próprios de cada cultura, como também o fato de se fazer um “pirão” com o caldo de galinha no resguardo, indica o amálgama entre elas.<sup>47</sup>

A vida nesta pequena comunidade do sul do estado de Santa Catarina era marcada principalmente pelo trabalho e nos dias de descanso, pela religiosidade e as festas.

Mesmo quando ainda não era município, visto que a pesquisa situa-se entre os anos de 1930 a 1960, já era dividido em localidades.<sup>48</sup> Cada localidade tem, geralmente, um nome de santo: São Roque, São Sebastião, São Gabriel ou, o nome do responsável pela medição das suas terras: Linha Mesquita, Linha Fausto Júnior, etc. É interessante perceber como as pessoas se referem a esses espaços nas suas falas: *Lá pra dentro aonde morava o meu pai, lá pra baixo, depois da família tal, lá pra fora, perto da casa de fulano e lá pra cima, na morada do beltrano*. Pra dentro, pra fora, pra cima e pra baixo são referências usuais, como também a casa das famílias, cujos nomes são lembrados com precisão. As localidades são distantes umas das outras, e em cada uma, existia uma ou mais parteiras que “assistiam” as mulheres na hora do parto.

Falar da extinção de certas práticas, é também falar da exclusão, da eliminação de diferenças e de diversidades necessárias à própria existência de um grupo. O saber médico vai selecionar e se apropriar desses saberes, devolvendo-os de uma forma codificada e, muitas vezes, inacessível. O próprio espaço que a medicina construiu, foi fator fundamental para o esquecimento desta história. Por isso foi essencial tê-las deixado falar, com autoridade sobre um assunto que conhecem, pois

---

<sup>47</sup> Em 1886, o governo provincial demarcou um novo núcleo colonial, para o qual afluíram colonos italianos em 1887, nomeado a princípio, “Presidente Rocha” e logo após, “Núcleo Treze de Maio”. Foi reservada uma área, o “Quadro”, para ser o núcleo urbano, também chamada de “Sede” e é conveniente lembrar que este núcleo colonial estava delimitado, em parte, em terras de Sesmaria. Devido a ocupação luso-açoriana no litoral catarinense, no séc. XVIII, o núcleo abrigava, deste modo, elementos também desta etnia, o que justifica a descendência das entrevistadas e as suas diferenças culturais. Sobre isto: MARQUES, Mons. A. N., op. cit., p. 6; VETTORETTI, A., op. cit., pp. 36-38, 263, 286, 287; BARDINI, A. *Conhecer para Amar: a primeira colonização de Pedras Grandes e do Sul de Santa Catarina*. [S.l. : s.n.], [198-]. p. 35.

<sup>48</sup> Treze de Maio tornou-se distrito do município de Tubarão em 10/07/1926 e foi alçado à categoria de município em 21/12/1961. Ver em BARDINI, A., op. cit., pp. 36-38.

também a narrativa, segundo Benjamin, está em vias de extinção, porque talvez estejamos perdendo a faculdade de intercambiar experiências.<sup>49</sup>

Talvez seja por isso que eu tenha assumido esta tarefa, porque num mundo de informações, que devem ser rápidas e substituíveis, eu me deixei encantar pela força da narrativa, por essa forma artesanal de comunicação, em que está contida a sabedoria, “*seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.*”<sup>50</sup>

Dessa forma, em “Espalhando brasas...”, o primeiro capítulo, componho um panorama do dia-a-dia desse município, à época estudada, a partir dos relatos dessas mulheres. Esboço assim, um cenário, no interior do qual a prática das parteiras tem sua inserção e pode ser compreendida como mais uma das práticas imbricadas nas relações de solidariedade e vizinhança, calcadas na sobrevivência.

Em “Das Senhoras dos ‘repolhos’ e das ‘roças’...”, o segundo, dou visibilidade a prática das parteiras, suas “maneiras de fazer”, como também o lugar ocupado por elas na rede de relações aí estabelecidas. Ressalto a construção de significados em torno da gravidez, do parto, dos bebês, do resguardo, do papel dos homens e do “ser parteira”, neste universo feminino ou, em certa medida, apropriado pelas mulheres.

Por último, trato da transformação desta prática cultural, ou melhor, da sua desqualificação, tendo como foco central, a apropriação do parto pelo domínio médico a partir de um discurso médico-científico, em “Do espaço da casa para o espaço do Hospital...”.

Ao realizar este trabalho, pude perceber quantas experiências foram silenciadas, por isso, adentrar neste universo foi, como encontrar uma caixinha de música, esquecida num canto do sótão,

---

<sup>49</sup> BENJAMIN, W., op. cit., pp. 197-198.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 205.

num lugar empoeirado da memória, mas que só precisava ser aberta, para revelar a melodia ali encerrada.



## “Espalhando brasas”: reminiscências femininas que reinventam o cotidiano de uma aldeia

De baixo do mar viaja o canto das baleias, que cantam se chamando.

Pelos ares viaja o assovio do caminhante, que busca teto e mulher para fazer a noite.

E pelo mundo e pelos anos, viaja a avó.

A avó viaja perguntando:

- Quanto falta?

Ela se deixa levar do telhado da casa e navega sobre a Terra. Sua barca viaja para a infância e para o nascimento e para antes:

- Quanto falta para chegar?

A avó Raquel está cega, mas enquanto viaja vê os tempos idos, vê os campos perdidos: lá onde as galinhas põem ovos de avestruz, os tomates são como abóboras e não há trevos que não tenham quatro folhas.

Cravada em sua cadeira, muito penteada e muito limpinha e engomadinha, a avó viaja sua viagem pelo avesso e convida nós todos:

- Não tenham medo - diz. - Eu não tenho medo.

E a leve barca desliza pela Terra e pelo tempo.

- Falta muito? - pergunta a avó, enquanto vai.<sup>51</sup>

Em “Espalhando brasas...”<sup>52</sup>, introduzimos o leitor no cotidiano da localidade de Treze de Maio, para que se possa entender alguns de seus aspectos constituintes, suas relações sociais, seus valores e suas práticas. Imerso nestas atividades cotidianas e engendrado nas formas culturais desta localidade, está o “saber-fazer” das parteiras, que será tratado mais especificamente no segundo capítulo.

Não poderia ser de outro modo, pois suas reminiscências traduzem um modo de vida, tendo como aporte as suas experiências individuais, familiares e grupais.<sup>53</sup> Optei então, por criar uma

---

<sup>51</sup> GALEANO, Eduardo. Janela sobre a memória. In: *Mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 177.

<sup>52</sup> Ao nomear este capítulo, decidi “brincar” com uma expressão usada por Dna. Amábile, ao falar de sua irmã Anita. Ela chamou Anita de “espalha brasa”, que significa pessoa que fala demais, “faladeira”. Por conseguinte, gostaria de justificar a palavra “aldeia”. Fiz esta escolha inspirada nas palavras dum poeta, o qual não recordo o nome (Ah! A memória!), que ao falar de sua aldeia, esta se tornaria universal. Não no sentido de explorar o seu aspecto universalizante esquecendo das suas especificidades, mas pelo desejo de tornar esse local visível, de mostrar a sua relevância num contexto mais amplo, e também de realizar uma espécie de “acerto de contas”, tanto do ponto de vista acadêmico quanto afetivo, posto que é minha cidade de origem.

<sup>53</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.1

trama a partir das falas das depoentes, valendo-me, para isso, da minha condição de observadora participante, como coloca Ecléa Bosi:

*Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão ‘observador participante’ pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto de pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes.<sup>54</sup>*

Obviamente que esta minha intimidade com o “objeto” de pesquisa pode se mostrar como um problema, à medida em que faço minhas as suas lembranças, mas à moda do “ouvinte” de Walter Benjamin<sup>55</sup>, acabo sendo investida de uma autoridade que me permite anunciar certas verdades. Como a busca da “neutralidade” e de uma “verdade única” não são mais pressupostos para um pesquisador, tomo esta minha familiaridade com o local estudado como positiva, no sentido de destrinchar e também de compor certos fragmentos destas lembranças individuais.

Enveredo-me da mesma maneira por este caminho, tendo como fio condutor os depoimentos, para quem sabe, trilhar novas possibilidades e apontar novos problemas no estudo desta região. Como já foi anunciado na introdução, as obras de cunho regional, são diversificadas e centram-se, predominantemente, na etnia italiana à época da imigração, ao final do século XIX e início do século XX, mostrando um cotidiano imóvel, “pitoresco” e carente de problematizações.

Por outro lado, não tenho a intenção aqui, de realizar uma análise aprofundada do dia-a-dia desta comunidade, mas talvez de me aproximar de uma certa etnografia ao

---

<sup>54</sup> Ibidem, p.2.

*tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.*<sup>56</sup>

Ao anotar essas falas e ordená-las, já estou registrando em forma de relato algo que pode ser consultado novamente. Por conseguinte, ao esboçar um certo modo de vida, já estou definindo formas sociais que “são a substância da cultura”.<sup>57</sup> Cultura esta que constitui-se num pano de fundo necessário para que se possa dar visibilidade à prática das parteiras, registrada no segundo capítulo.

O mundo do trabalho é a primeira realidade que me é apresentada. Tanto os homens quanto as mulheres, trabalham de sol a sol mas, somente diante da minha insistência, falam dos desdobramentos dos seus serviços, pois tudo se esconde sob a resposta “trabalhava em casa”, ou “trabalhava na roça”. Trabalhar na roça significava plantar produtos variados, atividade da qual participava quase toda a família, dos pequenos aos grandes, como diz Dna. Amábile:

*Quando eu era pequena assim, a gente brincava, né, mas mais era trabalhá, que o nosso serviço era a roça né. Nós plantava mais era milho, feijão, trigo, batatinha, mandioca também, pro gasto e pra vendê né. Prá sustentá a família, que tinha família grande.*

Aliás, famílias numerosas eram uma força de trabalho necessária, para a manutenção daquelas unidades econômico-familiares. Utilizo-me de uma expressão de Emílio Willens, para o contexto das colônias alemãs do sul do Brasil, pois

---

<sup>55</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 205.

<sup>56</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 20.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 39.

*na unidade econômica familiar, todos os componentes são integrados o mais cedo possível, em um regime de trabalho cujo rigor obriga muitas vezes até as crianças a determinados serviços. Nunca os filhos ficam abandonados a si mesmos.*<sup>58</sup>

Ademais, esta unidade engloba outras atividades econômicas além da roça, detalhadas mais adiante, que são vitais para o sustento da família, tanto do ponto de vista da subsistência, quanto da participação na economia diversificada da região<sup>59</sup>. Os produtos eram para a subsistência, mas também para o mercado regional, pois grande parte dos colonos levavam os produtos de carro de boi até Tubarão, cidade vizinha, a qual Treze de Maio era ligada politicamente. Novamente Dna. Amábile tem a palavra para nos contar o que, para ela, uma menina, era uma aventura:

*O tempo dos feijão, no mês de julho, aí colhia os feijão, colhia os milho, aí vendia. Ía prá Tubarão, mas tinha que fazê baldeação de lá onde nós morava, até lá no Morro das Pedras onde morava o teu bisavô, aí carregava mais meia carga e pegava o carro de boi lá de cima e ia pra Tubarão com o meu pai. Dali pegava a carga do carro né, saco de milho, aí saía até no Sertão dos Mendes, anoitecia aí dormia. Dormia lá num barraco lá, na rua mesmo. Era um barraco de igreja que tinha ali, mas um barraco aberto e dali nós ia depois no outro dia de manhã cedo. O meu pai se acordava e nós saía pra Tubarão, quando chegava lá pelas 10:00 horas, 10:30 nós chegava em Tubarão, aí descarregava os boi, o carrinho de boi e comprava um pouco de pão pra vim pra casa, chegava em casa a noite.*

No início do trecho acima, aparece o “tempo dos feijão”, que esta entrevistada relaciona ao mês de julho. Observei que apenas ela tem essa preocupação, em referendar o tempo da colheita ao mês correspondente no calendário gregoriano. O que eu quero dizer com isso é que o tempo do

---

<sup>58</sup> WILLENS, Emílio apud WOLFF, Cristina Scheibe. *As Mulheres da Colônia Blumenau - Cotidiano e Trabalho (1850 - 1900)*. São Paulo, 1991, Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p.63.

<sup>59</sup> Sobre este aspecto, ver: FONTANA, Germano Bez. *História de minha vida: memórias, imigração e outros fatos*. Florianópolis: Agnus, 1998. p. 125-133; VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: Das origens ao século XX*. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. p. 141-161.

trabalho é sazonal, assinalado pelo plantio, a colheita, a engorda dos porcos... É marcado, portanto, pela circularidade.

Maria Bernadete Ramos Flores, ao escrever sobre a Farra do Boi, no litoral de Santa Catarina, versa sobre o tempo na comunidade de agricultores e pescadores:

*...as tarefas cotidianas (que podem variar desde pescar ou lavrar a terra, até construir e remendar as redes) estão condicionadas às rotações do tempo, proporcionando as diferentes situações de trabalho e suas relações com os ritmos naturais.<sup>60</sup>*

Gostaria de pontuar que a idéia de sazonalidade não se aplica exclusivamente ao trabalho, mesmo porque, este não se constitui enquanto uma esfera separada. Usando a expressão da referida autora, encontro um “cotidiano por inteiro”, onde “*o lúdico se mistura ao religioso e também ao trabalho, e todas estas dimensões são marcadas pela sazonalidade, que pode ser dada pelas estações do ano e ou pela liturgia do ano.<sup>61</sup>*” No que tange a rememoração destas mulheres, é interessante ressaltar uma elaboração temporal também a partir do nascimento dos filhos, pontuada em seus depoimentos.

Estas considerações são necessárias para que se compreenda a noção de tempo nesta localidade, ao menos na época em estudo, auxiliando-nos nesta investida por seu cotidiano.

Sendo assim, no “tempo de inverno”, matavam-se os porcos, atividade econômica de extrema importância para aquela localidade<sup>62</sup>:

---

<sup>60</sup> FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A Farra do Boi*: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 149.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.150.

<sup>62</sup> Sobre o comércio de suínos, ver: VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão*: Das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. p. 144-145; FONTANA, Germano Bez. *História de minha vida*: memórias, imigração e outros fatos. Florianópolis: Agnus, 1998. p.275-276.

*Era pra vender, era a venda do ano, era a venda que os colonos que trabalhavam naquele tempo (...) Botá os porco na chiqueira em março aí tratava até mês de junho, fim de junho, tempo de inverno, depois carneava tudo os porco e depois trazia aqui no açougue, não no açougue, era um matadouro que tinha ali aonde é o prédio do Luiz Nandi agora. Deixava os porco matadinho tudo pronto, aí eles desmanchava tudo, aí fazia banha, fazia salame e aí depois eles mandava pra fora. Saía aqui pra São Gabriel, que naquele tempo era Caipora, né. Eles ia de carro de boi levava pra baixo essas banha e lá tinha um porto, lá embaixo perto da onde tem a Maria do Hilto Fernande agora, aonde morava o pai do Acendino. Alí tinha barco que ia para Laguna. (Amábile)*

Alimentar porcos era um trabalho da casa, assim como as galinhas, vacas, bois e cavalos, sendo estes dois últimos, o meio de locomoção. Das vacas extraía-se o leite, que por sua vez tinha que ser transformado em queijo e nata,

*quando eu completei oito anos de idade a primeira vez que eu tirei leite de vaca, eu fiquei feliz da vida, a coisa de tirar leite de vaca com oito ano. Manteiga não se fazia muito, não se tinha geladeira naquele tempo né, mas fazia nata, aquela nata pra comer com polenta, comer com pão, essas coisas assim, e queijo né. (Amábile)*

Nota-se também, a felicidade de Dna. Amábile por já ter aprendido a tirar leite de vaca com oito anos. Era uma criança, mas já assimilando o universo no qual estava inserida. Mesmo porque, não havia um tempo semanal determinado para as brincadeiras das crianças. O trabalho era o mais importante e brincava-se “*um pouquinho aos domingos, quando a mãe deixava*”, porque “*tinha roupa prá lavá, tinha terreiro pra varrê, tinha aqueles tacho de batata enorme prá cozinhá pros porco*”. (Amábile)

Dna. Felícia, que morava na “praça”, ou no centro de Treze de Maio, recorda *“que fazia roda, passeava na praça de noite, cantava, mas só ia quando tinha lua bonita, porque não tinha energia elétrica e brincava muito na escola também”*. O que pode transparecer que o espaço para o lúdico estava assegurado para ela. No entanto, ao perguntar quando isso ocorria, ela diz que *“quando podia escapar, era dia de semana também”* (Felícia)

A finalidade ao inserir estes dois trechos das reminiscências infantis destas duas depoentes, é mostrar que, comparativamente ao que diz Wolff, sobre a colônia alemã de Blumenau em fins do século XIX, *“desde pequenos, as filhas e filhos auxiliavam em tarefas domésticas e agrícolas simples e leves, no início e gradativamente ganhavam importância na economia familiar”*<sup>63</sup>, ou seja, eram aprendizes desde a mais tenra idade.

Dna. Felícia, que morava na “praça”, era filha de comerciante, portanto incluía-se numa condição social mais abastada, talvez pudesse brincar um pouco mais que Dna. Amábile, mas como ela mesmo infere, dia de semana, só “escapando” do trabalho. Na fala de Dna. Amábile ainda encontramos indícios das tarefas que são tipicamente femininas, tendo a mãe como preceptora.<sup>64</sup>

Cristina Scheibe Wolff, ao referir-se à formação da “boa dona-de-casa” na Colônia Blumenau, coloca que,

*aos poucos iam aprendendo as tarefas mais complexas, dentro das atividades consideradas femininas, como ordenhar vacas; cuidar da horta; auxiliar no plantio, na manutenção das roças e na colheita; cuidar dos animais domésticos; lavar roupa no rio; costurar; fazer pão, entre outras. À mãe cabia o papel de professora.*<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> WOLFF, C. S., op. cit., p.57.

<sup>64</sup> Em relação ao papel da mãe no aprendizado das filhas, e das habilidades que elas deveriam adquirir, ver: Mulheres, trabalho e família. In: *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. p. 60-64.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.60.

Na realidade, como veremos ao longo da descrição das atividades, as mulheres executavam todo tipo de serviço, “da casa” e “da roça”, pois até quando os maridos estavam doentes ou ausentes, elas mantinham a rotina da unidade econômico-familiar.

Retornando ao trabalho da casa, produtos como o queijo e a nata podiam ser vendidos, mas também saboreados com polenta, como frisou Dna. Amábile. A polenta era quase sempre o prato principal, apreciada tanto por italianos quanto por “brasileiros”. Comía-se polenta no café da manhã, ao meio-dia e também na roça, como descreve a “brasileira” Dna. Robertina, que *“fazia polenta e ia prá lá, ficava lá o dia inteiro, nós comia polenta geladinha com café frio.”*

A famosa polenta era feita de milho e cozida em um caldeirão posto sobre o fogão à lenha. As achas ou troncos de árvores, que constituíam a lenha, deveriam ser cortados ou “picados” com um machado pelas mulheres que ficavam em casa durante a semana, ou nos horários de folga da roça.

Gostaria de desmistificar a idéia de que as mulheres restringiam-se ao âmbito da casa. Primeiro porque, como já foi visto, elas trabalhavam na roça e na casa e havia um revezamento entre as mulheres da família, nestes dois espaços. Ou seja, a dona da casa podia ir para a roça ou ficar em casa, a filha mais velha podia administrar o espaço doméstico numa semana e, na semana seguinte, poderia ser a mais nova, considerando-se que desde tenra idade elas aprendiam os afazeres que lhes cabiam.

Porém, como pontua Anamaria Beck, no seu artigo sobre a mulher e o trabalho nas comunidades pesqueiras, *“o caráter da participação da mulher na roça é o de ajuda”*.<sup>66</sup> Elas mesmas se representavam como ajudantes nas falas, revelando uma construção de gênero expressa, do mesmo modo, na importância dada ao trabalho feminino nestas colônias de imigrantes ou, para o



ocultamento destas múltiplas atividades, quando se evoca a figura da mãe como a imagem do bom funcionamento da casa e do cuidado com os filhos.

Uma outra observação, agora discordante do que constatou Anamaria Beck, diz respeito à substituição da mãe pelos filhos, na roça.

A autora constata que, *“os filhos começam a ir para a roça por volta dos doze anos de idade e, gradativamente, vão substituindo a mãe até que ela é, em definitivo, enviada de volta à casa e ao quintal”*<sup>67</sup>.

No caso de Treze de Maio, não há essa delimitação, pois a dona de casa, como já foi afirmado, tanto podia ir para a roça, quanto ficar em casa, não havendo uma fixidez, nem mesmo um limite, em relação a idade dos filhos. O limitante, na maior parte das vezes, e de acordo com a minha vivência na comunidade, para o trabalho da roça, era a idade avançada.

Em segundo lugar, o termo genérico “casa”, incluía diferentes serviços. Recorro a divisão de Dna. Anita: *“primeiro era eu com a Tóia, que nós ia atrás de limpar a estrebaria, e deixava tudo limpo, né. Outra entón, a Santina que eu digo eu, aquela ficava dentro de casa, prá arrumá dentro de casa. A mãe ficava dentro da cozinha.”* Ressalvo que quando Dna. Anita diz que sua mãe ficava dentro da cozinha, não significa que este era o espaço ao qual estava confinada, porém este era um dos “locus” com o qual identificava a mãe, além de outros, como o do engenho de açúcar, citado na seqüência.

Limpar a estrebaria, alimentar a “criação”, cuidar do quintal, varrer o terreiro, lavar roupa, eram as tarefas básicas do “serviço da rua”, contígua à casa. Em algumas casas, onde plantavam-se pés de café, as mulheres o secavam e torravam: *“secava o café na lage, e eu que torrava, eu tinha*

---

<sup>66</sup> BECK, Anamaria. *Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras*. (mimeo), [S.l.: s.n], [19—]. p. 8.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.8.

*um moinho, eu moía, botava lá na lata e tinha um cafezinho purinho, da casa*". (Felícia) Em outras, possuidoras de um engenho de açúcar, o "serviço da rua" também incluía a feitura da cachaça. Dna. Anita, que observava e ajudava a sua mãe, me explica a precisão que se deveria ter nesta tarefa:

*Se tu sabe que trabalho que passava a mãe quando fazia a cachaça. O pior é que quando pegava de fervê, então tinha que pegar e fogo. Botando fogo prá pegar e botar dentro pra fazer essa cachaça. Eu tinha que ficá ali. Quando que ferveu, era só um pinguinho de brasa, poquinho, poquinho, que então a cachaça vinha. Se tu vai botar bastante coisa, bastante fogo, entón ali, tchó, que tu faz, sai tudo então num monte.*

Seguindo Dna. Anita, dentro de casa, além da limpeza e arrumação rotineiras, costurava-se, bordava-se, tecia-se, entre outras coisas. Estas atividades eram voltadas à própria família, muitas vezes para auxiliar no orçamento doméstico e em outras, como no caso das viúvas, o próprio sustentáculo econômico:

*A minha avó era muito querida, ela era costureira, ela era doceira, pra bodas de casamento, vestido, terno pra casamento, eu aprendi muita coisa com a minha vó. Eu ajudava ela a fazer e quando eu casei, vim pra casa do falecido meu pai e hoje ainda costuro. Ainda passo o que ela me ensinou, crochê, tricô, costura. Ela já era viúva e fazia pra manter a casa. Ela costurava naquelas maquinazinha de mão, né? E dava conta disso tudo. (Maria Ana)*

É importante salientar que estes "fazereres" correspondem a perfis femininos, que abarcavam, além de condutas, certas habilidades. Por exemplo, para casar, uma moça deveria mostrar que era "trabalhadeira", "prendada", de boa família, séria, etc. Minha bisavó Joana Dandolini, sempre contava que quando ela e o meu bisavô resolveram se casar, a sua sogra lhe colocou uma prova de

fogo. Perguntou se ela sabia costurar e diante da resposta afirmativa, mandou-a confeccionar uma camisa masculina. Só que ela havia mentido e, ao invés de desesperar-se, resolveu usar a cabeça, pois não podia pedir ajuda. Roubou uma camisa do futuro marido, desmanchou-a, cortou a fazenda segundo o modelo e costurou; tudo em apenas uma noite. É certo que não ficou lá essas coisas, mas ela passou no teste. “*Ainda tive sorte*”, dizia ela, “*já pensou se fosse uma calça? Não casava mais.*”

Esta pequena história, da bisavó Joana, ilustra uma das habilidades que a moça deveria possuir, para ser uma “boa esposa”. Esse conjunto de habilidades e condutas recolhidas por meio das entrevistas, compõe um quadro adequado à ordem familiar que futuramente deverão assumir, pois a elas caberá, num paralelo com o trabalho de Wolff, sobre o cotidiano das mulheres da colônia Blumenau,

*uma série de trabalhos que vão desde o cuidado com a casa e as crianças até a produção agrícola, artesanal e às vezes industrial (como o trabalho por peça, por exemplo). É toda uma concepção de como deve funcionar uma unidade doméstica.*<sup>68</sup>

São requisitos necessários ao funcionamento e manutenção da “unidade doméstica”, como coloca a autora, ou da unidade econômico-familiar. Em suma, relacionados a sobrevivência.

Não posso deixar de sublinhar o fato de Dna. Joana não saber costurar, o que denota que nem todas as moças correspondiam ao perfil desejado, talvez nenhuma delas tão completamente. Ao mesmo tempo arranjavam maneiras, pequenos ardis, para atingir o casamento, por exemplo. Outro ardil, apenas para citar um quesito referente à conduta, era o da gravidez. Algumas vezes a moça anunciava estar grávida, para comprometer o namorado ou “apressar” o casamento. Uma família não

poderia cair em “desonra” portanto, deveria acontecer o matrimônio. Isso demonstra que existia uma moral estabelecida mas que, além de haver uma subversão, o fato de se fazerem “coisas” durante o namoro, as moças utilizavam-se dela para chegar ao altar.

Voltando à saga do trabalho, as horas de um dia pareciam ser escassas para toda essa lida e, por isso, Dna. Idalina ficava a noite, *“com a luz de querosene, não é como agora, com esta luz bonita, pra remendar a roupa, até a meia-noite às vezes e quando era manhã, tinha que ir na roça de novo”*.

O uso do tear era uma exclusividade das “brasileiras” e era outra das atividades noturnas. Dna. Robertina, que dominava este ofício desde os treze anos de idade, *“tecia só de noite, depois que vinha da roça”*, e faz questão de enfatizar o seu esforço, *“ó, você não vai acreditá, abençoada, mas eu saía do tear, e me deitava na cama, de tão cansada que eu tava, parecia assim que eu nem tava na cama”*. (Robertina)

Maria Aparecida da Silva, ao elencar os afazeres das colônias italianas dos cafezais paulistas, infere que *“as mulheres que trabalhavam no cafezal aproveitavam as noites e as madrugadas para o serviço doméstico. A jornada de trabalho feminina acabava sendo maior que a do homem.”*<sup>68</sup> É o que parece que acontecia também nas colônias italianas do sul do Brasil.

Vislumbramos aqui, a frequência destas mulheres à roça, como afirmei anteriormente, o que fazia com que dedicassem a noite a serviços domésticos pouco importantes frente aos serviços “da rua” ou do trabalho “da roça”. É interessante neste sentido, o estudo sobre a fomicultura no sul do Estado de Santa Catarina, de Maria Ignez S. Paulilo, em que toda a família é envolvida, cabendo às mulheres e às crianças o “trabalho leve”. A autora constatou que o mesmo *“não significa trabalho*

---

<sup>68</sup> WOLFF, C. S., op. cit., p.55.

<sup>69</sup> SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 558.

*agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo e de esforço. Pode ser estafante, moroso ou mesmo nocivo `saúde - mas é 'leve' se pode ser realizado por mulheres e crianças”*<sup>70</sup>. Pode-se lembrar aqui, do caráter da “ajuda” que Anamaria Beck falava em relação a roça, do trabalho da casa, desmistificado na sua generalização por Dna. Anita, e executado somente pelas mulheres, mães ou filhas, porque devia ser considerado um trabalho fácil, mesmo porque, como coloca Paulilo, estando “*incumbido do trabalho ‘pesado’, o homem deixa de se ocupar de outras atividades. Mas a mulher, que faz trabalho ‘leve’, continua a cuidar da casa e dos filhos.*”<sup>71</sup>

Desta forma, estas mulheres possuem uma jornada superior à dos homens, que é preenchida com atividades indispensáveis à unidade econômico-familiar, mesmo as ditas domésticas ou, de dentro da casa. Se não vejamos, no caso de Dna. Robertina, uma dentre outras mulheres, que complementavam o orçamento doméstico, através de seu tear, manuseado à noite como indica ao falar do enxoval das filhas: “*Quando era uma hora da madrugada, isso é tão certo como nós tamo nessa mesa aqui, ó, eu tava no teari prá ganhá aquele trocadinho, pra podê aprontá as filha. Porque as filha foi tudo eu que aprontei*”

Como vimos até este momento, essas mulheres participavam e/ou comandavam todo o trabalho da unidade econômico-familiar, mas é notório que ao pai é atribuído o título de provedor, posto que era ele quem efetuava as transações fora do domínio dessa unidade. Basta que nos reportemos à viagem na qual Dna. Amábile acompanhou seu pai, até a cidade de Tubarão, aonde iam vender o milho e o feijão. Eram os homens os responsáveis pela venda da safra, pela comercialização dos porcos no matadouro da “sede” e igualmente eram eles que freqüentavam a “venda” que, mais que um local de compra e venda, era um espaço de sociabilidade masculina.

---

<sup>70</sup> PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p.64 - 70, jan./fev. 1987.

<sup>71</sup> Ibidem, op. cit., p. 70.

Contudo, são elas que estão me colocando ao par deste cotidiano, o que demonstra uma articulação, ou ao menos um conhecimento da engrenagem e das peças que compunham este sistema.

Não pretendo adentrar na especificidade destas relações de gênero, mas é extremamente provocador percorrer as páginas de um livro onde os homens são enaltecidos como os únicos responsáveis pelo desenvolvimento de uma comunidade, e por isso tem muito a transmitir às gerações futuras e logo após, ouvir a Dna Amábile detalhando as viagens que realizava com seu pai, a Dna. Idalina que ia vender ovos na “sede”, a Dna. Irene que sabia das transações da madeira numa serraria comandada por homens, a Dna. Felícia que preferia ficar atendendo na “venda”, aquele espaço “dito” masculino... Afinal, relações de gênero são relações de poder, e a autoridade do pai e mais, do homem, tende a estar ao menos aparente em circunstâncias, espaços e até no que é lembrado e escrito. Principalmente no que é escrito, porque uma história oficial, descritiva, baseia-se em documentos, no caso o das transações comerciais, cujos nomes gravados são os dos pais de uma família, ocultando todo um trabalho executado do mesmo modo por crianças e mulheres.

De acordo com a última classificação de Dna. Anita, chegamos ao serviço dentro da cozinha. Sem me estender muito, era ali que estava localizado o fogão à lenha, no qual se preparava a alimentação típica, como a polenta, a menestra<sup>72</sup>, fazia-se a “mistura”, como pães, roscas, bolos - para estes últimos havia também um forno na rua - o queijo e os doces para vender.

A cozinha era um espaço feminino na divisão de papéis, e o ato de cozinhar era fundamental, conferindo às mulheres um certo “status”.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> “Menestra” é uma mistura de arroz com caldo de feijão, fervidos juntos. Tudo indica que os “brasileiros” também gostavam deste prato associado aos italianos.

<sup>73</sup> OSTETTO, Lucy Cristina. *Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza: 1920-1950. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. p. 50.*

Por outro lado, como bem situa Ostetto, que entrevistou mulheres e homens, estes também relembram este espaço o que “*pressupõe a incorporação do habitus familiar e da noção de família que se constrói cotidianamente.*”<sup>74</sup> Ou seja, os homens confeccionavam objetos utilitários, transportavam provisões para este local, e na condição de filhos, estavam sob o olhar vigilante da mãe.<sup>75</sup>

Eu diria que não há uma atuação efetiva dos homens neste âmbito da casa, mas é um local no qual transitavam, até porque era na cozinha que muitas vezes o vizinho ia tomar um cafezinho, que a família se reunia para contar histórias de “assombração” em noites de tempestade ao redor do fogão à lenha este, um símbolo, tanto da labuta diária, quanto de momentos de sociabilidade<sup>76</sup>.

Ao esmiuçar, na medida do possível, este mundo do trabalho, é importante que se diga que nenhuma família podia prescindir desta faina cotidiana, mas existiam diferenças sociais. Dna. Irene sugere isso quando fala da “*propriedade bela*” do seu pai, pois, “*tinha serraria, tafona, engenho*”. Na serraria, por exemplo, ela recorda que quem não podia pagar pelo processo de serragem, dava “*um tanto de madeira*”.

Portanto, ter uma “propriedade bela”, significa possuir, além da roça, comum a todas as famílias da região, um engenho, uma tafona, uma serraria, às vezes uma ferraria ou uma pequena vinícola. Incluo por conseguinte neste rol, a criação de porcos, um certo número de vacas leiteiras e cavalos para a locomoção.

Então, o que num discurso inicial parece ser harmônico, homogeneizante até, pois todos trabalhavam igual, comungavam das mesmas crenças e ninguém fala em classe baixa ou classe alta,

---

<sup>74</sup> Ibidem, p.50.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 50.

pois “quase” todos são descendentes de imigrantes e “trazem no sangue” o trabalho e a fé em Deus, como apregoam os autores da região, revelasse aos poucos, por entre as linhas e entrelinhas das minhas fontes, uma paisagem desigual, uma distinção social que determina mais um conjunto de relações nesta comunidade como me diz Dna. Irene, que quem não podia pagar pela serragem, dava “um tanto de madeira”. De qualquer forma era um pagamento, como a “corvéia” medieval, que mostrava claramente quem era o servo e o senhor, enfim, as distintas classes.

Com certeza ela não passaria pelo mesmo fardo de Dna. Idalina, que tinha que sair da localidade de Morro das Pedras para a “sede”<sup>77</sup>, a pé, com uma criança no colo, “*vender ovo, porque a gente era escassa de dinheiro*”. Tanto é, que ela “*não queria ser nova, porque aquela era o tempo em que se passava trabalho*”.

Ela não tem boas recordações daquele tempo como Dna. Felícia, que era filha de Lourenço Dandolini, proprietário de um estabelecimento comercial de “secos e molhados” e também de um açougue. Este estabelecimento comercial era chamado de “venda” e de acordo com Giralda Seyferth, as atividades de seu dono

*ultrapassavam o ato de simples compra e venda de mercadorias. Funcionavam como casas bancárias, aceitando depósitos em dinheiro dos colonos e também emprestando; tinham um sistema de crédito para os colonos adquirirem as mercadorias necessárias à sua sobrevivência ¾ a conta-corrente, cujo controle pertencia ao comerciante, da mesma forma que a atribuição de preços aos produtos trazidos pelos colonos.*<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> O fogão a lenha era aceso logo que se acordava pela manhã e tinha o seu fogo apagado ao cessarem todas as atividades da casa, era onde cozinhava-se o alimento, e ao redor do qual contavam-se histórias com ensinamentos, e em noites de tempestade, narrativas fantásticas sobre o sobrenatural que rondava matagais, picadas e roças, as quais, particularmente, povoaram a minha infância.

<sup>77</sup> “Sede” é o núcleo urbano da colônia, também chamado “Quadro” ou “Praça”.

<sup>78</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 42.



Portanto, a “venda” de seu Lourenço Dandolini assume um caráter de importância ainda maior por situar-se na “sede”, no centro urbano da colônia, reforçando a posição social deste comerciante. Além disso, como mencionei anteriormente, este era um dos espaços de sociabilidade, “*onde colonos discutiam assuntos sociais e políticos, comentavam os acontecimentos*”, de informação, pois “*nelas eram vendidos jornais e revistas*” e de comunicação, “*servindo também como correio, pois cartas destinadas a colonos eram enviadas para as ‘vendas’ das respectivas picadas.*”<sup>79</sup> Gostaria de complementar que a correspondência atendia a diversos interesses, como as cartas de namorados que moravam em diferentes localidades desta comunidade.<sup>80</sup>

Assim Dna. Felícia, podia ajudar o pai, ao invés de ir para a roça e “teve a sorte de” casar com um “bom partido”. “Ter a sorte de” é uma expressão que acaba ocultando uma realidade sócio-econômica. Com mais facilidade, moças bem situadas ou de “boa família”, casavam-se com um “bom partido”, posta a sua posição social. A família de seu futuro marido possuía uma serraria, eram proprietários do primeiro automóvel da comunidade e assumiram importantes cargos públicos.<sup>81</sup> Depois de casada, o seu esposo montou uma indústria artesanal, uma feccularia, por conta da qual trabalhou muito na vida, como diz ela, fazendo comida para os “camaradas”<sup>82</sup>. Mas detém boas recordações, traduzidas nesta fala: “*Oh, ainda tenho saudades daquele tempo, tô com setenta e um anos, mas eu gostaria ainda de tirar leite de vaca*”.

---

<sup>79</sup> Ibidem, p.43.

<sup>80</sup> Dna. Amábile assim conta sobre seu namoro com o futuro marido.

<sup>81</sup> O “bom partido” em questão, era Germano Bez Fontana, autor de obra já citada e que foi, entre outras coisas, duas vezes vereador em Treze de Maio.

<sup>82</sup> “Camaradas” é a designação utilizada para os empregados da feccularia.

Esta mesma senhora enviou os filhos para o colégio interno em São Ludgero, administrado por uma congregação de freiras alemãs.<sup>83</sup> E este era um outro quesito que denotava o poder aquisitivo das famílias: “*Meu pai teve a graça, que do meu irmão prá baixo, ele teve dinheiro pra pagá o colégio, o internato pra nós, em São Ludgero*”. (Amábile) Só que ela e a irmã, com dez e doze anos, respectivamente, não se viram livres do trabalho, porque o seu pai só pode pagar “mezzo” período, ficando “*meio dia prá nos estudar, meio dia ía prá roça com as irmãs*”. Logo a Dna. Amábile, que gostava mais do “trabalho da casa”...

Dna. Robertina, a senhora do tear, que teve dezenove filhos, após o quarto, ela e o marido mudaram-se de São Martinho<sup>84</sup> para a localidade de Santa Cruz, em Treze de Maio, na procura de oportunidade de trabalho. No início retiravam barro de uma lagoa para uma olaria ao lado, “a meia com o patrão”, o que significava dizer que dividiam o lucro da venda, mas era deles a força de trabalho<sup>85</sup>. Passaram então a queimar carvão para vender nas ferrarias, além de terem a roça e às vezes uma vaca de leite. Como já vimos, todos possuíam uma roça, mas o fato de trabalharem “a meia”, de nem sempre terem uma vaca de leite, de estabelecerem uma relação de fornecedores face aos detentores dos meios de produção, denota a sua condição inferior na escala social. Além do que, o marido “não tinha tanta saúde”, restando a ela, estar a frente da família:

*Nóis deixava a mandioca arrancada de noite, né, a rama tava branquinha, branquinha de geada! E nóis batia assim com o pauzinho prá'quele gelo descê, prá nóis despencá a mandioca, a mão endurecia (...) Meu marido no hospital e as vez em casa na cama, e eu c'á minha filha, nóis plantemo mandioca, rama ali sete ano. Diz que sete é a conta da mentira, mas é verdade! Você pode perguntá pra Vitalina, que ela vai dizê, porque ela tá viva. (Robertina)*

---

<sup>83</sup> Segundo informações obtidas a congregação era das “Irmãs da Divina Providência”, as mesmas que fundaram o Colégio “São José” em Tubarão ( o Colégio “Coração de Jesus” em Florianópolis) e contíguo a ele, administravam o Hospital, que veremos no 3º. capítulo.

<sup>84</sup> Município próximo a Treze de Maio.

<sup>85</sup> O sistema de “agregados” consistia no direito à exploração da terra, ou de seus recursos, no qual o “agregado” dividia o produto, ou o lucro deste, com o patrão. No livro de Germano Bez Fontana encontramos referência a este sistema, no qual, além das ferramentas, os “agregados” ganhavam uma casa para morar e crédito nas “vendas”. Ele ainda fala sobre as mudanças neste tipo de relação, quando foram estabelecidas algumas leis sobre o direito à posse da terra, as quais levaram à expulsão destas pessoas, bem como a introdução de máquinas e caminhões em certos serviços, após a Segunda Guerra Mundial. Ver: FONTANA, G. B., op. cit., p. 568-569.

Pode-se observar também neste trecho, presente no relato de outras depoentes a necessidade de afirmar a veracidade do fato evocado através da confirmação do grupo de convívio<sup>86</sup>.

Ela e o marido reconheciam a sua condição sócio-econômica e revelavam uma apreensão em relação a construção de uma imagem de pobreza, associada a negação do trabalho: *“às vezes meu marido dizia assim, mulhé, nós morremo trabalhando e os outros pensam que a gente não trabalha, porque a gente é nessa pobreza toda vida.”*(Robertina)

Esta associação é característica em uma cultura que tem como eixo uma noção de trabalho identificada a expressões como: “só é pobre quem quer”, “trabalho tem, o que falta é vontade”, ou “quem trabalha vai prá frente”. Era importante mostrar que se trabalhava e mais, as conquistas materiais deste esforço constituíam uma prova disso. Pobre Dna. Robertina, como se não bastasse a luta pela sobrevivência, o marido doente, vários filhos “entrevados” da paralisia, ainda tinha que corresponder a uma noção de trabalho que, numa

*perspectiva etnocêntrica de superioridade étnica (...) é um dos símbolos de identidade mais utilizados, pois contrasta, de um lado, os imigrantes e seus descendentes, como aqueles que vieram para dignificar o trabalho, e de outro os brasileiros, definidos por oposição, como avessos ao trabalho, principalmente manual.*<sup>87</sup>

Não pretendo me aprofundar na questão étnica, pois esta mereceria um estudo mais cuidadoso. Ao mesmo tempo, gostaria de sublinhá-la neste contexto, pois transparece nas narrativas das depoentes.

---

<sup>86</sup> Sobre este aspecto da memória, ver: MONTENEGRO, Antônio T. História Oral: Caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História: Memória, história e historiografia*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p. 55-65, set. 92/ago. 93 e BOSI, E., op. cit.

<sup>87</sup> SEYFERTH, G., op. cit., p. 91

É claro que há um processo de assimilação por parte dos descendentes de imigrantes e até uma aculturação, acelerada a partir da campanha de nacionalização, por volta da década de 40.<sup>88</sup> Porém persistiram e ainda persistem, certos critérios de diferenciação que reafirmam certas identidades, mesmo que calcados numa “suposta cultura de origem”<sup>89</sup>.

Ao designarem o outro como “brasileiro” ou “italiano”, as depoentes já estão nos lembrando que vêem este como diferente. Ao preferirem uma parteira “italiana” à uma “brasileira”, elas já me elucidam a que grupo se identificam. O trabalho, a língua, os hábitos alimentares, vão fazendo com que eu perceba estas duas etnias distintas, mas que nem por isso deixam de se entrecruzar e se amalgamar em alguns aspectos.

É Dna. Robertina, esta “brasileira” que “teve pouca sorte”, que vai voltar a minha atenção para um certo tipo de solidariedade, contida nas relações de vizinhança:

*Mas aqui é um lugar de gente muito abençoada! Eu nunca quis saí daqui por causa disso. Essa italianada me ajudava tanto cristão, ajudavam tanto! Que minha nossa, gente muito boa. Era roupa que me davam pra essas crianças entrevado na cama, né, era arroz, era banha, era de tudo eles me davam, é, ié. Quando eu morava aqui mesmo, na Santa Cruz, não tinha vaca de leite, então dava uma garrafa de leite, outro dava um litro, outro dava uma caneca, né, eu tinha sempre leite pros meus filhos, graças a Deus, nunca fartô! Graças o Pai do Céu, que sabe que são gente muito boa, nós também, qué dizê que nós era. Eles iam chamando o marido pra í carneá, né, às vezes prá í desafogá uma reis, então ele ia e não cobrava nada, quando ele ia carneá as reis, eles dava uma porção de coisa, comida, pra trazê pra casa, gente muito boa, né?*

Seyferth aventa como “*outra expressão importante da organização social da colônia (...)* a solidariedade familiar e de vizinhança, pela qual trabalhos coletivos da comunidade, ou de

---

<sup>88</sup> Ibidem, p. 90.

*um grupo familiar específico, são executados.*”<sup>90</sup> Dna. Robertina então, rememora claramente esta solidariedade, que no seu caso não é familiar, demonstrando a rede de relações de vizinhança que se estabelecia, rompendo as próprias diferenças étnicas. Ao citar a “carneação” das reses revela, não a bondade das pessoas, como ela enfatiza, mas uma espécie de “auxílio mútuo” que é extensivo a outras situações, como

*em caso de doença, quando parentes próximos ou vizinhos auxiliam uma família nas tarefas da roça. (...) A construção da moradia para alguém que vai casar, de uma escola comunitária, de uma capela até consertos de estradas, o abate de animais domésticos (por exemplo de porcos)...*<sup>91</sup>

Posso afirmar que a matriz geradora deste “*princípio de solidariedade que, nas comunidades pequenas, possibilita a complementaridade de seus membros mediante relações de contraprestações que se estendem a todas as áreas da vida social*”<sup>92</sup>, a própria necessidade de sobrevivência, de suprir a precariedade e solucionar os problemas apresentados por aquela colônia, inerentes àquele tempo e àquele espaço. Por isso “*o auxílio mútuo é concebido como característica fundamental do ethos camponês*”<sup>93</sup>, estando acima das questões de classe e etnia. No próximo capítulo poderá se visualizar como este princípio está engendrado no universo dos partos e parteiras.

Porém advirto que este princípio de solidariedade não exclui conflitos, posto que

*as mesmas condições objetivas que levam a uma complementaridade nas relações de vizinhança ¾ isto é, uma cultura fundada em mínimos vitais, conduz também*

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>92</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 21.

<sup>93</sup> SEYFERTH, G., op. cit., p. 28.

*necessariamente a uma expansão das áreas de atrito, e a um agravamento das pendências daí resultantes.*<sup>94</sup>

Sem sombra de dúvida ocorriam desavenças por herança, delimitação de propriedades por meio de cercas, brigas nas “vendas” por motivos de honra e auto-afirmação, sem esquecer que, como sugere Wolff sobre a colônia de Blumenau, os vizinhos também regulavam “*a conduta das pessoas, que aparecem nos boatos e fofocas que correm na localidade.*”<sup>95</sup> Isso não é notório na fala das depoentes, mesmo porque a memória das pessoas mais velhas tem essa tendência a amenizar conflitos, aparar arestas, lançar um manto de esquecimento e silêncio sobre certos assuntos que envolvem valores morais, familiares, ou que causam dor e sofrimento.<sup>96</sup> Contudo a minha vivência nesta comunidade e as histórias por eu ouvidas, que não estão aqui registradas, me autorizam a denunciar esta outra faceta.

Assim, o olhar feminino vai desvelando um mundo complexo, no qual as mulheres pacientemente “ajudavam” a tecer a vida, ao ponto de se tornarem hábeis narradoras quando se lhes dá voz, em nada devendo aos homens, no que se refere ao espaço público, dito masculino, nesta comunidade. Por outro lado, igualmente são prolíficas, no que tange ao privado, como os detalhes das festas, dos enxovais, dos casamentos e dos partos, pois “*não era brinquedo aquele tempo ali*”. Absolutamente, era trabalho e continua no presente, nos surpreendentes baús de guardados das suas memórias.

Continuo remexendo nestes baús e surgem as doenças, os males do corpo, as epidemias aliadas as possíveis curas, aos recursos existentes e, da mesma forma, as impossibilidades frente a morte, derradeira instância para qualquer mortal.

---

<sup>94</sup> FRANCO, M. S. de C., op. cit., p. 25.

<sup>95</sup> WOLFF, C. S., op. cit., p. 87.

<sup>96</sup> MONTENEGRO, A . T., op. cit., e BOSI, E., op. cit.

Elas recordam dos freqüentes “enterros” das crianças, pois *“não passava uma semana que não tinha enterro de criança em Treze de Maio”*.(Felícia) Não somente recém-nascidos, *“tinha nove meses, tinha muita febre quando ela morreu, gordinha, bonitinha”*, relembra com pesar Dna. Felícia, ao falar de sua irmã. Ela ainda acompanhou o sofrimento de outro irmão, este com três anos e nove meses, como faz questão de precisar, que faleceu de catarro sufocante, ou *“crupe, que eles dizem né, que ataca a garganta.”* Já havia hospital no município vizinho de Tubarão, por volta de década de 30, mas não o internamento. Foi atendido por um médico, recebeu injeções, e deveria retornar no outro dia. No outro dia, pela manhã, deu o último suspiro. Ela pontua a dificuldade de locomoção: *“Levaram com um carrinho, que era o primeiro carro que tinha aqui em Treze de Maio, estrada tudo esburacada, não tinha nada naquele tempo.”*

Crupe, tosse comprida, sarampo, paralisia, eram os males que acometiam às crianças. Muitos de causa desconhecida, porque *“não é que nem hoje, que se sabe doença por doença, aquele tempo era mais difícil.”*(Felícia) O tempo presente, construído em suas lembranças, é sempre o tempo da facilidade, da resolução fácil dos problemas. O “hoje” representa a facilidade de locomoção, o amplo conhecimento sobre os sintomas, as doenças e suas curas.

Por outro lado, elas também inferem variadas práticas curativas, modos de “vencer” a doença, saberes que envolviam plantas, emplastos e até benzeduras.

Assim explica Dna. Amábile que quando,

*dava febre meia forte ela fazia aquele emplastro, botava embaixo do pezinho. Minha mãe fazia com cinza e farinha de mandioca, fazia um pirãozinho, quebrava um ovo, botava ali e amarrava, amarrava os dois pé com o emplastro. A febre já baixava logo, logo.*

Não havia uma recorrência ao farmacêutico porque *“tava tão acostumada a só tomá remédio em casa, que só ia se não dava volta mesmo.”* Talvez por isso estes profissionais não permanecessem muito tempo na localidade.<sup>97</sup>

Deste modo, sabia-se que o chá de quina era para diminuir a febre, o de sabugueiro e de laranja para o sarampo, os compostos com várias ervas, a “garrafada”, específica para cada moléstia. Cabe ressaltar que este era um saber e um domínio femininos, que tangia tanto o conhecimento sobre as ervas e outros produtos utilizados, o seu preparo, bem como o acompanhamento e a observação do doente e das manifestações da doença.

Dna. Anita, parteira, que gostava de ter bebês, *“que Deus desse mais de dez, vinte, trinta, eu gostava bella! Má pá criá era um instante, não incomodava nada.”* Conta que teve problemas com o menor, *“que era rendido”*, um caso de érnica em recém-nascido, descreve o seu procedimento, que contém em si todo um conhecimento:

*Aquele que se rebentô a tripa como que se diz, quando que saía fora, má coitadinho, má chorava, era uma bulinha assim, ali, bela, tu podia esquentá, assim com a mão bem quente, quando ia tocá de novo quando que a tripinha entrava, pronto.*

Neste interím, não posso deixar de citar o caso de uma jovem, desta mesma cidade, que no tempo de “hoje”, teve o mesmo problema de Dna. Anita com seu bebê. Descoberto após três meses de visitas a vários consultórios, obteve como recomendação, massagens com compressas de água aquecida.

---

<sup>97</sup> As entrevistadas recordam de um ou outro farmacêutico, além do que, só recorriam a este em última instância, o que nos leva a crer que sua permanência na localidade era efêmera.



Todavia, não estou preocupada em fazer ver o quanto o encaminhamento de Dna. Anita estava correto, mas sim a sua atitude, a sua percepção, inserida numa determinada cultura e numa determinada época.

Aliás a *“idéia é de que o corpo é um reflexo da sociedade que articula significados sociais e não um receptáculo de processos exclusivamente biológicos.”*<sup>98</sup> Expressões como “útero podre”, “refrescar o sangue”, “tirou a dor com a mão”, são modos de *“pensar, exprimir e identificar”* mensagens corporais relacionadas a uma interpretação que *“está na dependência direta da representação de corpo e de doença vigente em cada grupo.”*<sup>99</sup>

Ocupando-me dos referenciais deste grupo e desta cultura, deparei-me com o relato de Dna. Maria Ana, sobre a atividade de benzedeira de sua sogra, traduzindo as nomeações de “ontem” para o “hoje”, marcadas pelo referencial médico-científico:

*Ah, com ela era tudo que era doença, hoje a gente não sabe nem dizer, que doença que era, porque hoje tem tanto nome diferente do que a gente usava né? Ela dizia que era um ramo de ar, naquele tempo, eles diziam, hoje é uma paralisia, um derrame, né? Hoje uma parada cardíaca, uma parcial, aí ela dizia que era um ar também que dava, então ela ensinava essas coisas assim. A tircia que eles diziam, hoje é hepatite.*

Dna. Robertina, que teve quatro filhos que morreram “entrevados” da paralisia<sup>100</sup> me apresenta uma variante, acerca da morte ou dos males dos bebês, *“ que naquele tempo morria essas criança embruxada, não sei se você ouviu falá. As vizinha tinha, essas criança embruxadinha”*. Esta senhora comungava de uma crença luso-brasileira, reafirmada pelo seu grupo

---

<sup>98</sup> FERREIRA, Jaqueline. Semiologia do Corpo. In: LEAL, Ondina Fachel (org.). *Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 93.

<sup>99</sup> Ibidem, p.93.

de convívio anterior, pois só se estabeleceu em Treze de Maio, no meio da italianada, a partir do quarto filho. Corroborando com a afirmação de que esta não era uma crença compartilhada por suas vizinhas, ela mesmo diz que “*uma veis elas não acreditavo, ainda tem muita italianada que não acredito.*”

Não acreditavam, mas recorriam à ela, porque Dna. Robertina benzia “ramo de aire”, “criação afogada” e, Dna. Arina vivia com a casa repleta de pessoas atrás das suas benzeduras. As figuras da benzedeira e da bruxa estão relacionadas mais fortemente a comunidades luso-brasileiras, e é na pesquisa de Sônia Maluf, sobre narrativas de bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição<sup>101</sup>, que encontrei analogias às lembranças destas minhas duas depoentes.

Nem toda benzedeira é parteira, mas Dna. Arina é uma personagem que reúne estes dois saberes, incluindo-se entre aquelas mulheres que,

*detendo determinados conhecimentos curativos, sobre ervas medicinais, sobre rezas e benzeduras, sobre o parto e o cuidado dos bebês recém nascidos e tendo o poder e o conhecimento dos procedimentos rituais para enfrentar ou proteger dos malefícios, como quebranto, mau-olhado, feitiçaria e bruxaria, são vista como ‘especialistas’ nestas questões pelos outros moradores do lugar.*<sup>102</sup>

Dessa maneira, por mais que as italianas não acreditassem em bruxas, segundo Dna. Robertina – e esse tipo de assunto não é realmente evocado em suas recordações, porque provavelmente não há um aporte em sua cultura de origem – havia uma procura por essa especialidade. Pode-se relacionar este fato ao processo de reelaboração de uma cultura, onde outras

---

<sup>100</sup> Dna. Robertina disse que sempre ía a Tubarão, consultar o Dr. Firmino, com os filhos acometidos de paralisia, e que este lhe dizia que tivesse paciência, pois estavam descobrindo uma vacina na América do Norte para este problema.

<sup>101</sup> MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, 1989, Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

situações e conflitos estão em jogo, e questões étnicas ficam relegadas ou se modificam, em função da própria sobrevivência. Sobrevivência esta que, como já expus anteriormente, gera uma solidariedade, aonde o papel da benzedeira assume um caráter de importância, “*sendo definida socialmente pelos laços de solidariedade que estabelece com os outros membros da comunidade.*”<sup>103</sup> É interessante lembrar que havia a “benzedeira reconhecida” pela comunidade, assim como a “parteira reconhecida”, que veremos no segundo capítulo, porém praticamente todas as mulheres sabiam realizar algum tipo de benzedura. Como já afirmei, os saberes sobre a cura eram de domínio quase que exclusivamente femininos, sendo compartilhados entre elas e cujos “modos de fazer” estavam diluídos entre seus afazeres cotidianos, ou melhor, consistiam em mais um destes afazeres.

Mas quando esgotavam-se todas as possibilidades de cura que faziam parte dos saberes daquela comunidade, “entregava-se” a pessoa para Deus, mas antes que o cemitério fosse sua “última morada”, procedia-se ao ritual do “enterro”: “*Eu me lembro que ía enterro toda vida, aí meu pai deixava*”.(Felícia)

Seu pai deixava, porque o “enterro” era reverenciado, era um dos momentos aonde acontecia o encontro de toda a comunidade. O velório também o era, mas para aqueles que moravam em localidades mais distantes, e não podiam chegar a tempo para este, com certeza iam ao sepultamento. A comunicação da morte era feita de porta em porta pelos “fabriqueiros”<sup>104</sup> e quem

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>104</sup> Favaro ao descrever a sociedade camponesa da Itália Setentrional no séc. XIX, da qual vieram os imigrantes italianos para o sul do Brasil, refere-se à figura do “fabriqueiro”, como os homens responsáveis pela administração dos bens da paróquia, geralmente eram proprietários rurais, pessoas mais abastadas e eram pessoas respeitadas, inclusive nos assuntos políticos. FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências - Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul - 1875/1950*. Porto Alegre, 1994, Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 152-153.

morava próximo à igreja, sabia através dos sinos: o grande para os casados, o médio para os solteiros e o pequeno, para as crianças<sup>105</sup>.

Philippe Ariès nos diz que a morte é uma “*manifestação social*”<sup>106</sup>, assertiva que pode ser aplicada, nesta comunidade, a todo o enredo incluso neste termo. Destarte, a “morte” comportava desde as visitas constantes ao enfermo em seu leito de morte, passando pelo velório, o cortejo fúnebre até a capela, o ofício cantado e o sepultamento, numa explícita demonstração de seu caráter social e ritualizado.

Dna. Felícia, que assistia a todos, descreve essa espécie de procissão, que muitas vezes se deslocava, de uma das várias localidades do município, até a “Sede”:

*Ah, os enterros naquela época era carregado nas costas. Eles botavam um mambu cada lado, um de cada lado do caixão e aí em quatro pessoas, dois na frente, dois atrás, carregava, porque naquele tempo não tinha carro, não tinha nada, né, então, por exemplo, se morria lá no Vargedo, lá naquela morraria lá, traziam tudo nas costas, chegavam ali tudo suado, quando era tempo de calor. Quilômetros e quilômetros com o defunto nas costas, se revezava, né, de vez em quando.*

Claudino Biff, em sua obra sobre o município de Morro da Fumaça, observa que, *na casa do morto chegavam todos os homens a cavalo. Mas para o féretro eles iam a pé, rezando e cantando em latim e italiano e a missão de conduzir os cavalos para perto do cemitério era realizada, por nós meninos.*<sup>107</sup> Segundo este mesmo autor, até antes, “*os vizinhos suspendiam o trabalho e passavam a participar do velório*”<sup>108</sup>, o que denota a sua relevância.

Num outro contexto, o do Brasil oitocentista, João José Reis descreve deste modo um velório:

---

<sup>105</sup> FONTANA, G. B., op. cit., p. 103.

<sup>106</sup> ARIÈS, P. apud REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 104.

<sup>107</sup> BIFF, Claudino. *Morro da Fumaça e sua divina e humana comédia*. Tubarão: [s.n.], [19--]. p.13.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 13.

*A família, amigos, vizinhos e estranhos mantinham-se de olhos abertos, vigilantes, solidários. Daí a adequação do termo sentinela, termo militar - ali se travava uma batalha de morte - que com muita propriedade se usava em lugar de velório. E, para manter os vivos em estado de alerta, comida e bebida eram servidas.*<sup>109</sup>

Igualmente em Treze de Maio, além do número de pessoas que circulavam pela casa do defunto, a família deste encarregava-se de servir as pessoas de café, bolos, biscoitos caseiros, ou mesmo sopas e outras comidas quentes.<sup>110</sup>

Após o sepultamento, grassava o costume de oferecerem-se bebidas como a cachaça, para os homens e a “consertada”<sup>111</sup> para as mulheres. Já nos “enterros” de crianças, somente balas<sup>112</sup>.

Tudo isso reafirma o caráter social deste acontecimento, em que a comunidade se reconhecia e cultuava suas tradições. Os ataúdes eram feitos em serrarias na região, e forrados por pessoas da comunidade. Dna. Robertina, “brasileira”, enfatiza que *“cobrir um caixão de defunto, não era qualquer um que cobria. E eu cobria caixão de gente velha e tudo!”* Por outro lado, Dna. Amábile, que também “forrava” caixões, expõe claramente a disparidade social presente na distinta confecção destes:

*Era tudo feito aqui na serraria dos Fontana. Quanto caixão que o falecido Alfredo fez, caixão que ajudei a forrá, forrava de pano preto com aquelas listra. E aqueles mais pobre então, fazia só de madeira né, mas aqueles mais rico forrava.*

---

<sup>109</sup> REIS, J. J., op. cit., p. 116.

<sup>110</sup> Este costume se mantém até hoje.

<sup>111</sup> “Consertada” era uma mistura de cachaça, água, açúcar, erva doce, canela e cravo, oferecida às mulheres, pelos comerciantes locais. Ver: FONTANA, G. B., op. cit., p. 103.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 103.

A posição social que o morto ocupava podia ser identificada, além da forração do caixão, pela quantidade de pessoas que afluíam ao seu “enterro”, semelhante ao contexto explicado por Reis: “A capacidade de mobilizar muita gente, por exemplo, era um sinal de prestígio do morto e sua família,”<sup>113</sup> do seu “status” na comunidade.

A propósito, os mais pobres tinham a assistência, no caso dos ataúdes, da irmandade do Sagrado Coração de Jesus e de Maria. Adentramos então, no campo religioso que, por sinal, perpassava todas as relações naquele tempo e espaço.<sup>114</sup>

Todas as entrevistadas tinham ciência dos sacramentos da Igreja Católica e freqüentavam o culto aos domingos, pela manhã. Dna. Anita confessa que todas as noites ainda reza as orações aprendidas na sua primeira comunhão, “*seja o Padre Nosso, seja a Ave-Maria, seja o Deus Creio, tudo, tudo.*” Era importante ter os filhos “*todos batizados, tudo crismado, tudo direitinho*”.(Felícia) Aliás, como vigilantes na observância dos sacramentos e guardiãs na transmissão da doutrina católica, estavam à frente as mulheres. O Sr. Antônio Bardini, nascido no distrito de Santa Cruz, escreveu que “*as próprias mães eram catequistas*”, exemplificando através desta idílica passagem:

*Logo depois da ceia, sentava na calçada e eu nos joelhos de minha mãe, olhando para as estrelas no céu ou para os vagalumes que piscavam, rezava todas as orações em italiano que eram muitas.*<sup>115</sup>

Ratifica ainda, neste trecho, aliando a figura da mãe aos preceitos católicos:

---

<sup>113</sup> REIS, J. J., op. cit., p. 116.

<sup>114</sup> BARDINI, Antônio. *A cruz centenária: 1894 - 1994*. [S.l.: s.n.], [198-]. p.42: “Para os antigos as duas principais ocupações eram: trabalho e orações.”

<sup>115</sup> Ibidem, p.38.

*Guardo ainda na memória as recomendações de minha mãe, os conselhos que me enviou nestes 71 anos de minha vida, embora pense alguém que a doutrina decorada não serve de nada.*<sup>116</sup>

Algumas das entrevistadas eram esposas de “fábriheiros”, homens da comunidade que se encarregavam de dar o aviso dos enterros, como foi anteriormente falado, limpar o cemitério, reformar a igreja, entre outras coisas. O sogro de Dna. Irma era capelão<sup>117</sup>, comandava os cultos, os “enterros”, função assumida por seu marido posteriormente:

*Ele era capelão que aquela época não existia padre, ele era capelão, ele enterrava defunto, ele era muito de igreja, presépio, essas coisa, muito ligado com os padre e depois o meu marido só casou e já começou também a ser puxa-saco dos padre.*

A sua sogra, a parteira Luiza, era quem recebia os padres, fazia a comida e preparava o quarto. Os padres visitavam a região uma vez a cada mês, ou a cada dois meses<sup>118</sup>, porém a religiosidade era preservada por meio das procissões, das festas dos santos, das irmandades e dos cerimoniais, que elas relembram com prazer. Dna. Irene, cuja sogra residia ao lado da igreja da “Sede” e igualmente atendia os padres, me fala dos cantores do “ofício”:

*Aqueles que faziam o ofício, nunca ouviu falar, do ofício das almas? Aí os cantor, era o meu sogro, era o falecido Formentin, , cantavam tudo em latim, não sei como é, italiano, né? É era o ofício. Então era doze pessoas, doze almas que tinha que cantar. Seje de um lado, seje de outro, então cada um cantava um pouco, o outro cantava um pouco, era um negócio bíblico que tem, antigo, é porque era pra alma de fulano né?*

---

<sup>116</sup> Ibidem., p.38.

<sup>117</sup> REIS, J. J., op. cit., p. 120, sobre o “especialista leigo”, e SEYFERTH, G., op. cit., p. 52, sobre “padre leigo”.

<sup>118</sup> Não era paróquia ainda, portanto, o padre fazia visitas ocasionais.

Pelo que pude levantar, o ofício dos mortos consistia numa celebração às almas dos mortos em geral, ou na ocasião de um “enterro”, onde se cantava em latim “*cantos muito longos com melodias fúnebres, com um sentimento profundo*”<sup>119</sup> ou, no dizer de Claudino Biff, “*em paupertária melodia gregoriana.*”<sup>120</sup> O coro era composto por vozes masculinas: “*Só cantava em latim, nada em brasileiro. Eu cantava a Offiziatura dos mortos, Pater Noster, Miserere mei Deus, ladainhas della Madona e dei Santi.*”<sup>121</sup> Tudo indica também que os cantores eram pessoas detentoras de um certo respeito, “*como ele era o professor dos cantores, o povo dava dinheiro, pato, galinha pela cantoria dele*”<sup>122</sup>, possivelmente por dominarem uma função considerada importante, a qual exigia pessoas alfabetizadas, o que não era comum à época.

Mas mudanças ocorridas revelam, segundo o olhar de Dna. Irene, um empobrecimento deste cerimonial: “*agora não, tem uma missa só para cinqüenta defunto.*”<sup>123</sup> Todavia é na fala de Dna. Amábile, sobre o ofício dos mortos, que encontramos as definições dos espaços femininos e masculinos, e o que cabia a cada um, no interior da igreja:

*“É, os home eles ia lá na frente, lá na frente do altar, então tinha uns banco assim do lado de lá e uns banco assim do lado de cá do altar, ali os home cantava, era 7, 8 home do lado de lá, mais 7, 8 do lado de cá, tudo home de idade, ali eles cantava aquilo em italiano. Eles cantava à tarde. (...) Ah! mulher cantava de manhã, cantava aquelas ladainha italiano, que se fosse cantá eu canto de hoje também, eu sei cantá ainda. Pra Nossa Senhora, aqueles Pai Nosso e Ave-Maria, e rezava o terço.”*

---

<sup>119</sup> BARDINI, A ., op. cit., p. 39.

<sup>120</sup> BIFF,C., op. cit., p. 14.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>123</sup> BARDINI, A ., op. cit., p. 40: “Hoje as orações e cantos nas missas de corpo presente são as mesmas de dia de festa ou de missa comum.”



Ela faz questão de colocar que isso só era possível por conta dos “*que se criaram lá na Itália, eles sabia lê, então sabia tudo de italiano, trouxero os livros, o meu avô tinha livro, a minha avó sabia lê*”. A infinidade de rezas e ladainhas eram transmitidas oralmente aos descendentes, pois as professoras que transitaram pelo município neste período, eram “brasileiras”, ou seja, ministravam aulas para o aprendizado da língua portuguesa. Era, portanto, através da oralidade que se asseguravam certos “usos e costumes”, só que estas referências foram consideravelmente abaladas, no caso dos italianos, durante o Estado Novo e a sua política de nacionalização.<sup>124</sup>

Faz-se necessário retomar a figura do padre, para remeter às irmandades. Nas suas esparsas visitas, além de batizados e casamentos, ele asseverava a fé cristã da comunidade, com a criação de irmandades, que acabavam sendo “*o canal institucional mais expressivo da devoção popular.*”<sup>125</sup> A única citada, e que persiste até esses dias, é a do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, mas havia uma outra, a das “Filhas de Maria”, da qual só participavam moças solteiras, que teve exígua existência. Dna. Irene conta que, dentro dessa irmandade, vários preceitos deveriam ser seguidos, e um deles, era o de que as moças não poderiam dançar. Aguçada pela curiosidade, pergunto eu: “*Então dona Irene, acabaram com as danças?*” Ao que ela ligeiramente me responde: “*Acabaram com a Irmandade. Então tu acha que uma moça não ia dançá?*”<sup>126</sup>

Adentramos pois, num outro espaço de encontro, de sociabilidade, que consistiam nos bailes e nas domingueiras. As domingueiras, como o próprio nome já diz, eram as danças programadas

---

<sup>124</sup> BARDINI., Antônio. *Conhecer para Amar: a primeira colonização de Pedras Grandes e do sul de Santa Catarina*. [S.l.: s.n.], [198-]. p. 54; BIFF, C., op. cit., pp. 17 e 18; SEYFERTH, G., op. cit, p.90.

<sup>125</sup> REIS, J. J., op. cit., p. 138.

para depois do “terço” ou do culto, aos domingos. Em quase todas as localidades do município, aonde erigia-se uma capela, havia um salão para as domingueiras. Na “sede” encontramos vários salões, que na realidade eram a residência de algumas famílias, que cediam uma parte da casa para as danças: *“ali no falecido Magagnin, lá no falecido Vicentin, onde é o prédio do seu Luís Nandi e lá no salão do meu sogro!”* (Irene)

Decididamente, a irmandade das “Filhas de Maria” não encontraria adeptas, posto que era só sair *“da igreja e a gaita velha tava lá tocando, todo mundo de chinelo, de tamanco”*. (Felícia) Ao ritmo da valsa, da rancheira e do xote, *“as mocinhas da cidade, são bonitas e dançam bem”*<sup>127</sup>, dançavam até próximo do sol descer, porque *“se chegasse em casa depois do sol entrá, Deus o livre, aquele tempo era rigoroso, né.”* (Felícia)

Na rememoração do passado, elas estão constantemente ocupadas em frisar as diferenças entre o “ontem” e o “hoje”, exibindo, neste caso, a oposição entre a rigorosidade e a liberalidade dos costumes. Obviamente, existiam condutas e determinações a serem observadas, pois *“não se saía sem pedir pro pai e se ele não deixava, tinha que ficar em casa”*, porém *“alguma vez a gente dava uma escapadinha”* (Felícia) A impressão que se tem, ao ouvi-las falar sobre “aquele tempo” é a de uma constante vigilância e controle. Mas as “escapadinhas”, os casos de gravidez antes do casamento, e os famosos “caretos”, quando as moças íam embora das domingueiras, acompanhadas pelo namorado, revelam certas possibilidades, certas brechas, frente aos padrões de comportamento vigentes. Talvez o mais importante consistisse em não ficar “falada”, pois aí

---

<sup>126</sup> Jonas Cadorin, no seu livro sobre o município de Nova Trento, de colonização italiana, fala sobre a criação de “movimentos de espiritualidade”, em fins do séc. XIX, e infere que estes visavam a formação religiosa e possuíam regulamentos e práticas estabelecidas, entre eles a freqüência a bailes e outros divertimentos não previstos, o que implicava num afastamento do grupo. Como vimos, em Treze de Maio houve uma resistência por parte das moças às regras das “Filhas de Maria”, redundando na sua extinção. In: CADORIN, J. *Nova Trento, outra vez...* Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992. p. 63-64.

<sup>127</sup> Trecho de música cantarolado até hoje, por algumas senhoras.

certamente acabaria em casamento ou, se o noivo não aceitasse, na sua prisão.<sup>128</sup> Algumas moças, inclusive, faziam uso desta moral estabelecida, inventando uma gravidez, para não caírem num pecado(?) maior, o de ficarem solteiras.

O interessante é que esses padrões de conduta e suas “brechas”, afloram nas lembranças das festas. Maria Bernardete Ramos Flores, ao falar sobre a visitação às casas, no tempo do Terno de Reis e sobre a pluralidade desses pequenos espaços festivos, onde “*os namoros se dão, a vizinhança estreita laços de amizade, realizam-se a comunicação, o controle dos valores e o intercâmbio das experiências cotidianas, dos saberes e de tantas coisas do mundo vivido*”<sup>129</sup>, sintetiza, ou talvez amplia o meu olhar sobre estes encontros festivos, principalmente os circunscritos às “domingueiras”, pois eram freqüentados por toda a comunidade, findo o cumprimento do dever cristão, o terço. Por iniciar-se logo após a reza, permite a participação de moços e moças, mas também a de seus pais e mães. É claro que os homens tomariam cerveja, as mulheres sentar-se-iam em banquinhos a observarem as filhas e conversarem entre si. Os moços estariam de um lado da sala e as moças de outro a entreolharem-se e estas, esperando o convite para uma “marca”. Mas ao toque do gaiteiro esse quadro move-se ao som da música, das cantorias, do arrasta-pé animado, dos “causos” contados, das risadas, das fofocas, da embriaguês do álcool e dos sentidos, das experiências compartilhadas, dos desafetos, dos jogos, dos namoricos, até perto do “sol entrar”. O domingo, sem sombra de dúvida, era o dia da união entre o sagrado e o profano.<sup>130</sup>

Além destes salões, presentes em várias localidades, a partir de uma certa época, foi fundado um clube. Se elas não recordam muito claramente da regularidade das visitas do padre, o mesmo não se pode dizer, das festas do clube: “*O clube fazia um baile por mês e uma dança no domingo,*

---

<sup>128</sup> Isso era muito comum à época, ver FONTANA, G. B., op. cit., pp. 239-247.

<sup>129</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. p. 7.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 7, fala do espaço da casa, na visita do Terno de Reis, como um lugar sagrado e profano.

*cada quinze dias*”. (Amábile) Tão vívida é esta passagem na memória de Dna. Amábile, que reproduzo a transcrição deste trecho:

*A tua avó era rainha daquela vez, ela com a Selvina. O vestido rosa delas com o laço preto, e o nosso era rosa com o laço branco, nós tudo de vestido longo, o dia que nós fundemo o clube, dia 7 de setembro de 1937. Era de noite e nós saímo de lá de baixo né, saímo tudo encarrerado, os rapazes tudo com terno branco e as mulher tudo com vestido rosa longo. Mas tava tão bonito, e tava lá na porta esperando o presidente do clube e o fundador que era o Germano, e o falecido Preve era o presidente e tinha toda a diretoria que acompanhava, o Frederico Catâneo, o Virgílio Moreira. Aí nós chegemo lá e tinha uma banda de música esperando e nós seguimo lá tudo, ah! Mas que festa bonita. E, tinha que tê lampião prá clareá, porque aquela época não tinha nada de luz né, tudo lampião. E eles soltaram uns fogos de artifício que eu nunca tinha visto na vida, começaram a soltar aqueles fogos e começava a cair aquelas lágrimas de fogo, daqueles fogos bonitos, eu nunca tinha visto fogos na minha vida, só bomba, mas daquelas bomba que vinha caindo em cima da gente.*

Descrever a cor das roupas, o modelo, as diferenças encontradas nas minúcias, o “laço preto” e o “laço branco”, é uma das facetas da memória feminina. “A *memória feminina é trajada*”.<sup>131</sup>: Também o é. Ao menos elas se permitem falar dos trajés, dos fogos como “lágrimas”, e Dna. Amábile segue falando do “bufê”, da “gasosa”, da ausência de banheiro antigamente e não satisfeita, ainda completa, “*latrina, como dizia os alemão em São Ludgero*”, referindo-se a cultura do local, onde estudou quando era pequena. Dá conta das mudanças, “*tinha lampião prá clareá, porque aquela época não tinha nada de luz*”, e evoca os nomes dos que compunham a diretoria. A memória feminina não enuncia só o privado, pois estas recordações explicitam a sua posição naquela sociedade (era filha do fiscal do clube), sinaliza as transformações, está atenta às relações

além do aparente (quem ficava com o bufê, lucrava e pagava o aluguel) e aos personagens dos acontecimentos. Convém deixar claro que a frequência ao clube é presente nos relatos de Dna. Felícia, Dna. Amábile, Dna Irene e Dna. Irma: senhoras que, como já vimos ao longo do texto, eram possuidoras de certos quesitos que as situavam numa classe social mais abastada.

Tão relevante para elas era a “dança”, que Dna. Irma ressentia-se ao falar que *“o meu marido não dançava e eu gostava de dançá, antes de começá a namora com ele eu dançava, depois pronto, né.”* Por outro lado, alegra-se em me contar que *“agora tem esse negócio dos idosos, tô dançando que nem uma doida”*. O grupo da 3ª idade, existente hoje na comunidade, promove várias atividades, divididas por períodos, porém o mais esperado é o momento do “arrasta-pé”. Antigos casais, viúvos e viúvas ocupam o salão, revivendo as domingueiras, os bailes e comungando de histórias que asseguram vivos e importantes, num momento de suas vidas em que poucas pessoas tem tempo e paciência para ouvi-los.

Naquele tempo, os bailes e as festas eram um espaço de sociabilidade, onde os pais levavam as filhas e estas, encontravam os moços que viriam a ser seus futuros maridos: *“Conheci ele no baile ali do clube mesmo”*(Amábile) e *“Eu conheci numa festa em Sertão dos Mendes, que ele foi lá me procurar, né”*. (Irene)

Contudo, faz-se necessária uma pequena pausa nesse instante da narrativa que culminará com o casamento, para nos determos um pouco mais nas moças.

Havia todo um conjunto de regras e prescrições que envolviam o “ser moça”. Pretendo fazer um pequeno prelúdio que situe o leitor, ou lhe forneça alguns indícios no que se refere à sua sexualidade e a relação mãe e filha, ou outra que assumisse esse papel, como também a delas com seus filhos/as, no tocante ao parto e às suas histórias.

---

<sup>131</sup> PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18,

Dna. Irma recorda que, ao “ficar mocinha”, a

*falecida minha mãe também não me disse nada, devia tê dito, quer dizer que eu desconfiei por causa que eu sempre descobria a roupa da minha irmã mais velha, descobri por si, mas a mãe, acho que tinha a obrigação de...*

Com certeza Dna. Irma também não “alertou” as suas filhas sobre a menstruação, mas como “a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual”<sup>132</sup>, emite assim seu julgamento em relação à postura de sua mãe. Adequadas aos costumes da época, havia portanto outras formas de se adquirir conhecimento sobre este assunto. Uma delas era a observação, como me colocou a depoente acima e a outra, a experiência das próprias amigas:

*Minha mãe, ê!! Deus o livre! E depois que a gente se criou mocinha, aí que a gente conversava com as colegas, né? A gente conversava, dos mês assim que a gente tava assistida, né? Então, nós contava uma pra outra, né? (Robertina),*

ou

*eu tava na aula ainda quando fiquei mocinha, e eu fiquei assim apurada, né? Tinha uma prima minha na aula que ela era mocinha, aí eu falando para ela, ela disse: não boba porque tu é mocinha, porque também me aconteceu assim ó, eu também sou mocinha. (Maria Ana)*

Elas costumam dizer que “não se falava sobre estes assuntos”, mas tudo indica que trocavam experiências relacionadas ao “ser mocinha”, assim como suas mães partilhavam saberes sobre o parto, nas visitas do resguardo:

---

ago./set. 1989. p. 14

<sup>132</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p.31

*Quando chegava uma mulhé velha lá em casa, nós só fazia o café, botava o pão na mesa, as xícara, ninguém chegava perto. Daí elas conversavam as conversa dela, aí não ia ninguém na sala!” (Robertina)*

Não vou entrar neste mérito, mas é interessante registrar a associação do fluxo menstrual com “sujeira”, que segundo Mary Del Priore, em seu livro sobre a mulheres no Brasil Colônia, estava incorporada à mentalidade popular, era endossada pelos médicos, mas situava-se na cultura cristã:<sup>133</sup>

*Até quando nós tava assim menstruada, nós não ia tomá comunhão! Não ia. Porque pra gente recebê Nosso Senhor, nós temo que tá com o corpo bem limpo, né? Embora a gente saia assim bem limpinho de casa, né? Mas chegava lá...(Robertina)*

Como vou explicitar no capítulo posterior, a parturição era um território feminino, do qual só participavam mulheres casadas e com filhos. Do ponto de vista físico, esta prática dava-se no interior da casa, então, como esconder das vistas aquilo sobre o qual nem mesmo se falava? Os mecanismos eram variados. Primeiro, não havia uma problematização da gravidez, ou seja, não encontramos, nas entrevistas, nenhuma mãe que tenha dito algo do tipo, “olha, mamãe vai ter um nenê” ou “mamãe está grávida”. A mãe de família, como veremos no próximo capítulo, não interrompe sua lida cotidiana, silencia sobre o assunto, reproduzindo o comportamento de sua própria mãe e, para exemplificar uma situação de curiosidade, faço uso do caso de uma depoente, que ao colocar a mão sobre a barriga de sua mãe, é repreendida com um forte tapa. Assunto encerrado.

Na ocasião do parto, observa-se o afastamento das crianças: “Ah, eles tiravam, eles não deixavam a criança ali” (Maria Ana), ou como infere Dna. Irma, “nós dormi numa casinha separada, numa lojinha que ele tinha.” (Irma) Continua dizendo que os seus permaneciam em

casa, quando eram “*mais pequenos*”, porque “*era quase sempre de noite isso, eles dormiam, eu não me lembro se eu ganhei algum de dia*”.

Após o parto, quando “surgia” o nenê, possuía-se todo um arsenal de histórias fantasiosas, dirigidas tanto às crianças, quanto às moças: “*Aí eu dizia assim: poxa mãe, da onde que vem esse neném? Ah, achei na toca da bananeira*” (Robertina) Segundo Dna. Irma, “*uma veis nós só mentia, dizia que ia buscá no quintal, num pé de repolho*”. Deliciosas fábulas, que se valiam do contexto aonde estavam inseridas e dos espaços nos quais circulavam no labor diário, como a “roça”. Dna. Amábile recorda que, como sua mãe era parteira, ela vivia “descobrimdo” bebês. Numa infinidade de lugares, como a “roça de milho”, “no meio da batateira”, “naquele mato de mandioca”, e assim conclui ela, “*não era nada ganhado de parto*”.<sup>134</sup>

Por fim, Dna. Robertina, no auge de sua empolgação, me conta que, uma certa vez, diante da inquirição de suas filhas, disse que foi “*a titia que trouxe*”. Não satisfeita a curiosidade, “*onde é que a titia comprô?*” ao que ela responde: “*Ela comprô do avião que passô!*”

Ou ela incorporou este elemento à narrativa, demonstrando o dinamismo da cultura, frente as transformações observadas por ela, ou foi vítima de mais uma das armadilhas da memória, mesclando passado e presente. Ah, essa Dna. Robertina!

Esta senhora também me surpreende pela idade com que casou: 16 anos. Mas tão logo tomo ciência da faixa etária das minhas entrevistadas, o espanto se desfaz, pois o espectro varia entre 16 e 21 anos. Ressalto que 20, 21 anos já constituía-se numa idade limite, como me fez ver Dna. Irene, num dos nossos diálogos:

---

<sup>133</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993. p. 232

<sup>134</sup> Sobre a intenção destas fábulas, ver: KNIEBIEHLER, Yvonne. *Corpos e corações*. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. vol. 4. Trad.: Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 358



- *Quando a senhora casou com o seu Olindo, lembra que idade tinha?*
- *Eu tinha vinte anos.*
- *Vinte anos? Moça nova!*
- *Era bem madura, né?*
- *Se dizia que era madura nessa idade?*
- *Não, não dizia! Eles sempre diziam.*

A confirmação revela-se, igualmente, na inferição de Dna. Maria Ana: *“Eu casei com 21 anos, já tinha uma experiência.”*

Por outro lado, nas armadilhas da memória, como já coloquei, Dna. Irma diz que *“casou nova, não tinha dezoito”*, ou Dna. Amábile, que estava com dezenove anos e no entanto ao emitir um parecer sobre sua cunhada, diz que esta *“casou criança”*. Detalhe, sua cunhada tinha dezoito anos, ou seja, *“memória é trabalho”*<sup>135</sup>, e no trabalho de reconstrução do passado, nestas idas e vindas, aludem ao passado, valores do presente.

Dna. Maria Ana, cuja mãe faleceu quando tinha sete anos, indo morar com a avó e com a qual aprendeu muita coisa, como ela mesma enunciou anteriormente, diz que casou até bem. *“Casar bem”*, além de remeter as *“posses”* da família do noivo, aplica-se aqui, ao seu enxoval:

*eu tinha enxoval, eu tinha muita coisa do tempo da minha avó, porque naquele tempo as meninas já iam se aprontando cedo, né? Aí ela também me deu uns novilhinhos, que eu vendi, e eu mesma aprontei meu enxoval, fiz tudo. Então eu não casei muito mal. Casei até bem.*

Outra que *“casou bem”* foi Dna. Irene, visto que seu esposo *“era intendente, porque uma vez aqui era distrito, não tinha esse negócio de prefeitura”*. Dna. Irene, a filha do pai que era

---

<sup>135</sup> BOSI, E., op. cit., p. 17.

dono de uma “propriedade bela”, lembra com orgulho da posição do marido, assim como da propriedade do pai.

Em contrapartida Dna. Idalina, a senhora que “descia” até a sede para vender ovos, com um filho no colo, não fala do seu casamento. Limita este momento a uma frase: *“ora não sei com quantos anos eu casei, de dezoito eu acho. É, quando eu ganhei a menina Laura, eu tinha dezenove anos”*.

Precisa a idade com a qual se casou, por meio do nascimento da filha, e é só o que ela tem para me dizer. Num outro trecho, diz que seu marido era “meio brabo”, que “não queria ser nova”, que passou “muito trabalho”. Tudo bem, a expressão “trabalhei muito na minha vida”, é recorrente entre as depoentes, mas apenas eu, sua ouvinte, consigo visualizar expressão do seu rosto, o fardo das palavras que saíam de sua boca. Às vezes ela silencia, como neste caso. Memória é esquecimento.<sup>136</sup>

Dna. Amábile contrasta com Dna. Idalina. Aponta o dia de seu casamento, como mais um evento a ocupar um espaço especial em sua memória, como a fundação do Clube, a ser detalhadamente lembrado, para quem se dispuser a ouvir. É facunda e entusiasmada e eu não posso cercear a sua narrativa:

*No meu pai, de manhã assim lá pelas dez horas mais ou menos, depois ia casá no civil, depois nós fazia a janta aqui no meu sogro e aí depois da janta então a dança a noite inteira. (...) A dança foi até umas três, quatro horas da manhã, dança mesmo, de dançá mesmo. Já fiquei ali, a minha roupa o falecido Alfredo tinha ido buscá de carro de boi, já tinha levado a minha mudança. (risos). Tinha o quarto pronto, os móveis são esses aí que tenho no quarto (pego o gravador e a acompanho até o quarto da sua nova casa). As mulher lá, a falecida minha sogra e as mulher que trabalhavam lá com ela, tinha a Lina né, tinha a tia Lina, tinha as*

*mulher que tavam trabalhando lá, que arrumavam o quarto né, aquele colchão de palha dessa altura (faz com a mão). Colchão de palha, depois então por cima a minha mãe deu dois penero daqueles grande. Sabe, eu trouxe dois penero e quatro trabecero, trabecero ainda aqueles ali. Olha aqui onde é que tá o meu lençol de casamento (abre a gaveta da cômoda e puxa o lençol). Lençol que minha mãe fez, só o lençol, o resto acabei. É de morim, aquele tempo, ele era morim, não era cretone, então tinha emendado no meio pra fazê lençol, não era aquele de cretone igual a hoje, que é largo né. Deixo ali, só lavo de vez em quando porque amarela (guarda e fecha a cômoda). O trabeseiro é de pena, e o penero também tá ali guardado, ali dentro, que a minha mãe me deu. Então a minha sogra dava o colchão de palha e os penero levei de casa, os dois penero e os quatro trabecero, então nós botava o penero embaixo, depois botava lençol, depois botava outro penero por cima, não botava o lençol de virá assim (imaginariamente levanta-se e arruma a cama). Era uma montanha, era uma montanha (se mata de rir). Mas que gostosa no inverno.*

Diz Michele Perrot, que

*a confecção do enxoval é um legado de saberes e de segredos, do corpo e do coração, longamente destilados. O armário de roupa é ao mesmo tempo o cofre e o relicário. A espessura dos lençóis, a delicadeza das toalhas de mesa, os monogramas nos guardanapos, a qualidade nos panos de limpeza ganham sentido numa cadeia de gestos repetidos e engrinaldados<sup>137</sup>.*

Tudo isso foi por mim experimentado neste “passeio” pelo quarto de Dna. Amábile. Mais do que os seus gestos que me dão sua posição no mundo, sua identidade<sup>138</sup> faz uso deles na tentativa de aproximar ainda mais de suas lembranças, sem se preocupar se isto poderia ser captado pelo gravador. Não importa Dna. Amábile, na relação de ouvinte e narradora que construímos, o gravador é um pormenor. Ele permite o registro da fala, mas não o do nosso momento

---

<sup>136</sup> MONTENEGRO, A . T., op. cit., e BOSI, E., op. cit.

<sup>137</sup> PERROT, M., op. cit., p.14

compartilhado, o da sua experiência revivida, nestes recônditos do privado, os quais só a senhora pode enunciar.

Espero que o leitor consiga apreender em parte a importância de trazer à tona as recordações destas mulheres, de alçá-las a condição de porta-vozes, não só da vida privada, mas da vida como um todo. Como Dna. Amábile, elas tem muito a falar. E é acreditando nisso, que passaremos ao segundo capítulo.

---

<sup>138</sup> BOSI, E., op. cit., p. 360.

## **Das Senhoras dos “repolhos” e das “roças”: ou como nasciam os bebês**

Avista-se, dobrando uma das curvas da picada, um rapaz de vinte e poucos anos montado num cavalo e logo atrás uma senhora, com um lenço na cabeça, sentada de lado na sela, em outro cavalo. O sol ainda não nasceu: madrugada fria de inverno. O caminho é longo e dificultado pelas pedras que apontam na picada sinuosa e fechada pela mata virgem que ameaça emaranhar os passantes. Depois de mais uma curva, o rapaz levanta os olhos e vira para a senhora, anunciando a chegada. Aproximam-se de uma casinha de madeira, no meio de um vale, único lugar descampado em meio a toda aquela mata. Encontram-se na frente da casa e a senhora desce do cavalo. Sem olhar para o rapaz, adentra a casa e vê uma mulher sentada num banco de madeira, gemendo, tendo ao lado uma senhora mais velha e do outro, uma mais moça.

A moça é levada para o quarto e é deitada na cama de casal sobre um colchão de palha. A senhora pergunta se tem azeite e a senhora mais velha, que é sua sogra, vai buscá-lo na despensa, junto à cozinha. Ela pega o azeite e aproveita para aquecê-lo no fogão a lenha. De volta ao quarto, separa alguns panos de saca, que estão ao lado da cama e, com a ajuda da sogra e da senhora mais moça, sua vizinha, coloca-os embaixo da parturiente. Esta, por sua vez, respira com dificuldade e suplica que Nossa Senhora do Bom Parto a ajude a sobreviver a este sofrimento. A senhora então, passa o azeite nas mãos e com palavras de conforto, esfrega-o na barriga da moça. Em seguida, sente se a criança está na posição certa para nascer e coloca as mãos afastadas e em concha para recebê-la. A essa altura a moça está agitada e pronunciando frases sem sentido, em meio às palavras de conforto da outra, quando, num profundo suspiro, a senhora sente a criança nas mãos. Coloca-a

em cima dos paninhos e com uma tesoura corta o cordão que liga-a a mãe. Na seqüência, realiza uma série de ações que demonstram preocupação com o bem-estar da moça-mãe. Só depois ocupa-se da criança, banhando-a em água morna e em seguida cobrindo-a com panos ajustados ao longo do corpinho, prendendo pernas e braços, sem esquecer de passar azeite para que não grude nos paninhos.

Sai para a rua e chama o rapaz, que está picando lenha e comunica o nascimento. Ele abre um sorriso, e em meio a sua falta de jeito, diz que vai lhe dar um porco como agradecimento. A senhora retorna ao quarto e depois de recomendar que a mãe tome um purgante e não esqueça de colocar uma moeda entre os paninhos, em cima do umbigo, pergunta se os frangos para o caldo da quarentena estão prontos. A moça responde afirmativamente, pois a sogra e a vizinha já os haviam preparado. A senhora respira aliviada, pois assim poderá voltar para casa no mesmo dia.

Esta é uma das cenas que imagino quando assumo o papel de narradora das histórias por mim ouvidas. É um relato ficcional, sem dúvida, mas assim é a maioria dos relatos das minhas entrevistadas. Essas idealizações são próprias do tempo que nos separa das coisas vividas: como já foi falado, a memória reinventa, seleciona os fatos, apazigua conflitos. Mas nem por isso as suas lembranças deixam de ser verdadeiras, ou desprovidas de importância, apenas devem ser analisadas à luz de certas categorias históricas. Disse Paul Veyne, que o “tecido da história” é o que se pode chamar de

*uma intriga, uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta ao seu bel-prazer e onde os fatos tem suas ligações objectivas e a sua importância relativa (...).*<sup>139</sup>

É a partir de uma dada intriga, e não de uma totalidade, que os fatos vão adquirindo relevância, vão assumindo uma ordenação num campo de relações que se torna visível. Assim, passamos de uma narrativa ficcionalizada para uma narrativa histórica<sup>140</sup>, onde irei tratar do que me foi dado a conhecer através das falas femininas acerca do parto e das parteiras, numa tentativa de reconstruir o seu significado através das suas recordações.

Por outro lado, ao escolher a oralidade das mulheres enquanto fontes para esta narrativa, objetivo

*Enfatizar a experiência histórica e social das mulheres enquanto seres concretos, à margem de sujeitos abstratos, de sistemas teóricos, de conceitos intelectuais que sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão das mulheres da história racional e finalista (...)*<sup>141</sup>

Neste capítulo, portanto, elas adquirem concretude e a prática dos partos é inserida no contexto cultural enunciado anteriormente, tornando-se visível. Do mesmo modo, o leitor irá perceber que esta inserção está diretamente relacionada a outros afazeres femininos como a cura, os trabalhos domésticos e da roça. Talvez explicitando melhor, que o trabalho de parteira é mais um no interior de outros, e que o fato de ser uma parteira “reconhecida”, não a torna detentora de uma especialização à qual irá se dedicar, e que a desincumbirá de outras atividades. Assim, falarei de um saber do qual as mulheres são detentoras, mantenedoras e responsáveis por sua transmissão, porém que está incluso no rol de atividades essenciais `a sobrevivência daquela comunidade. Neste ínterim, vamos percebendo uma construção de significados em torno da gravidez, do parto, dos bebês, do

---

<sup>139</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: edições 70, 1987. p.44.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 14

<sup>141</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos femininos: perspectiva histórica e Hermenêutica do quotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 45

resguardo, do “ser parteira”, e ao mesmo tempo chamando a atenção para as formas do lembrar, de como elas se representam, das diferenças étnicas, das maneiras de fazer, que estão além do biológico, das interdições, das prescrições, da rede de relações que aí se estabelecem.

Tento assim, esvaziar o que talvez possa ser considerado como uma “cultura feminina” universal, para lançá-lo num fazer-se da própria cultura, relativo àquela comunidade e àquele momento histórico, sem por isso deixar também de mostrar suas similitudes com outros tempos e outras culturas. Porém estas analogias tem como finalidade auxiliar na compreensão desta prática e não torná-la a-histórica, universalizante ou até mesmo possuidora de um caráter arquetípico.

Segundo Michelle Perrot, “*para escrever a história popular da Revolução Francesa, Michelet interrogava as mulheres*”<sup>142</sup>: para fugir a uma história oficial, no primeiro capítulo, também as interroguei, alçando-as a condição de sujeitos, acostumadas que estão, a verem suas falas reduzidas “*ao nível da tagarelice*”<sup>143</sup>. Continuo neste capítulo, a conferir-lhes o mesmo grau de importância enquanto sujeitos, transformando as lembranças do vivido em um registro, que por sua vez lhes dá historicidade. Ao menos aqui, elas não “*se retiram para a sombra, tristes e silenciosas*”.<sup>144</sup>

## A Gravidez

Antes do primeiro parto, mesmo na gravidez e antes dela, no início do casamento, ou ainda mais, na sua adolescência, a mulher fazia parte de um mundo ainda desconhecido, no que se referia a

---

<sup>142</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 207.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 207.



certas coisas do feminino. Para as moças contavam-se quase as mesmas histórias que para as crianças acerca dos bebês. Tudo que era ligado à sexualidade, à gravidez e ao parto, não era comentado. Portanto, após o casamento, quando o fluxo menstrual se ausentava, sentiam-se enjoadas e o corpo se transformava, descobriam-se grávidas.

Na maioria das vezes dependiam do aviso de alguma mulher mais experiente, geralmente a sogra, com a qual boa parte delas coabitava, nos primeiros anos de casamento:

*ela me dizia, a minha sogra avisou. Não aparecia mais e a gente não ligava, eu nunca ia sabê mesmo.*(Idalina)

*Ah! Quando tava grávida sim, ela falava, tinha receio, minha sogra também, tu pensa que ela falava muito, falava pouco, ela não falava assim, é muito pouco, só quando ela via que enjoava e começava a vomitar então, que eu enjoava muito.*(Amábile)

Na realidade, a sogra (poucas vezes a mãe) era quem autorizava, ou quem reconhecia a gravidez. O discurso do “eu nunca ia saber”, parece estar incluso no rol do que devia ser dito, de uma moral introjetada ao ponto de ser rememorada pela depoente.

Senão, vejamos a fala de Dna. Maria Ana “*Não a gente sabia né porque aí não vinha a menstruação da gente aquele mês ali, no outro a gente já sabia, né? Porque era certinha, tá.*” ou a de Dna. Amábile, que havia falado de sua mãe e de sua sogra: “*Não, mas a gente sabia né, porque chegava a menstruação que se passava um mês, a gente já era mais ladina, né! É sabia que tava grávida, não, não, depois de nós casada já era mais ladina, não precisava ensinar não.*”

A aparente contradição das falas, nos permite entrever um conhecimento em torno do “estar grávida”. Como adquiriam este saber, torna-se um ponto de difícil investigação, talvez através da

---

<sup>144</sup> Ibidem, p. 210.

observação, da escuta de conversas, o essencial é que elas sabiam disso, mas que ao se encontrarem neste estado, deviam esperar pelo reconhecimento da mãe ou da sogra. Este tipo de “licença” poderá ser observado em outras situações, descritas mais a frente.

Então o “descobrir-se” grávida, era definido por meio de evidências, como a ausência de menstruação: *“Quando a gente fica grávida, não aparece mais a menstruação, nove meses”* e o enjôo: *“aí dava aquele enjôo né, enjoava a comida”*. Aí adicionavam os seus “ditos pressentimentos”, *“quando eu pressentia que não aparecia mais, eu ficava bem quietinha, é. Eu esperava o outro mês, não aparecia, aí dali eu já começava a contar prá frente”*.(Robertina)

Ao referirem-se ao enjôo, além de transparecerem uma gravidez não tão idílica quanto podia parecer, remetem-nos a uma “panacéia” caseira de remédios agregados as prescrições:

*Da primeira não, mas do segundo em diante, eu vomitava tanto, vomitava tanto, então a minha sogra procurava né, dava um purgantinho prá fazê alguma coisa, vê se melhorava, né. Vomitava três, quatro mês.*(Amábile)

O uso do “purgantinho” como diz Dona Amábile, era uma das prescrições a serem cumpridas durante a gestação. Fazia parte da medicina caseira, assim como os chás e era recorrente em várias situações, como no parto, no resguardo e no cuidado com os bebês. Eu diria que o “purgante” possuía um uso generalizado, não só aliado a gestação e a parturição, pois é ainda hoje evocado por homens e mulheres da comunidade, para vários fins. O nome “purgante” está associado a sua propriedade laxativa, mas nada mais era do que óleo de rícino. Segundo Antônio Bardini, *“o óleo era comprado em vidros compridos e finos”* ou, com propriedade similar, *“algumas famílias*

*colhiam a semente de mamona, ferviam e aproveitavam o óleo.*”<sup>145</sup> Enfim, ele estava associado a limpeza e a purificação, neste caso, tanto da mãe quanto do bebê:

*Dava, ela diz que tinha que tomá um purgante que era pro nenem vim com uma pele limpa e pra criança vim saudável. Pra não nasce assim com problemas, com eczema, com pele seca, com grachadura, com ermo, então ela dizia, tem que tomar o purgante, ela dava o purgante de novo não adiantava porque antes de, uns 8 meses, faltava 15 dias pra ganha ela dava o purgante.*(Maria Ana)

Algumas mulheres falam até sobre a regularidade, variável de uma entrevista a outra, com a qual ele deveria ser tomado:

*a gente tomava três purgante na gravidez. Era três purgante, não era do médico não, não era nada, nem tinha médico, nem sabia o que era médico, agora era purgante de óleo, tomava, de três em três meses.*(Amábile)

Juntamente com o purgante estavam os chás, recomendados sempre pela sogra ou pela parteira, com fins específicos:

*A gente sempre tomava muito chá de camomila, naquele tempo a gente usava, né? Que era bom para bexiga. As parteiras mandavam a gente toma purgante, para limpeza né? A sogra dizia também, elas olhavam para o filho né, eu acho que elas sabiam. Então elas diziam que era bom para vivência, para refresca o sangue. Não sei porque, antigamente a gente tomava muito purgante. É pra esquentar um pouco, lá uma vez por outra tomava, chá de noz moscada, pra não pegar friagem né? Quando a gente apanha friagem, noz moscada é quente, dizem né?*(Irene)

---

<sup>145</sup> BARDINI, Antônio. *A cruz centenária: 1894 - 1994*. [S.l.: s.n.], [199-]. p.45.

Como já foi visto no primeiro capítulo, as representações da doença são construídas e compartilhadas socialmente, o que explica expressões como “*refrescar*”, “*friagem*” e “*quente*”, utilizadas para traduzir os efeitos curativos dessa farmacopéia caseira.<sup>146</sup>

Outra prescrição interessante, circunscrita à gravidez e ao parto, estava relacionada aos possíveis defeitos que os bebês poderiam apresentar, advindos de certas imagens que elas deveriam ter o cuidado de não olhar durante a gravidez:

*Falavam que quem ia ganhar os filhos, que era perigoso ver essas coisas, que era muito perigoso, quando estava no começo, 4, 5 meses. Enquanto passava aquelas coisas eu fechava os olhos. Tava eu, a falecida Delinda, do Tulinho né, era tudo um tipo só, e a falecida Etelvina que era minha cunhada, mas tavam todas grávidas. Ali no mercado, ali tinha um cinema bem grande, e eles passavam aquele filme lá naquela tela né, mas na hora elas diziam, você não olha. Elas tavam junto com nós. É, se olhar pessoas com defeito, a criança nasce prejudicada. (Irene)*

Descobri, através da investigação, que havia um rol de imagens censuradas, entre elas as de animais e pessoas mortas. Mas o episódio recordado por Dna. Irene, nos mostra a grande responsabilidade aferida às mulheres grávidas. Mary Del Priore, ao escrever sobre as “mentalidades e práticas em torno do parto” no Brasil colonial, infere que

*essas regras aparentemente impostas durante a gestação abriam uma brecha para outras explicações dos nascimentos de monstros. Eles decorreriam da quebra das regras e não mais de coitos suspeitos ou contra a natureza. O filho imperfeito não*

---

<sup>146</sup> FERREIRA, Jaqueline. Semiologia do corpo. In: LEAL, Ondina Fachel (org.). *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 102.

*precisava ser apenas o resultado do sexo em dias proibidos ou com animais, mas ele era também resultado da “imaginação feminina”.*<sup>147</sup>

Imaginação esta provocada por um simples olhar da mãe, mas que é capaz de gravar e materializar certas imagens, o que lhes confere o papel de responsáveis pelas anomalias e defeitos apresentados pelos bebês, mas também as investe de um certo poder, em relação à gravidez.

Dessa maneira, o território das prescrições acerca da gravidez era heterogêneo mas possuía outras conotações no quesito trabalho. Todas as entrevistadas ao discorrerem sobre a lida diária na gravidez dizem, como Dona Idalina que, “*era a mesma coisa. Não fiquei em casa um dia. Mesmo quando que eu tava pra ganhar. Até o último dia fui na roça.*” Percebeu-se através da pesquisa, que a unidade econômico-familiar não podia prescindir de nenhum de seus membros e tal como constata Maria Aparecida Silva, ao falar das imigrantes italianas nos cafezais paulistas, “*muitas dentre elas, quando grávidas, trabalhavam até quase a hora de dar à luz, e não eram raros os casos em que as crianças nasciam sob os cafeeiros.*”<sup>148</sup>

Este quadro abarca também as famílias de maior poder aquisitivo, porque o que está perpassando aqui é um certo “ethos” do trabalho já propalado no primeiro capítulo. De acordo com estas disposições internalizadas, as mulheres deveriam ser fortes, corajosas e trabalhadeiras, muitas vezes sob o olhar disciplinador, entre outros, da sogra, presente neste desabafo de Dna. Anita, ao comentar um de seus abortos:

*Aquele foi eu que esmaguei ele botando peso na bariga. Mas o meu cunhado não podia dizer, non pode fazê aquele serviço ali. Podia dizer vai fazê a cova antes, com a enxada. Podia eu fazê a cova, mas não ir pegar aquele peso ali. E também*

---

<sup>147</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993. p. 290.

<sup>148</sup> SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 558.

*a minha sogra podia ter dito: Não, vai tu pegar, que ela não pode ir. Eu fui bela e depois se eu não ia, dizia o quê, vagabunda.*

Nota-se, novamente, preocupação com a “autorização” da sogra de Dona Anita co-responsável na manutenção desse *ethos* e do papel reservado às mulheres no seu interior. Dona Amábile também reforça esta noção de trabalho no aborto do segundo filho:

*Então nós costumava tomá purgante de óleo né, tomava purgante de óleo, e eu não sei se eu tomei esse purgante um pouco forte demais eu não sei o que foi, não sei se foi que eu carreguei um balaio lá de cima de batata, que nós ia arrancá batata lá atrás do morro e mandioca lá trás, e trazia nas costa né, descia aquele morro com as coisas nas costas, não sei se foi de carregá peso, não sei se foi do purgante, quando fazia quase 3 mês eu...*

Por conseguinte, apesar das regras e prescrições que cercavam este universo feminino, parecia não haver uma alteração significativa da rotina familiar, o que nos remete a uma idéia de gravidez não relacionada a cuidados especiais, no tocante ao trabalho: “*mas trabalhei, trabalhei até o fim! Ainda botei a última carrada de feijão quando, aí esse eu fui para o hospital, esse meu mais novo, esse eu fui para o hospital*”.(Maria Ana)

Diferentemente da colocação final da Dona Maria Ana, nesta narrativa nós ainda temos um longo caminho a percorrer até chegarmos ao hospital. Convido-os a adentrar numa outra instância da vida dessas mulheres, que principia com o parto, um ritual, do qual não podem participar as crianças, as moças, os homens e as mulheres recém-casadas...

## **O Parto**

Pode-se afirmar que o parto realmente constituía-se numa certa iniciação e aceitação numa esfera mais íntima. Não bastava apenas estar casada para participar de um universo feminino que incluía algumas conversas privadas, as visitas do resguardo, a assistência às vizinhas no momento do parto. Nem mesmo a primeira gravidez conferia às mulheres o direito a esses assuntos: somente a partir do primeiro parto assumiam um certo “status”.

Sobre estas condições “a priori”, Dona Irma é objetiva quando eu pergunto se no quarto só entrava a parteira: *“outra colega ali se chamava né. Amiga sim, quase sempre a gente chamava outra. Uma mulher casada.”* Dona Robertina atribui isto a uma questão de respeito, *“é, moça não podia, não, não. Naquele tempo era uma coisa de respeito. Barbaridade! Não, não! Deus o livre! Credo! Nós não entrava!”* E dona Amábile, à experiência: *“só a parteira, só a parteira com uma outra acompanhante se quisesse uma mulher assim de idade que fosse junto. Experiente sim, gente nova nada. Que tivesse filho.”*

Na citação da Dona Amábile também está presente a mais importante condição, que é a de ter filho. Esta mesma senhora, relata um único caso coletado por mim, de mulheres sem filhos que faziam o parto, que é o da sua mãe, a conhecida parteira Irene Carara. Ela e a cunhada, assim que casaram, foram morar num lugar muito distante, no “meio do mato” (como elas dizem), onde uma tinha que “ajudar” a outra.

No entanto, não quero dizer com isso que não ocorriam situações semelhantes a estas, até porque, nem todas as mulheres íam morar com a sogra e estas encontrando-se no “meio do mato”, acompanhadas de uma parente ou vizinha, que ainda não tivesse sido “abençoada” pela maternidade, desconsiderariam este quesito. Afinal de contas, aí estava em jogo a sobrevivência, o momento biológico da reprodução que não podia ser adiado. A própria mãe de Dna. Amábile iniciou o seu ofício desta maneira, pois como veremos mais adiante, não existia um aprendizado formal, ou uma

transmissão de mãe para filha. Ao mesmo tempo, em condições normais, uma parteira era quase sempre procurada por sua experiência e a acompanhante, deveria necessariamente ser mãe.

Outra personagem quase sempre presente no quarto, local onde ocorria o parto, é a sogra. Como diz a parteira Anita, “*era eu e depois vinha aquela que, que era dona da casa.*” A dona da casa era a sogra, pois era costume, após o casamento, os cônjuges irem morar na residência dos pais do noivo. Encontro situação análoga na comunidade de Nova Veneza:

*quando as moças se casavam, era comum irem morar com a sogra, constituindo-se em um braço a mais dentro de casa e na roça. Era na casa da sogra que elas colocavam em prática todo o aprendizado de sua infância e adolescência. Era aonde também referendavam a autoridade da sogra, que imediatamente era incorporada a sua prática*<sup>149</sup>.

Tão habitual era isto, em Treze de Maio, que a dona Felícia, a dona Amábile e a dona Aulina, casaram mais ou menos na mesma época com três irmãos e mesmo assim, coabitaram na mesma casa. De fevereiro a maio do mesmo ano, nasceram três bebês e

*Aquele tempo sabe, não tinha nada de fralda comprada, era tudo feito de pano velho e não tinha nada que guentasse, era aquelas faixa de enfaixá, tudo dessas cubana de pena, a gente não dava mais conta de roupa, não era igual de hoje, tudo aquela mordomia.*(Amábile)

E imaginem todo o serviço da “casa” e da “roça” por fazer ... Pode-se pensar também que a própria relação com a sogra então, seria circunstancial. Ao que me parece, vai um pouco mais longe, pois a própria dona Amábile mesmo não morando mais com a sogra, diz: “*mas os meus eu ganhei sempre com a minha sogra e com a minha mãe né, sempre junto.*”

---

<sup>149</sup> OSTETTO, Lucy Cristina. *Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza: 1920-1950.* Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. p.127.



É importante lembrar que a sua mãe era a parteira Irene Carara. Outro exemplo mais explícito é o da Dona Felícia, que na mesma situação da Dona Amábile, nos conta:

*Ah, ela se preocupava muito quando a gente tava esperando neném, ela já arrumava a trouxinha dela uns dias antes, e quando chamasse ela já tava pronta. Era muito amorosa aquela mulher, meu Deus do céu. A minha sogra, ela era uma pessoa muito boa. Minha mãe, eu não contava porque a minha mãe, eles tinham venda, essas coisas sempre quase sozinha, né, mas ela, ela vinha.*

O detalhe é que a mãe e a sogra de dona Felícia moravam no mesmo local, no centro de Treze de Maio e esta, neste momento, no distrito de São Gabriel.

Não que não pudesse haver um bom relacionamento entre nora e sogra, mas a sua ligação estava fundada na reprodução e na perpetuação do que era “ser mulher” naquela comunidade. Dentro da construção social do gênero, o papel da mãe era substituído pelo da sogra, que como já vimos, podia “autorizar” certas condutas, vigiava, punha à prova (como no caso de Dna. Joana) suas habilidades, ou o seu aprendizado como um todo, como analisou Ostetto, desenvolvido ao longo da infância e adolescência, desempenhando uma função que posteriormente seria assumida pelas noras.

De outro modo, havia também mulheres em situações diferenciadas, que moravam muito distante da mãe e/ou da sogra, ou não possuíam mais as duas e que, portanto, só podiam contar com as vizinhas. Aqui, como já foram situadas no primeiro capítulo, as relações de vizinhança são acionadas, numa perspectiva de controle e solidariedade.

Voltemos ao quarto, pois acredito que os meus leitores/ouvintes devem estar curiosos para saber o que acontecia lá dentro, assim como eu, quando iniciei esta pesquisa.

No cômodo do casal, cenário montado para a atuação da parteira, darei voz a “experimentada”/experiente dona Anita, que segundo suas contas “ajuntou” mais de mil crianças:

*Agora te digo uma, eu o meu jeito de mim... Quando que dava aquela dor, que até que ela grita, pode fazê de menos, que ela demora. Pegava um prato, entón botava um pouco de azeite e esquentava, né. Pegava um pouco na móm, passava com a móm assim (esfregando as mãos) e eu passava na barriga. Passava bem na barriga (faz o gesto na minha barriga). Mas o primeiro feito, lavava a móm, depois, eu dizia, tu me dá um pouco, agora eu quero azeite. Entóm de lá, ela ia na cama, entón eu prementava como que o neném tava. Era só o dedo, tchó! Passava o dedo, o disse non, tá tudo bom. Que quando eu vi, que vem memo, que vem, quela dore que é memo prá vim, a cabecinha dele vem prá cá, e quando se ve que tu non sente nada é porque é c'o braço ou c'a perna. Que tá virado, bela! Mais também tem sentado, é. Eu cuidava a mulhé, por isso que sempre me queria eu. E, Dio ajudava. Quando que ela vinha com aquela dor que era prá fazê força memo, né. Eu pegava ela memo, cossita, abria a perna, eu carcava bem, com a mão assim (explicando com as duas mãos voltadas uma para a outra em concha), mas nom assim, é (com as duas mãos voltadas para fora). Mas nom era assim, bela, com a unha, como ajudá assim, meu Deus do céu! (emocionada) Pisava também ela, eu tenho certeza que pisava ela. Má eu ficava muito contente bela, ficava muito contente porque ajudava, gostava. Má eu te digo una, se é de dizê prá ir junto, atrais de uma mulhé, porque tudo queria eu, má eu ia até o inferno, bela, com chuva, bela, cansada da roça. E depois corrê, corrê de noite, bela.*

Esta bela narrativa de Dna. Anita, nos traz elementos próprios desta cultura, bem como indica as “maneiras de fazer”, configurando o parto enquanto um ato social.<sup>150</sup> É isto que nos leva a desdobrá-la, para que melhor se entendam estes elementos constituintes.

O azeite era somente usado nestas ocasiões, porque “naquele tempo não era azeite era tudo banha, azeite era só prá mulher que ganhava nenê, pra botá um pouquinho na sopa pra cozinhá a sopa, azeite de oliva né, o azeite mais caro.”(Amábile). Azeite de oliva, ou azeite doce,

---

<sup>150</sup> Sobre o caráter social do parto, ver: GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Trad.: Alfredo Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.13-43; KITZINGER, Sheila. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1978©. p. 85-109.

*“assim num prato, esquentavam azeite doce e coisavam assim a barriga, ó!”*(Robertina). “Coisar” a barriga, significava fazer massagem para induzir o parto, mas este produto também servia para o exame de toque, *“eu prementava como que o nenê tava. Era só o dedo, tchó!”*(Anita). Outro recurso usado na indução são os chás que na realidade sugerem um efeito mais psicológico que físico, *“me levavam chazinho, faziam de tudo pra mim.”* (Maria Ana). As ervas utilizadas eram as da região, como cidreira, erva doce ou folhas de laranjeira. A crença no purgante era tão grande que, *“antes de ganhar, também, ela dava um purgante pra ser mais rápido. (risos)”*(Felícia). Diferindo das demais, dona Arina *“tinha umas injeçãozinha também prá forçá”*(Maria Ana), que ela carregava numa maleta com luvas e tesoura. Detalhe, luvas também são uma peculiaridade desta parteira “brasileira”. Segundo sua nora, ela possuía uma boa relação com os médicos dos municípios vizinhos e deu nome ao posto de saúde da sua localidade. Voltarei a este assunto mais adiante, ao descrever as parteiras.

Outra que usava um recurso mais ligado à medicina era a D. Irene, um remédio chamado “gota parturiente”, comprado com um farmacêutico no município. Mas nada nos leva a crer que isso fosse comum no auge desta prática, pois como infere sua filha, *“prática ela já tinha, mas aperfeiçoando com mais alguma coisa diferente né”*, ou ainda *“depois é, nos últimos, coisa que no primeiro tempo não existia”*.(Amábile)

Então, posto o azeite num pires, uma latinha com um pouco de brasa para esquentar as mãos, se fosse tempo de inverno, e ... *“tinha que esperar né, tinha que sofrer bastante”*(Felícia), porque quando *“arrebentava a água, arrebentava e depois dava dor, dor”*<sup>151</sup>(Anita). Havia as que *“não chorava, não gritava, que eu não era mulhé de gritá”*(Amábile), e até as que *“tá naquela hora de angustia de dor, tá naquela hora ali, às vezes a gente desmaiava.”*(Maria Ana)

Mas, o que mais podia ser feito depois dos chás, purgantes e massagens? Rezar, rezar muito para Nossa Senhora do Parto, que era a padroeira das mães de família. Neste momento não posso omitir a devoção de Dna. Robertina : *“Aí eu rezava desde que eu ficava grávida, eu começava a rezá pra ela, de manhã e de noite, toda a vida, toda a vida, nove meses certinho.”* Sua lembrança é tão presente, que ela ainda continua, descrevendo a imagem, preocupando-se em confirmar a veracidade da sua fala:

*A Nossa Senhora do Parto ela tem o filhinho no colo e tá ali o imbiguinho assim, tem um paninho ainda por cima. Ali na Santa Cruz tem. Tem abençoada, tem.. Você pode ir ali, que ela tá ali perto da Santa Bárbara, numa mesinha. É que eu vô arrumá a igreja com a minha filha, a minha filha que arruma a igreja, né, aí eu vou sempre com ela, então, olha, sábado passado nós fumo arrumá, eu disse assim: Bertina, eu disse, que coisa engraçada, tá aquele memo jeito lá do tempo que quando nós ganhava nossos filho, né? Que ali tem aquela mulherzinha do Antônio, do compadre Pascoal, no São Roque, ela é muito católica, né, então quando ela tava grávida ela vinha ali, ela passava a mão assim, nesse filhinho e ela dizia: Ai Nossa Senhora do Parto me ajuda pra eu ganhá o meu.*

Outra devota, na hora do parto, era a parteira Arina: *“Ela tinha muita devoção com Nossa Senhora do Parto. Ela sempre acendia uma velinha pra Nossa Senhora do Parto e não sei o quê, assim.”*(Maria Ana)

Portanto, pode-se perceber que a devoção a Nossa Senhora do Parto, estava presente durante a gravidez, no momento do parto e também após a sua realização, como agradecimento a uma parturição bem-sucedida. Natalie Zemon Davis, ao falar sobre sociedade e cultura, na França do século XVI, nos diz que

---

<sup>151</sup> Ela está se referindo ao rompimento da bolsa e a saída do líquido amniótico.

*...antes da Reforma, a relação das mulheres católicas com seus santos era comumente privada ou organizada de maneira informal. As ocasiões mais importantes de invocação dos santos eram a gravidez e, especialmente, o parto. Aí, ante suas vizinhas e a parteira, a parturiente pedia à Virgem - ou, mais freqüentemente, a Santa Margarida, padroeira das mulheres grávidas - pelo conforto de Deus em suas dores e no perigo e que seu filho nascesse vivo<sup>152</sup>.*

Nossa Senhora do Parto, é uma variação da virgem, mãe de Deus, e o que me interessa na assertiva desta autora, é a questão do culto privado. Esta santa fazia parte do culto doméstico porque foram observadas imagens suas, ainda hoje, nas casas visitadas. O que eu quero dizer é que, o culto doméstico, somado as procissões, ao culto dominical e outras festas religiosas, asseveravam a fé católica daquela comunidade diante da irregular visita dos “pastores de Deus”. Dentro deste contexto, da fé católica e de suas prerrogativas de regras e condutas, percebemos que a mulher, como sintetiza Mary Del Priore acerca do Brasil Colônia,

*reclinada em suas orações, diante do altar doméstico ou da imagem em procissão, ela provia a transferência do espírito tridentino para o interior da vida cotidiana e, junto com ele, as bases para o projeto de normatização do seu próprio gênero.*

153

Afinal de contas, a virgem era um “modelo de maternidade”, não somente no sentido biológico. Portanto, a devoção a esta santa implica num padrão moral que, dentro do casamento, idealizado pela Igreja, coloca a mulher enquanto “gestora de valores cristãos, e seu trabalho materno” o de “fazer seus filhos os absorverem em profundidade.”<sup>154</sup> Podemos até lembrar do

---

<sup>152</sup> DAVIS, N. Z. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. p.71.

<sup>153</sup> PRIORE, M. Del., op. cit., p. 284.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 279.

seu Antônio Bardini, no primeiro capítulo, ao falar da importância da sua mãe, na sua formação religiosa.

Emmanuel Le Roy Ladurie, ao citar uma procissão à virgem, numa aldeia francesa do século XIV, observa que, “*as montalionesas, nobres e camponesas, de braço dado, para lá se dirigem de bom grado, de círio colorido na mão, depois do parto*”<sup>155</sup>; assim a devoção a Nossa Senhora do Parto, em Treze de Maio, unia mulheres de diferentes classes e etnias, porque o que estava em jogo era um modelo de mulher e, principalmente de mãe, a ser seguido.<sup>156</sup>

Para não prolongar ainda mais este momento, sofrido e extenuante na vida destas mulheres, passemos à derradeira oração, à derradeira força ou, a última etapa: o nascimento. Todavia, Dna Anita observa:

*Passava o dedo, tá tudo bom. Que quando eu vi, que vem mesmo, que vem, aquela dore que é mesmo pá vim, a cabecinha dele vem prá cá , e quando se vê que tu non sente nada é porque é c’o braço ou c’a perna. Que tá virado, bela! E também tem sentado, é.*

Claro, a prática lhes ensinava a lidar com várias situações. Identificar em que posição estava o bebê, se vinha com o braço ou com a perna e não com a cabecinha, fazia parte do seu “corpo” de saberes. De acordo com as entrevistas e depoimentos não gravados, a parturiente só se encaminhava ao hospital em Tubarão quando o bebê não nascia .

É óbvio que deviam ocorrer problemas como hemorragias por exemplo, mas nada que esteja suficientemente marcado em suas memórias, para transparecer em suas falas. Dna Anita “dava volta”

---

<sup>155</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico, 1294 - 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 399

<sup>156</sup> Kessel infere que o culto à Maria foi renovado na Contra -Reforma, tomando-se a figura da Virgem Mãe como elemento central na reafirmação da fé católica. KESSEL, Elísia Schulte Van. Virgens e mães entre o céu e a terra. In: *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. p. 221-222.

em todos: *“Ma depois quando tem que vem co’a perna, vem duma perna e depois é só achar aquela outra e depois tem que dá com jeito a monzinha. Má veio com a perna.”* Sua paciência provinha da experiência: *“Quando que era de bunda, aí fazia força e força. Tem aquela dor ali, louca, aquela louca eu não vou atrás tu vai passando azeite, azeite.”*

Dona Anita, é o que eu chamo de uma parteira reconhecida ou seja uma mulher que é lembrada pelos serviços de parteira. Assim também Dona Irene, Dona Luiza e Dona Arina aparecem nas falas das mulheres de suas respectivas localidades. Quando fui percorrer o município, tentando mapear a atuação das parteiras e encontrar depoentes acerca do meu tema, percebi que em cada localidade uma ou duas mulheres eram freqüentemente apontadas. Ao realizar as entrevistas, emergiam outros nomes, geralmente vizinhas, que acorriam à parturiente, em alguns de seus partos. Por isso acabei classificando-as em parteiras reconhecidas ou não reconhecidas. É claro que este reconhecimento não se dá aleatoriamente, estando relacionado a alguns fatores. Cadenas Gordillo e Pons Bonals, em seu trabalho sobre parteiras em comunidades indígenas mexicanas, enumeram certos requisitos para o reconhecimento e a escolha de uma parteira:

*a) ter muita experiência (a maioria das mulheres considerou como recomendável uma experiência de 10 anos); b) “tratar bem, não maltratar... falar, massagear e dar remédios... ter mãos suaves”, o que permite a mulher relaxar; c) “saber acomodar a criança na barriga”, o que se relaciona com o atendimento oportuno e eficiente de partos complicados; d) “saber muito” significando que a parteira deve ter conhecimentos sobre plantas medicinais, as crenças em torno do parto e o uso de medicamentos<sup>157</sup>.*

---

<sup>157</sup> CADENAS GODILLO, Bárbara; PONS BONALS, Leticia. O Trabalho das Parteiras em Comunidades Indígenas Mexicanas. In: AMADO, Tina & COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Alternativas Escassas: Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. Trad.: Edith S. P. Piza. São Paulo: Prodir/FCC; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 139.

Podemos identificar aí, de acordo com minha análise, um perfil relativo à parteira reconhecida, semelhante na região por mim estudada. Já vimos que a experiência era um dado importante; a preocupação em “tratar bem” presente na fala de Dona Anita, ao explicar que a posição das mãos deveria ser em forma de concha, para não machucar; esta mesma senhora demonstrando o seu conhecimento em situações difíceis e os seus saberes em torno da gravidez, do parto e do pós-parto, como veremos ao longo deste capítulo.

Por outro lado isto não invalida o fato de que as parturientes depositavam confiança tanto nas parteiras reconhecidas ou naquelas que executavam este serviço, na falta das primeiras. Este é o caso da Dna Idalina, que explica que

*aqui no redor não tinha parteira, quando elas se via apurada, vinha me chamar. Má eu não queria, eu disse, eu não venho porque eu não sei nada. Uma ali de Boa Vista, ela veio me chamar. Ah! Ela disse, aqui não tem ninguém. Eu disse, o que é que eu vou fazer? No hospital tem parteira. Então ela disse não, mas eu sei que a senhora entende.*

Neste trecho está demonstrada a segurança nos saberes de uma mulher mais velha, com filhos, e não necessariamente parteira. Também emerge a figura da parteira diplomada e do hospital que aliás, neste momento, era praticamente ignorado no que se referia a estes assuntos, ou gerava desconfiança: “Ela não quis ir a Tubarão, porque disse que lá matava ela.”(Anita) Reconhecida ou não, o certo é que a mulher que “assistia no parto”, ou “juntava o nenê” tinha que concluir o serviço:

*Aí foi só eu levantá a coberta, a criança já vinha nascendo, eu só peguei na criança, na cabecinha, né? Que a gente puxa ela pra lá sai o ombrinho, né? Depois puxa pra cá sai o outro ombrinho, né? (Robertina)*



Para Dna Anita, os detalhes deste instante são importantes:

*Eu pegava ela memo, cossita, abria a perna, eu carcava bem, com a mão assim (explicando com as duas mãos voltadas uma para a outra em concha), mas nom assim, é (com as duas mãos voltadas para fora). Mas nom era assim, bela, com a unha, como ajudá assim, meu Deus do céu! (emocionada) pisava também ela, eu tenho certeza que pisava ela. Má eu ficava muito contente bela, ficava muito contente porque ajudava, gostava.*

Claro que ajudavam, mas seus afazeres não finalizavam com o nascimento do bebê.

## Placenta

Nosso bebê nasceu. É claro que os primeiros cuidados são para ele. Mas em seguida, a parteira retorna ao leito da recém mamãe. Uma parte de seus saberes estava relacionado à placenta, ou para elas, “resto” ou “mãe do corpo”, *“É aí depois, né, aí limpava, tirava a ‘mãe do corpo’”*(Maria Ana). As diferenças culturais explicitam-se também, através destas duas expressões utilizadas. Somente Dna. Maria Ana, “brasileira”, fala em “mãe do corpo”. As “italianas” referem-se a placenta sempre como “resto”: *“botava ali, e depois ali pegava e tirava o pinico, ficava ali colocado até que vinha o resto.”*(Anita)

No livro “Ao Sul do Corpo”, de Mary Del Priore, um estudo sobre as mulheres no Brasil colônia, encontramos a palavra “madre”, utilizada por médicos portugueses, designando o aparelho reprodutor feminino, principalmente o útero. Como “madre” significa mãe, isto me leva a crer numa manifestação verbal própria da cultura portuguesa e, neste caso, brasileira. Em um estudo sobre

comunidades luso-brasileiras do interior da Ilha do Maranhão, de Lucila Scavone, encontrei, a expressão “mãe do corpo” ou “madre do corpo”.<sup>158</sup> Do mesmo modo, no trabalho realizado por Cleci Eulália Favaro, numa região colonial italiana do Rio Grande do Sul, uma de suas entrevistadas refere-se ao “resto”, nominando assim a placenta<sup>159</sup>. Vemos tratar-se então, de uma representação do útero e da placenta culturalmente distinta.

No que tange as atitudes nesta situação, são sempre enfatizados, na parteira, o zelo, “*ah! Depois devargazinho né, tudo, sem mexê, ela ia né, porque é perigoso né, mexe devargazinho faz uma forcinha aquilo descia*”(Amábile), e a paciência, “*Ela botava assim do lado até esperar como é que chama, placenta que eles dizem, né? Isso é, até que vinha aquilo aí depois que ia atrás do neném...*”(Irene)

E quando o “resto enguiçava?” Bom, aí “*fazia aquelas lavagem, às vezes quando o resto demorava, que queria enguiçá, ela fazia aquelas lavagem aí*”. Se a lavagem não surtisse o resultado esperado, “*quando o resto assim não queria descê, que demorava a descê, então elas davam um negócio pra gente fazê, assopra assim numa garrafa*”.(Irma)

O fato de fazer a parturiente “assoprar numa garrafa” para expelir a placenta é recorrente em outras culturas camponesas, como no caso das “nanas”(parteiras) da Jamaica<sup>160</sup>. Tal procedimento igualmente foi relatado por mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, segundo a pesquisa de Maria Gorete de Menezes Bastos<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.54, p. 37-49, ago. 1985. p. 46.

<sup>159</sup> FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências* - Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul - 1875/1950. Porto Alegre, 1994, Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 342.

<sup>160</sup> KITZINGER, Sheila. Lisboa: Editorial Presença, 1978. p. 105

<sup>161</sup> BASTOS, Maria Gorete de Menezes. Representações e práticas ligadas ao parto de índios residentes na cidade de São Gabriel da Cachoeira(AM). In: BUCHILLET, Dominique (org.). *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. p.117

Expulsa a placenta, “*então faziam um buraco e enterravam*”(Maria Ana) ou “*parece que enterrava né, não jogava assim fora em qualquer lugar*”.(Irene) Aliás, o ato de enterrar a placenta é descrito em várias culturas, diferindo apenas quanto à posição e a maneira de enterrá-la<sup>162</sup>. Comum à todas, é a responsabilidade da parteira por este procedimento.

## Bebês

O último elo de ligação entre a mãe e o bebê era o cordão umbilical. A prática ou a observação conferia às mulheres um domínio sobre o assunto. Quando falo da observação, estou me referindo às situações de “auto-parto”, nas quais a parturiente “dava à luz” sozinha. Os motivos eram diversos: a parteira não pode chegar a tempo, estava atendendo a outra mulher ou ainda, encontrava-se em local inacessível e sem “vizinhas”. Este é o caso de Dna. Robertina, que realizou o parto de cinco filhos. Ela insiste em dizer que não aprendeu com ninguém, mas já havia tido os anteriores com parteiras. Ou seja, a observação, além da prática, é “mãe” da experiência

*Aí a criança nascia, né? Então eu media quatro dedo assim do cordão, né? Do imbigio, né? E depois amarrava o cordãozinho assim, bem apertadinho o cordãozinho. É, no nosso tempo era assim. É, fazia um nozinho bem apertado que é pra não vazá o sangue né, depois eu cortava, né, com a tesoura (...) É, perto do imbigio. Um tantinho assim dum dedo, ó, assim ó. Então eu cortava aqui, né, amarrava aqui, né, é, ié.*

Dna. Anita, nossa “narradora por excelência”, sintetiza este saber-fazer: “*usava a tesoura, a linha e tá acabado*”.

---

<sup>162</sup> KITZINGER, S., op. cit., p. 96 e CADENAS GORDILLO e PONS BONALS, op. cit., p. 121,123.

A única que se destaca por utilizar outros materiais é, novamente, Dna. Arina. Falaremos dela mais adiante, mas é interessante pontuar a sua dissimilitude neste contexto:

*Ela cortava o umbiguinho, amarrava né com cordãozinho esterilizado né com álcool, amarrava um cordãozinho pegava um gazezinho né, embrulhava, botava assim, por dentro no umbiguinho assim, aí ficava aquele paninho ali. Aquele gazezinho ali. Ali só botava mercúrio, botava azeite né, quando era pra cair já, né?(Maria Ana)*

O umbigo era cercado de atenções especiais como “azeite doce, botava um paninho, tinha uma faixinha estreitinha, antes de passar aquela grande”(Idalina), ou “botava um pouco de canela em pó assim ao redor, que num instante caía. Aí depois de caí, secava bem ligeiro”(Robertina)

Azeite doce para não grudar, canela para secar e ainda depois que caía colocava-se um “patacon” (tipo de moeda), ou um

*daqueles vintém, botava dentro dum pano colocava em cima do umbiguinho e passava uma faixa, um pano bem apertadinho pra não se erná, que tem criança que faz aquele umbigo assim prá fora, né.(Amábile)*

Do nascimento até a queda do umbigo, todas as práticas relacionavam-se a “purificação” e a prevenção de doenças no nenê. Desde o banho com água morna após o parto, passando pelos chás e purgantes até o costume do “enfaixamento”.

Mais uma vez temos a presença do purgante associado a outros chás, para a prevenção de cólicas e outras doenças, como atesta a Dna. Maria Ana: “Ela cozinhava a folha da laranja, a erva doce e a maçanilha. Aí ela pegava dava aquele purgantinho, porque a criança nasce assim amarelada que é a tiriça, né?”.

O cessar das cólicas estava condicionado à eliminação das primeiras fezes que, novamente são denominadas por termos diferenciados, relativos à cultura. Por isso Dna Arina “*dizia que nome daquilo ali era ferroso*”(Maria Ana) e “*nós dizia aspasmo, italiano dizia*”(Irene).

Nestes relatos sobre os bebês, é quase impossível elas falarem de um tempo pretérito sem compararem ao tempo presente. Maria Bernardete Ramos Flores, em seu artigo sobre a memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil constata que, nas entrevistas que realizou, as expressões “naquele tempo” e “agora” caminham juntas<sup>163</sup>. Elas denunciam as transformações percebidas pelas depoentes

*e naquele tempo a gente usava toquinha nas crianças. O umbiguinho era enfaixadinho, tinha que prepará umas faxinha, né? Gaze com azeite nos dois primeiros dias naquele tempo, agora hoje eles colocam mercúrio né, essas coisa? Ai amarrava bem direitinho que se a criança chora é pra não esforçá o umbigo né? Bastante dias. Antigamente eles ficavam com a perninha enfaixada para não ficar com a perna torta. Aí depois veio a moda que a gente não enfaxava mais tudo era só, daqui né, pra ele ficar durinho. E a criança tava tão acostumada que se a gente não enfaxava ela não dormia.*(Irene)

É certo que a memória feminina está pautada no tempo circular, das festas, dos nascimentos, das mortes, mas como diz Flores,

*nas sociedades ditas tradicionais, embora haja uma noção de tempo circular, não se deve concluir daí que não se conceba uma certa forma de história. Apenas não a tem em conta da mesma forma que os modernos*<sup>164</sup>.

---

<sup>163</sup> FLORES, M. B. R. Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. P. 10.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 9-10.

Portanto, elas também expressam as mudanças através dos cuidados com os bebês, por exemplo. Aliás, o “moderno” é marcado, neste caso, pela abundância, pela facilidade em adquirir as coisas, pela presença das fraldas:

*o resto era tudo pedaço de camisa, de calça, de avental, tudo que é pedaço de roupa assim velha, então a gente enliava aquela criança lá no meio daquela roupa, tu vê como era, agora hoje não tem mais nada disso, né, tudo de fralda, aquele tempo não tinha fralda, não tinha nada. Só tinha as faixas, que a gente comprava, mas o resto não tinha nada, agora é tudo moderno, né?(Felícia)*

Outro sinal dos tempos é a substituição do azeite pelo mercúrio, como ressaltou Dna. Irene, ou a presença de outras orientações, associadas, talvez, à medicina moderna, como o primeiro banho, logo após o parto: “*dava banho, isto eu digo a verdade, mas hoje diz que não é bom dá, né.*”(Irma)

Outro costume, o do enfaixamento denotava uma apreensão em relação ao corpo do bebê, todo “molinho”, ao qual deveria ser dado uma forma, para não apresentar problemas futuros. Com certeza havia defeitos congênitos, hereditários ou do próprio parto, que escapariam a esta crença, mas a mãe não podia ser acusada desta falta de cautela. Na verdade elas não costumam explicar esta atitude, mas a pesquisadora, que tem o inconveniente hábito de exigir uma explicação da narrativa, ouve uma resposta do tipo: “*Enfaxava assim, tcho, o bracinho, enton ali, se tu dexa o braço cai pra baixo, non fica feio? Vê se eu faço assim fica justinho, tem muito que non tem o braço caído?*”(Anita)

Esta era a atmosfera que cercava os bebês, os “trazidos ao mundo” com sucesso pela parteira. Se “por uma vontade de Deus” o pequenino falecesse, do mesmo modo era obrigação da parteira ungi-lo com o batismo:

*e até a coitada ganhou, ganhou um menino, era de sete mês. Quando o guri nasceu tava vivo, daqui a cinco minutos morreu. Enton batizei ele. (...) Batizei, naquele tempo se batizava quando acontecia, derramo a água, eu te batizo. Dizia o nome... Sim, quando se via que não tava bom, que quando vem a gente vê que a criança grita né, e aquele coitadinho não gritou, já botei pra batizá. Diz que se dando o batismo ele já vai... é um anjinho coitado. E se não, que é peste pro mundo né.*(Idalina)

Sob os auspícios da religiosidade cristã e do sacramento do batismo, purifica-se o bebê, mesmo morto, elevando-o de “peste” a “anjinho”. Mas o que fica claro nesta circunstância é a autoridade da parteira, que aqui, toma às vezes do padre.

## **Resguardo**

Talvez o resguardo, palavra empregada para designar o período pós-parto que estendia-se até quarenta dias, seja a ocasião mais carregada de “segredos e mistérios”, no que tange a prescrições, proibições ou até mesmo tabus. Também é uma instância de marcada diferença cultural em relação aos costumes, contudo, de manifesta sociabilidade entre as mulheres.

Esta espécie de quarentena, podia ser dividida em dois momentos. Num primeiro, a mulher e o bebê ficavam de três a oito dias no interior do quarto, e num segundo, ela apenas deveria estar atenta a certos procedimentos. Mas, quem prescrevia estes procedimentos? Sem dúvida, a sogra ou a parteira, porque *“era bom descansá, eu queria que ficasse até uns cinco dia, ficá ali na cama”*.(Anita)

Percebi também um certo discurso de negação a este costume. Todavia este discurso fazia parte do perfil que deveria ser assumido por estas mulheres, enquanto noras e parturientes, como atesta Dna. Irma, nora da parteira Luíza:

*Nossa senhora, na cama mesmo dos primeiros, eu fiquei oito dia, não me deixava saí do quarto, oito dia sem saí do quarto, mas desses último não, depois eu saí mais e quando eu ia, eu levantava eu gostava de fazê alguma coisinha e ela brigava, não queria.(Irma)*

Nos seus relatos já transparecem alterações, tanto no sentido de resistência, quanto no das modificações vividas por elas, em relação ao tempo de suas mães:

*Depois que eu me casei a gente deixava uma janelinha aberta, minha mãe quando ganhava os filhos lá, naquele tempo, casa não tinha vidraça nada, oito dias com a casa, com o quarto todo trancadinho, lamparina, porque não tinha energia, saía com o nariz todo entupido de fumaça.(Felícia)*

Ainda Dna. Felícia, acentua modificações mais notórias, agora em relação àquele tempo e hoje, porque quando “ganhava o neném, ficava lá no quarto, na cama, naquele tempo, hoje eles vão na maternidade, no hospital, ganha a criança hoje, amanhã já vão embora”.

O hoje, no tocante a este assunto, é sempre representado pela figura do hospital e do médico, e pela marcada disparidade entre as orientações que daí advém, já que...

*era muito respeito uma vez, agora hoje em dia o médico mesmo diz que não precisa respeitá porque não é doença, ele diz que não é doença, o parto. Não é doença mesmo né. Só que, aquela vez...(Irma)*



Porém, quais os riscos e perigos no não cumprimento dessas prescrições? O principal temor a assombrá-las era o da “recaída”. Vários elementos contribuíam para que esta acometesse a resguardada, como o vento, a chuva, a lavagem da cabeça e a comida. Justificava-se, deste modo, a orientação na adoção de alguns procedimentos, como o da “*casa fechada para não tá pegando aquele ar de vento nada. E era tão bom pois a gente não recaía como dizia né, não pegava um ar, não pegava nada, a gente saía dali tão forte, o neném tudo, que nada acontecia, nada de mal, né?*” (Maria Ana) Da mesma forma era bom “*não pegar friagem, as parteiras diziam que era bom resguardar, o frio ou a chuva, né?*” (Irene)

Por “recaída” entendia-se todo o estado doentio ocorrido durante a quarentena. Dna. Irma nos dá um exemplo de “recaída”, vivenciado por ela:

*eu fiz a recaída quando ganhei essa aí, uma recaída marvada, era tempo de natal e as crianças na sala brigavam por causa de presente de presépio, essa bobiçada e eu saí do quarto assim com o pé no assoalho e fui lá, olha depois me começou uma dor assim no peito, uma dor, uma dor de cabeça, uma dor e depois então deu a febre, eu pensava que ia morrê, no dia de natal. Vinte e um, vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro de manhã, dia vinte e cinco foi, é dia vinte e um o aniversário dela, já fazia uns dia, não sei se foi eu que me irritei por causa que eu botei o pé no assoalho, eu sei que fiz uma recaída.*

A salvação veio sob a forma de um recurso já citado em várias situações, “*um santo remédio, a minha cunhada me deu um purgante composto, misturado, amêndoa e não sei que, e moscada, bem batidinho, bem moidinho. Tirou com a mão, nosso remédio era aquilo*”.

O banho e principalmente a lavagem da cabeça caracterizavam-se igualmente como tabus. Assim explica Dna. Idalina que

*agora facilita, toma banho, tudo. A gente se lavava mas não era tomar banho, entende? Não precisava ficar embaixo da água. Até eu digo sempre para minha nora. Também quando tu vai no hospital, que eles obrigam a tomar banho, não vai, porque se tu tem uma recaída... E nem a cabeça lavava em quarentenas, sempre lenço na cabeça.*

Ao contrário do lenço de Dna. Idalina, a “brasileira” Maria Ana “*botava um talcozinho, sacudia e ficava bonitinho*”. Ainda sobre o lenço, ela diz que nunca usou, só em caso de vento sul, mas as italianas, “*elas usava aqueles lenço*”. Insisto na questão do lenço, porque o vestuário era, ainda, um delimitador cultural. Dna. Robertina, outra “brasileira”, caçoava da moda das italianas:

*as italiana sim, elas andavo de lenço na cabeça, de meia nos pés, tudo. E eu não usava isso, né? Eu achava tão engraçado porque essa partera de lá, que é a vó, a nona do meu genro, então quando eu ganhava o neném, ela botava o lenço na minha cabeça né? Ah, era só ela i embora eu já tirava o lenço da cabeça, eu não queria pará com o lenço na cabeça. É, elas era acostumada com o lenço na cabeça 40 dias! E de meia nos pés! E naquele tempo usava aquelas tamanca assim fechada, né, com meia nos pé. Aquele calorão! (...) Ah, pois é! E eu me dava uma agonia mulhé, de vê aquelas italiana com aqueles... (risadas) no tempo de verão. Olha, você não acredita. Nós era acostumada com o estilo do brasileiro, né e aqui essas italianada era tudo assim, é, ié. Elas eram 40 dias no caldo de galinha e pão torrado.*

No trecho acima, detectamos um outro campo de preceitos, relativos a alimentação. O cardápio da quarentena tinha como prato principal o caldo de galinha, até mesmo “*antes de ganhá já tratava de botá caldinho no fogo, aí tomava uma xicrinha de caldinho e até aquela noz-moscada e botava um purgantinho*”.(Irma)

Outros alimentos permitidos na dieta, eram aos poucos adicionados, “*dali a uns dias, quinze dias, que a gente começava a comer um pouquinho de arroz, fazia uma polentinha com*

*alguma coisa, a gente se cuidava muito naquele tempo*”.(Felícia). Concordando com Dna. Felícia, Dna. Amábile diz que depois de quinze dias *“podia fazê um macarrãozinho, fazia um pirãozinho com o caldo mesmo.”*. Chamo a atenção para o “pirãozinho com o caldo”<sup>165</sup>, que indica o amálgama entre as duas culturas. Quando a Dna. Robertina lança o seu olhar sobre a cultura italiana e observa entre outras coisas, que elas passavam quarenta dias à caldo de galinha e pão torrado, ela não está negando o prato principal porque *“o caldo da galinha é natural”*, só que *“nóis fazia aquele pirão de caldo, né”*. Ou seja, a diferença estava no preparo daquele prato, *“porque elas usam a sopa, né, mas eu nunca fiz sopa, eu fazia pra visita, porque a sopa não sustenta, cristão!”*.(Robertina) Por outro lado, nós temos todos os indicativos de que o “pirão com o caldo” foi assimilado pelas italianas, através das entrevistas. Elas só tem o cuidado de afirmar que era permitido a partir da metade, ou no final da quarentena. Porque não era um prato “leve”.

Voltando a nossa lista de proibições, além de selecionar o tipo de comida, esta deveria ser... *“feita na hora, porque coisa requentada não se dá. Se dé coisa requentada, arroz ou alguma coisa, morria na hora, Cristo!”*(Idalina) Dna. Maria Ana lembra bem porque a sua sogra-parteira insistia nas recomendações:

*eu comia nada de “arrequentado” assim, feijão “arrequentado”, nada né? Ela só deixava a gente comer feijão mesmo de 15 dias em diante, o resto era aquele caldinho de galinha, aquele pirãozinho de galinha, aquela sopa ou torrava o caldo da galinha, um bifezinho bem fritinho, ela não deixava comer carne de porco, ela não deixava comer ovo, não. Ela dizia assim óh, que inchava a barriga, depois ia tê problema de sangue, depois aquela mulher começa a bota aqueles pus pelo útero. Aí diz que botava aquela ‘purgação’, aquela coisa assim começa... aquele pus pelo útero ela dizia assim, então, depois quando vem as regras de vocês como ela dizia, que é a menstruação né, quando vem aquelas*

---

<sup>165</sup> O “pirão” constitui-se na mistura de farinha de mandioca com água fervente. É um prato associado a culinária

*regras de vocês, vem tudo atrasada tá? Ela dizia assim, então tinha que fazer tudo direitinho, pra vim tudo direitinho certo.*

Penso estar claro até aqui, que a minha preocupação não é com a veracidade da informação, ou talvez, num sentido mais antropológico, com os referenciais míticos que remetem a um mundo físico, prático. Mas sim com o que povoa suas lembranças, de que maneira elas lembram, o que é recorrente e que elementos traduzem a sua cultura, o seu contexto histórico.

Retornando à Dna. Maria Ana, ela também me faz ver que a apreensão não diz só respeito a mãe, mas também ao bebê, por isso *“nada requentado, porque quem amamenta uma criança não pode chupar laranja, não pode tomar nada de álcool, o café tem que ser bem feitinho, a comida bem feitinha pra não fazer mal pro neném que tá mamando”*. Dna. Irma também recorda que o caldo de galinha estava presente nos 40 dias, que não podia comer carne de porco, só uma polentinha, um queijo magro, pão à vontade, mas que, *“quase no fim chupava alguma laranjinha, mas com medo dela, laranja madura, crava, e ela notava só porque dava dor de barriga no neném, ela notava!”*. É, Dna. Irma tinha o que temer, pois estava sob a vigilância de uma dupla autoridade, sua sogra Luíza que, por um revés era, ainda, parteira.

Em suma, *“é pra se cuidá mais né, pra não fazê esforço, pra não comê de tudo, porque hoje não tem mais resguardo, não cuida mais nada, mas naquele tempo cuidava.”*(Amábile)

Ao mesmo tempo que elas demonstram terem tentado burlar certas regras, na sua época, exteriorizam um certo ressentimento e até indignação pelas mesmas não serem respeitadas hoje. Talvez porque lhes destituíram da função de narradoras, de transmissoras de um saber que foi sendo, pouco a pouco, desqualificado.

Mergulho novamente no passado e lá, não visualizo só interdições. Como disse a Dna. Amábile, não podia comer de tudo, mas também não podia fazer muito esforço. Seria idealização minha pensar que elas interrompiam a árdua lida cotidiana. Mas havia um afrouxamento no papel de esposa-mãe-mão-de-obra. Eram alvo das atenções da parteira e depois da sogra e delas obtinham uma certa licença, naquele mundo do trabalho. Reafirmo, o resguardo não as eximia da batalha diária, mas as desobrigava de alguns serviços, para os quais podia contar com a ajuda da sogra ou das vizinhas, sem ter que justificar-se ou ser chamada de ociosa. Este aspecto é sugerido pelas expressões do tipo “*era prá não fazê esforço*”, “*eu era muito bem tratada*” ou “*eu gostava de fazê alguma coisinha e ela brigava*”.

Ainda dentro do círculo do resguardo, constituía-se e fortalecia-se mais um espaço de sociabilidade. Como infere Dna. Amábile, “*só ganhou o nenê e aí quando chegava ali uns oito dias, começava a aparecê visita pra comer sopa*”.

As visitas eram feitas geralmente aos domingos, a tarde, por vizinhas, não necessariamente com algum parentesco e convidadas do casamento, caso fosse o primeiro filho. Assim explicita Dna. Amábile: “*Mas meu Deus quanta visita gente, quanta visita eu ganhei da Lenir que era a primeira, porque aí a primeira, tudo que ia o casamento né, então tinha o direito de visitá quando ela ganhava o primeiro filho*”. As visitas era somente do sexo feminino, “*nos domingos tinha 7, 8, 10 mulher*”. E dentre elas, apenas as casadas, “*moça não vinha. Eram tudo as mulhé casada, e ficavam conversando*”.(Robertina)

Vislumbramos então, uma certa “irmandade” de senhoras, casadas e com filhos, da qual a mulher, após seu primeiro rebento, passava a fazer parte. Encontrei uma solidariedade inerente ao grupo, aparentemente associada a preservação das moças solteiras dos “mistérios” revelados a partir do primeiro parto. Significativa neste contexto é a fala de Dna. Idalina:

*Tinha tudo filha pequena, não se dá roupa para moça lavar, de mulher, nem que seja um mês, só depois dos quarenta dias. Mas filha em casa só se fosse casada, se fosse casada aí podia lavar, se não dava aquela roupa de serviço e a roupa que era então vinha uma mulher, uma vizinha, porque desce, desce, não muito, mas desce sempre um sinal.*

Outra cautela a ser tomada dizia respeito ao estado em que se encontrava a visita. Se a mulher que fosse visitar estivesse “assistida”<sup>166</sup>, “secava” o leite da parturiente. Menstruação, como já foi exposto no capítulo um, era sinônimo de mácula, de pecado. Para remediar esta situação, fazia-se a famosa “sopa” “*e a mulher que tem o neném é que manda chamar pra ti comer um pouco, tem que comer junto, senão o leite não tem*”. Agora “*se for uma moça solteira é pior ainda, o leite não volta mais*”.(Idalina) É, efetivamente as moças não podiam fazer visitas.

Muito interessantes eram os presentes oferecidos nesta ocasião, porque “*hoje eles usam só roupa, e a gente levava uma galinha e uma posta de pão torrado, né?*”.(Robertina) Notem que os presentes eram para a mãe e não para o bebê. Essa sensibilidade em relação aos recém-nascidos e também à criança, é posterior, não compartilhada por aquela sociedade, naquela época. Vejamos o que denota Dna. Anita, quando eu pergunto se o nenê estava sempre junto: “*non, non, ma ele suzinho, deixava na cama, nós saía fora, trabalhava e o neném lá, mais c’o bracinho enfaxado.*”

De volta aos presentes, não posso omitir a lembrança de Dna. Amábile, sempre preocupada em me fazer ver os detalhes deste ritual:

*era assim, eu ganhei aquela vez da Lenir de visita, mais de 30 galinha, que eles levava galinha de visita. Algumas levava assim um pacote de torrada pra fazê a*

---

<sup>166</sup> “Assistir” é usado para duas situações: encontrar-se menstruada e para o trabalho da parteira.

*sopa, aquelas torrada ele trazia, eles tinha uma toalha assim quadrada, não sei se a tua nona ainda tem, amarrava os canto assim e enchia de torrada, comprava as torrada na padaria e outros, então, levava a galinha. Eu comia galinha 40 e 50 dia, comia galinha que não acabava mais.*

E a dona da casa, oferecia o quê? Novamente, manifestam-se as variantes culturais. Se a dona da casa fosse de origem italiana, indubitavelmente comeríamos sopa de caldo de galinha. Caso fosse portuguesa, tomaríamos café com “mistura”<sup>167</sup>. Dna. Maria Ana pontua bem essa diferença, “*porque quando eu ia visitar os italianos, eu tomava sopa. Então eu podia aprender aquilo, mas não aprendi não. Não gostava de tomá sopa, então a gente botava aquela mesada de café*”. Mas ao que tudo indica, e como já relatei anteriormente, distinguia-se o “outro”, mas também mesclavam-se os hábitos. Por isso Dna. Robertina diz que comia pirão, mas oferecia sopa para as visitas e a Dna. Maria que “*até os italiano queriam tomá café*”.

Gostaria de voltar à questão da solidariedade que, como coloquei no primeiro capítulo, estava imbricada nas relações de vizinhança, calcada no “auxílio mutuo”, devido à própria necessidade de sobrevivência. Para reforçar esta solidariedade, há que se gestar espaços de sociabilidade. Destarte, já mapeei anteriormente alguns desses espaços, tanto femininos como masculinos. Às mulheres casadas pode parecer, ao primeiro olhar, haver uma certa ausência de encontros desta natureza, devido ao dia a dia na unidade econômico-familiar, e as interdições relativas ao seu sexo e ao casamento. Le Roy Ladurie, ao examinar o povoado de Montaillou, nos aponta certos lugares “*de reuniões e diálogos preponderantemente femininos*”, como o “*comércio dos queijos*”, o “*moinho*”, a “*corvéia de água*” ou “*em torno dos cadáveres*”.<sup>168</sup>

Dessa maneira, se deslocarmos o nosso olhar dos eventos sociais e dos espaços públicos, e

---

<sup>167</sup> Por “mistura”, entende-se o que é posto à mesa do café, como bolachas, bolos e pães. Comumente o sábado à tarde era reservado para se fazer “mistura”, pois as visitas normalmente ocorriam no domingo.

focalizarmos certas atividades femininas, encontraremos ali o fortalecimento dos laços vicinais que rompem as barreiras étnicas e de classe. Sônia Maluf, ao falar sobre a prática das benzeduras, em uma comunidade luso-brasileira, ressalta que

*é também nos espaços mais ligados às atividades femininas e nos momentos de sociabilidade entre as mulheres, na realização das atividades domésticas e das tarefas que dependem exclusivamente das mulheres, como lavar a roupa coletivamente na fonte, fazer a renda ou apanhar café, que os conhecimentos de rezas, curas, benzeduras e simpatias são transmitidos ou trocados entre elas.*<sup>169</sup>

Nesta perspectiva, certamente a sala de visitas da mulher resguardada era um destes locais apropriados às conversas referentes às práticas abortivas, o modo de agir das parteiras, problemas relacionados à gravidez, a parturição, incluindo a observação das condutas, o modelo de maternidade a ser seguido, entre outras coisas. Por isso distancio a minha análise desta afirmação de Le Roy Ladurie: “Digamos que na aldeia das cruzeiras amarelas os homens detêm as estruturas essenciais do poder, ao passo que as mulheres, em sua sociabilidade, encarregam-se de boa parte dos serviços de informação”.<sup>170</sup> Penso que as “informações” que estão em jogo remetem à construção e manutenção de um “mundo” feminino, onde estão circunscritas certas práticas fundamentais à sobrevivência daquela localidade. “Saber é poder”, já dizia Foucault, portanto, compartilhar de certos espaços interditados aos homens e às moças assegurava um domínio sobre certos saberes e conseqüentemente, as investia de um certo poder.

---

<sup>168</sup> LE ROY LADURIE, E., op. cit., p. 318.

<sup>169</sup> MALUF, Sônia. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Santa Catarina. p. 151.

<sup>170</sup> LE ROY LADURIE, E., op. cit., p. 320.



## Maridos

No interior desta cultura do parto até aqui traçada, os maridos tinham parca participação. Não vou afirmar que eram excluídos, mas a eles cabiam poucas funções.

Às vezes eram eles que “tratavam” o parto. “Tratar” o parto significava avisar a parteira da gravidez e da época para a qual estava sendo esperada a criança, *“então a minha mãe sabia quantas mulher que tinha que ía ganhá nenê”*.(Amábile) Mas geralmente eram as próprias mulheres que se encarregavam deste acordo. Na verdade, eles eram responsáveis por chamar a parteira, quando fosse a “boa hora”. Dna. Amábile observava que *“eles vinham buscá e quando o tempo era de noite, muito escuro, eles pegava a rédea do cavalo que a minha mãe ia, porque aquele tempo era tudo picadinha, era muito ruim pra se andar de noite.”*

E aonde eles ficavam, na hora do parto? Continuavam seus afazeres, perto da casa ou então saíam, *“porque eles tem medo, eles saía, e se era de noite, ía dormi e pronto.”*(Anita). Agoniados e medrosos eram os adjetivos que qualificavam os esposos nesta circunstância. Fico imaginando, nesse caso, o temor por que deve ter passado o seu Aníbal, marido de Dna. Irma, filho da parteira Luiza, já falecido.

Conta Dna. Irma que, no primeiro filho, Dna. Luiza fez o filho participar do parto:

*Eu sei que da primeira, ela fez o marido entrá, vocês tem que vê, vocês tem que sabê o que a mulher sofre. Fez ele entrá e ele me assegurô bem. Eu dizia viu, viu o quê que me aconteceu, eu disse pra ele. Ele ficou tão contente, tão contente quando a neném nasceu, meu Deus (ela faz como se o marido estivesse suspirando) me lembro como se fosse agora.*

Este foi um relato inusitado nas entrevistas, uma situação fora dos padrões, ocorrida apenas no parto do primeiro filho de Dna. Irma, promovida pela “bagunceira” parteira Luiza, como é descrita por sua nora. De qualquer modo, parece que os homens tinham pouca familiaridade com estas questões e o suspiro do seu Aníbal tanto podia ser de contentamento, quanto de alívio...

Por outro lado, havia o marido da parteira, aquele que deveria ser o mais afetado pelas constantes saídas de sua esposa. Mas, assim como o marido da parturiente, ele é evocado apenas quando inquirido pela ouvinte. Desse modo, quando pergunto a Dna. Amábile se o seu pai não se importava com o trabalho de parteira da sua mãe, ela diz que ele

*ainda era muito bom demais, que as vez levantava da cama, com o tempo frio e ía no pasto, ainda pegava a égua, que a minha mãe sempre ía com a égua, que era muito marchadera, encilhava e preparava tudo prá minha mãe saí.*

Insisto, afirmando interrogativamente, “então, ele ajudava?” ao que ela retruca, “ajudava muito, ajudava, imagina, sabia que ia fazê o bem para outra mulher”.(Amábile) Dna. Maria Ana também recorda que o marido da Dna. Arina, sua sogra, “não se incomodava não, ele dizia assim, ela é que sabe, se ela gosta do serviço dela, se ela tá fazendo bem, ela que sabe.”

Na verdade, quando as depoentes atribuem aos sogros ou pais as expressões “homem bom” ou “não se incomodava”, elas deixam transparecer uma aceitação e reconhecimento da prática por parte dos homens e da própria comunidade. Ao mesmo tempo, em outras falas, percebi que os homens não estavam excluídos dos conhecimentos acerca da reprodução. Algumas tinham os filhos de forma espaçada, ou seja, de dois em dois anos, por exemplo, o que mostra que havia uma certa prática contraceptiva. Esta prática podia ser compartilhada, como diz Dna. Irma: “Nós se cuidava, né” ou, como destaca Dna. Maria Ana, ao dizer que era “por conta” do seu marido, porque “ele

*era experiente, tinha 27 anos, serviu o exército dois anos, então ele sabia a tabelinha, certo?”.*

Assim Dna. Irene, conta que o seu marido, quando foi a São Paulo, trouxe cinco caixas de comprimido ou de outra feita, ao voltar de Porto Alegre, veio com outro tipo de drágeas, para serem usadas internamente, *“antes do sexo, né?”*. Fora isso, eles evitavam de outras maneiras, só que *“não dá pra explicar, né.”*. Obviamente, não é fácil para elas exporem a sua intimidade para uma moça solteira e com um gravador à mão. Outrossim, estas referências são suficientes para se atentar no sentido de um conhecimento e uma participação masculina neste aspecto. Dessa maneira, os homens não eram alheios à sexualidade e a reprodução, apenas tornavam-se coadjuvantes no parto e no pós-parto, pois como já foi afirmado, esta situação e os conhecimentos que ela demandava, conferia às mulheres um poder. Isto talvez explique o fato de ser considerado “um assunto de mulheres”.

## **As parteiras**

Ao mesmo tempo que as mulheres trazem à tona suas experiências, mesclam a elas as das vizinhas, mães, sogras e parteiras. Afinal de contas, das nossas entrevistadas, só a D. Anita reunia todos os papéis citados e mais o de parteira portanto, tudo o que toca à elas nos relatos é pleno de concepções e representações. Contudo, algumas nuances podem ter passado despercebidas, ou mesmo podem ter aguçado a curiosidade do leitor. A descrição física, os adjetivos, o modo de fazer os partos, tudo isto as diferencia, mas ao mesmo tempo as lança num tempo e num espaço específicos, determinado por valores e processos culturais construídos socialmente. Este contexto emerge das falas e é focado e desdobrado à luz da interpretação da pesquisadora.

Não pretendo aqui fazer um comentário sobre cada parteira, mesmo porque fui descobrindo que além das parteiras freqüentemente citadas, havia outras, conhecidas somente em sua localidade e além destas, aquelas que auxiliavam as vizinhas. Aliás, citada enquanto parteira, nenhuma delas é. Talvez eu possa ser mais clara nesta afirmação. Em outro momento deste capítulo, eu já utilizei a expressão “parteiras reconhecidas”. Reconhecidas porque são recorrentes nas falas, citadas por várias mulheres, ou porque aparecem uma única vez, mas apontadas como as parteiras de uma localidade em específico. Reconhecidas sim, mas não nomeadas, porque ninguém se refere a elas como a parteira Luísa ou a parteira Cândida, por exemplo. Quando inquiridas sobre quem fazia os partos, as respostas são do tipo “*os dois primeiros foi com a falecida Luíza Guarezi*”, “*tinha essa senhora, a Dna. Miqui*”, “*eu fui assistida pela Dna Irene*”. O nome é geralmente acompanhado do sobrenome, da localização da sua casa, do seu parentesco, mãe do fulano, esposa do beltrano, mas nunca do seu ofício.<sup>171</sup> Neste sentido, Cadenas Gordillo e Pons Bonals, ao entrevistarem parteiras de localidades mexicanas, ressaltam que

*à parte os conhecimentos, ou saberes, que as parteiras possuam sobre seu trabalho, elas se consideram pessoas comuns e compartilham os elementos específicos da vida cotidiana das mulheres da comunidade. Como toda mulher, as parteiras assimilaram as relações sociais, mas, diferindo do restante das mulheres, passaram a fazer parte de um “grupo” encarregado de transmitir costumes e normas relacionados à reprodução da comunidade. Reconhecem que o fato de fazerem parte deste grupo as coloca em situação de prestígio e “respeito” perante os habitantes da comunidade.*<sup>172</sup>

Como se pode notar, as minhas entrevistadas tratam as parteiras deste modo, como mulheres comuns, porém com o devido respeito, demonstrado através do cumprimento de suas orientações.

---

<sup>171</sup> Faço ressalvas ao momento em que são descritas na sua função.

Aqui reforça-se novamente a constatação de que esta é uma atividade a mais, no seio de outras, que requer um saber específico, que cabe às mulheres na divisão de papéis, porém não mais ou menos importante que outros serviços essenciais, ou até mesmo que deva ser distinta de outros afazeres. Ainda concordando com as autoras, remeto ao tema do resguardo, no qual sugiro um certo poder entre as mulheres. No interior dos espaços constituídos pelas próprias, para as trocas de experiências, certamente algumas dentre elas, enquanto parteiras, eram mais ouvidas, portanto autorizadas a transmitir certos preceitos, como os relativos à reprodução.

Ainda relacionado a esta função, agora no tocante a remuneração, é importante que se diga que uma ou outra cobravam em dinheiro, “uma baratéia”(Irene) geralmente, mas unanimemente dava-se “*o que queria, não eram cobrado, dava um presente, uma comida*”. Assim recorda Dna. Amábile, ao falar da sua mãe: “*elas dava o que elas queria, mas ela não cobrava, ela não tinha preço de nada, fazia aquilo pra favorecê, fazia um favor, naquele tempo era assim né.*” Outrossim, o caráter do “favor” e não do trabalho está aí contido. Quando falo de “favor”, não estou desqualificando esta prática, mas lançando-a no rol dos serviços prestados, ou seja, incluindo-a nas relações de vizinhança. Assim como o marido de Dna. Robertina fazia um “favor”, ao “desafogar” as reses, ou em “carnear” o boi do vizinho, as mulheres estavam se “favorecendo” ao “assistir” ao parto umas das outras. Eram relações que se estabeleciam porque necessárias a sobrevivência daquela comunidade. É claro que algumas mulheres destacavam-se neste contexto, as “reconhecidas”, aquelas que detinham um “status” de parteiras. Elas assumiam uma posição distinta das outras, por terem desenvolvido, ao longo da prática, um saber específico. Mas como já anunciei anteriormente, existiam outras menos conhecidas que também eram autorizadas para esta função. Porque o aspecto da ajuda mútua imbricado nas relações de vizinhança, era o que movia esta

---

<sup>172</sup> CADENAS GODILLO e PONS BONALS., op. cit., p. 123.

convivência. Como a vizinha de Dna. Idalina que virou sua “comadre”<sup>173</sup>, porque “*quando eu precisava dela, ela vinha coitada*”. Novamente Cadenas Godillo e Pons Bonals, ao descreverem as parteiras de sua pesquisa, enfocam que

*seu trabalho não é visto como mercadoria, mas como um serviço que deve ser prestado à comunidade e que apenas algumas pessoas dotadas desse “saber” podem prestar. É interessante observar que esse sentido do trabalho é o mesmo para todas as parteiras, independentemente de gostarem ou não do serviço que fazem.*<sup>174</sup>

Dessa forma, entendemos porque a sua atividade não tinha um preço estabelecido, pois ela não vendia sua “força de trabalho”, mas cumpria seu papel numa rede de contraprestações de serviços. Recebia um “pagamento”, na maior parte das vezes em espécie, porém este era simbólico. O que estava em jogo era afirmação de laços de solidariedade, que implicavam numa contrapartida em outros momentos, cuja ajuda se faria necessária.

Neste momento talvez possamos agregar a estas considerações uma outra, relativa a manutenção deste saber. Assim como não havia uma preparação para exercer este ofício, pois esta era dada pela prática, pela vital importância deste tipo de serviço, tendo apenas como condicionante aspectos já mencionados anteriormente, igualmente não foi verificada uma passagem de mãe para filha. Nem mesmo Dna. Anita, a única filha de parteira admite que aprendeu com a mãe, mas “*de cabeça, na luta e coragem*”. Sobre este aspecto, encontrei distintas referências na literatura. Cadenas Godillo e Pons Bonals, por exemplo, constataram que “*em geral, as parteiras pensam que só aprendem aquelas mulheres que ‘devem’ aprender, as que contam com certas*

---

<sup>173</sup> O termo “comadre” é o mesmo que madrinha de batismo do(a) filho(a). Muitas parturientes convidavam as parteiras para serem “comadres”, ou seja, para batizarem seu/sua filho(a). Frequentemente as comadres e os compadres eram escolhidos por serem parentes ou casais mais abastados na localidade. O que denota que esta era uma escolha especial. Os referidos termos também são citados por LE ROY LADURIE, E., op. cit., p. 408.

*capacidades inatas, reveladas em sonho*".<sup>175</sup> Já Sônia Maluf, ao falar de benzedeiros-parteiros diz que seus "*conhecimentos sobre o parto, partilhados exclusivamente pelas mulheres, são obtidos quando se acompanha a benzedeira como ajudante, um momento iniciático importante para uma aprendiz de benzedeira.*"<sup>176</sup> Assim percebemos diferentes formas de conceber e também de transmitir um aprendizado. No que concerne às mulheres de Treze de Maio, frases do tipo "*ela sempre foi parteira*", ou "*aprendeu na vida*", não remetem a uma origem ou a um legado transmissível, mas a uma vivência, uma condição aceita e mantida pela existência de um território já demarcado por estas, no interior das relações específicas àquela comunidade.

Mas dentro desse território, encontramos certas diferenças nas maneiras de agir e também certas restrições. Para isso, precisamos compor a imagem de algumas parteiras a partir dos fragmentos de certas falas. Num primeiro momento, todas as parteiras são descritas como pessoas boas, cuidadosas, que faziam o bem. Quase todas. Fui descobrindo a partir dos relatos e depois, através das minhas insistentes perguntas, uma senhora que só se chamava "*mesmo em última necessidade.*" Cândida Cesáreo de Valério era o seu nome. Veio da Itália e era letrada, coisa pouco comum à época. Puxava as ladainhas em italiano, nos cultos e fazia parte da irmandade do apostolado do Sagrado Coração de Jesus.<sup>177</sup> Uma pessoa aparentemente aceita na sociedade de então, mas não na função de parteira. O que possuía Dna. Cândida, que a desqualificasse para esta prática?

A princípio, me pareceu o seu procedimento, pois assim me enfatizou Dna. Irma:

---

<sup>174</sup> CADENAS GODILLO e PONS BONALS, op. cit., p. 123.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>176</sup> MALUF, S., op. cit., p. 152.

<sup>177</sup> Ver capítulo I, sobre a irmandade e os cultos.

*era por favor, por favor, mesmo em última necessidade chamá aquela mulher. Umhas unhas grande suja, ela judiava da pessoa, ela né era igual a minha sogra, minha sogra fazia aquele exame, aquela visita e dependia do útero quando começa a abri e vai fazendo aquele vexame né, e ela, essa senhora das unhas nojentas, ali não tirava a mão, deixava só a mão ali, aí no fim tinha que inflamá mesmo.*

Porém Dna. Irene, sua vizinha, não corrobora com a visão de Dna. Irma e das outras mulheres, apesar de concordar que *“muitos falavam que ela era pretenciosa, tinha muitos que diziam que ela era muito mechilhona na hora que não precisava, né, mas eu não achei”*.

A fama de Dna. Cândida propagava-se até mesmo entre as mulheres não atendidas por ela. Dna. Idalina chega a exagerar no seu temor àquela parteira que nunca a “assistiu”: *“aquela eu nunca mandei chamar. Pelo amor de Deus! Diz que aquela judiava a mulher, que entrava até com a mão por baixo. Não, não, pelo amor de Deus! Eu não gostava muito dela, não gostava dela.”*

Unhas sujas, “mechilhona”, podíamos atribuir a estas constatações, a não preferência por Dna. Cândida, mas não era só o visível que estava envolvido. Quem sem querer me chamou a atenção para um detalhe precioso, foi Dna. Amábile, *“ela fazia parto, mas só que ela era de facilitá, porque era mulher que não tinha filho”*. Provavelmente aí está a chave desta questão. Grassava nos círculos femininos, esta orientação, a de evitar *“de pegá a Cândida, elas achava que ela não tinha filho, não tinha passado por aquilo, achava que ela facilitava né, judiava”*. (Amábile) Tudo me leva a crer, que o seu problema não era a técnica, pois outras também se diferenciavam, nem a experiência, *“porque ela veio de Itália parteira”*, e tampouco a sua condição sócio-econômica, que a incluía entre os pobres. Mas sim a ausência da maternidade, que não era amenizada pelo fato de ter um filho adotivo. A prerrogativa da maternidade já levantada por



mim em outras situações, representava a passagem para este mundo feminino e, neste caso, restringia a atuação dentro dele. Segundo minha avó, Dna. Cândida morreu praticamente só, abandonada pelo filho adotivo, com o qual tinha uma relação difícil, contando apenas com o marido, já velho e com o auxílio e as visitas das mulheres da região. Conta ainda minha avó, que foi visitá-la em seu leito de morte, que “dava uma dó”, só de olhar para aquela senhora, com os pés e as mãos comprometidos pelos “bichos-de-pé”. Talvez esse fosse o motivo das suas unhas serem grandes e parecerem sujas.

178

Outra personagem que merece ser destacada é Dna. Arina. Era famosa por ser benzedeira e carregava uma maleta consigo quando ia realizar um parto, típica das parteiras que atuavam no hospital, como era o caso da Dna. Antonina Búrigo que vinha de Tubarão, para atender casos complicados em Treze de Maio. Esta maleta simbolizava uma familiaridade com certas práticas médicas, pois além da tesoura, continha umas injeções, “*prá forçá, né*”, e um par de luvas. Sua nora, Maria Ana, diz que ela era uma parteira de primeira classe e que “*quando não era pra ela, ela dizia, leva pro médico que não é pra mim. Os médicos ainda diziam, bela parteira*”.

É também a única que obteve um reconhecimento oficial, tendo, numa placa afixada no posto de saúde daquela localidade, o seu nome gravado: Arina da Silva de Jesus. Isto demonstra, uma certa aceitação por parte da medicina, talvez porque ela se utilizasse de tópicos apregoados por esta ciência. Por outro lado, não nos esqueçamos que ela era benzedeira, o que lhe conferia um caráter marginal frente a este saber institucionalizado.

---

<sup>178</sup> Dna. Mariquinha, filha de Dna. Irene, sua vizinha, ao escutar a minha referência às “mãos sujas” de Dna. Cândida, lembradas por minhas depoentes, associou prontamente aos “bichos de pé”.

Dna. Arina, era descendente de portugueses (ou luso-açorianos), uma “brasileira”, o que justifica a combinação benzedeira-parteira, presente nas pesquisas referentes a esta cultura.<sup>179</sup> Novamente, a diversidade cultural aparece através das suas reminiscências ou da ausência delas. Nenhuma das descendentes de italianos sugere a existência de benzedeiras, o que é notório nas falas das duas “brasileiras”. Dna. Robertina, caracterizada por sua simplicidade e eloqüência, discorre sobre benzeduras, simpatias e embruxamentos. Sempre pontuando que as “italianas”, não acreditavam, mas recorriam a este aparato. Dna. Maria Ana, mais ponderada, quiçá preocupada com a não associação da imagem da Dna. Arina com bruxarias e “macumbas”, diz que ela não desmanchava feitiço, não trabalhava com isso. Ainda segundo ela, Dna. Arina dizia que tinha “*um dom com ela assim, uma coisa dela, não é espírita, ela não era dessas coisa assim*”. O “dom” significa a recusa a certos serviços das bruxas, macumbeiras e feiticeiras, como também atribui uma explicação para este saber de Dna. Arina.

Dna. Maria Ana possuía um respeito e confiança muito grande em sua sogra, o que a levava a cumprir certas ordens “*por ela, não por mim*”. Estes valores ainda são conservados, como explicita este trecho sobre a aparência física de sua sogra:

*não ela era muito bonita, ela era bonita. Ela era uma pessoa, desde quando eu conheci ela, ela era assim gorda, bem acinturadinha se aprontava muito bem. Se arrumava bem, aquele cabelinho dela, eu tô usando o coque dela. Ela usava aquele coque muito bonito.*

Aqui vemos, não só o respeito e a confiança devido ao “status” de Dna. Arina, como também ao fato de esta ser sua sogra. Como já vimos, as sogras desempenhavam um importante papel na vida de

---

<sup>179</sup> Ver MALUF, Sônia. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Santa Catarina. e PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*.

suas noras. Portanto, Dna. Maria Ana, por meio da reprodução de seu estilo, demonstra claramente esta influência.

Dna. Arina vivia com a casa cheia de pessoas a serem atendidas, sem falar no ofício de parteira, e mesmo assim ela era “*muito trabalhadeira, ela fiava, tecia, ela costurava, fazia de tudo*”.(Maria Ana) Outra vez reforça-se a noção de que fazer partos e neste caso, também benzeduras, não era considerado trabalho, mais “fazer um bem”, ajudar, prestar um serviço.

Dessa maneira, penso que ao longo desse capítulo, a prática da parturição e suas matizes, tornaram-se visíveis e puderam ser compreendidas dentro de uma cultura específica. Ao identificar esta prática inserida numa rede de relações imprescindíveis à sobrevivência naquela localidade, confiro-lhe historicidade, ao mesmo tempo que a destituo de uma suposta “cultura feminina”, que tende a considerar somente as permanências, à parte de um contexto e de suas especificidades. Porém isto não exclui a demarcação de um espaço propriamente feminino, relativo a certos saberes, seus procedimentos e sua transmissão, mesmo que não homogêneo e harmônico, como foi exemplificado através de Dna. Cândida e Dna. Arina. Todos esses aspectos puderam ser desvelados a partir da oralidade dessas mulheres, e o que poderia ser visto como simples “tagarelice”, mostrou ser um rico substrato, a partir do qual se podem contar muitas histórias.

## **Do Espaço da Casa para o Espaço do Hospital: ou a Substituição de uma “Prática” Cultural por um “Conhecimento” Médico-Científico**

Em “Do espaço da casa para o espaço do Hospital”, deparamo-nos com uma “linha divisória”, observada através da mudança de espaço, da casa para o hospital. Esta pode apresentar-se, a princípio, como um limite das lembranças femininas sobre seus partos.

Todavia, a memória é ilimitada, trazida à tona sob as formas de lembrar, cerceada talvez, por seus elementos característicos, como a seletividade, a interação entre consciente e inconsciente, o pertencimento a um determinado grupo, e assim por diante. Neste sentido, o recorte temático é da própria pesquisadora, que estabelece alguns marcos na entrevista (às vezes isto se torna impossível, quando nos posicionamos como ouvintes), ou ao menos quando vamos colocá-la no papel. Por isso, seguindo a trilha das reminiscências das minhas depoentes, penso serem prementes certas considerações, principalmente no que tange a medicalização e/ou institucionalização do parto.

A medicalização do parto está ligada à ciência moderna e a um “corpus” de saberes e procedimentos que foram apropriados e adequados sob uma ótica médica, e a partir do século XVIII, precisamente médico-científica.

Desde a Idade Média assistimos a um embate pelo exercício de práticas médicas entre os acadêmicos das faculdades de medicina e profissionais leigos que se dedicavam a cura - como afirma

Victor Hugo de Melo, “*de comum acordo com a ordem eclesiástica e a nobreza, as faculdades de medicina procuravam uma forma de deter a hegemonia e o controle da prática médica.*”<sup>180</sup>

Nesta disputa, o importante era delimitar e assegurar o campo das práticas curativas sob a égide dos profissionais médicos e nesta guerra, o alvo eram homens e mulheres.

Ao final da Idade Média, propriamente na Renascença, as parteiras tornaram-se objeto de perseguição dos médicos-cirurgiões, porque estas, além de curadoras, também adentravam no campo das pequenas intervenções cirúrgicas. Nesta época foram escritos os primeiros textos de ginecologia e obstetrícia, nas línguas nacionais, assinados por estes médicos-cirurgiões destinados às parteiras, no sentido de “corrigir” os seus procedimentos.

Cabe ressaltar aqui, que a igreja constituiu-se como um auxiliar na afirmação da figura do médico, ao promover a associação entre bruxas e parteiras, por estas possuírem conhecimentos médicos e ginecológicos<sup>181</sup>, utilizarem palavras, gestuais e fazeres não consonantes com a fé católica e pelo não cumprimento do sacramento do batismo.<sup>182</sup>

Coincidentemente, a época dos tribunais inquisitoriais, do século XIV ao XVII, alinha-se ao momento em que surge uma especial atenção dos médicos às parteiras e igualmente do Estado Absolutista emergente para com estas. No tocante ao Estado, surgia uma preocupação com o aumento do índice de natalidade, o qual, acreditava-se, traria mais riqueza. Podemos resumir esta preocupação do Estado Absolutista, nos seguintes aspectos:

---

<sup>180</sup> MELO, Victor Hugo de. *Evolução histórica da obstetrícia: a marginalidade social das parteiras e da mulher*. Belo Horizonte, 1983. Dissertação ( Mestrado em Ginecologia e Obstetrícia) - Setor(?), Universidade Federal de Minas Gerais. p. 60.

<sup>181</sup> EHRENREICH, Barbara e ENGLISH, Deirdre. *Brujas, comadronas y enfermeras - história de las sanadoras*. In: *Cuadernos inacabados*. Trad. Para o espanhol: Mireia Bofill e Paola Lingua. Barcelona, laSal ediciones de les dones, 1984. p. 13.

<sup>182</sup> MELO, V. H. de, op. cit., p. 78.

*Redução da alta mortalidade neonatal; coibição do abortamento provocado e do infanticídio, identificando parteiras e mães solteiras que os estivessem praticando; identificação dos pais das crianças ilegítimas, obrigando-os a sustentá-las, reduzindo os gastos públicos*<sup>183</sup>.

Deste modo, “*as parteiras foram um dos principais instrumentos da política absolutista para atingir a maioria destes objetivos.*”<sup>184</sup>

Na realidade, o que vimos até agora, trata da normatização e do controle do qual foram objeto as parteiras. O que se assiste deste momento em diante na Europa, é a submissão das parteiras que obterão uma licença para sua atuação dentro de uma concepção médica e desqualificação das parteiras apenas “práticas”, levando a sua extinção.

A invenção do fórceps deve ser realçada, pois como relatam Ehrenreich e English, a prática da obstetrícia ainda continuava sendo um espaço privilegiado das parteiras, pelo menos até os séculos XVII e XVIII, quando os profissionais médicos passaram a apregoar o uso deste instrumento como superioridade técnica. O fórceps era considerado um instrumento cirúrgico, portanto as mulheres não podiam usá-lo, visto que eram proibidas por lei de praticar a cirurgia<sup>185</sup>.

Neste momento, já existiam, inclusive, dispositivos legais, como a lei que proibia a cirurgia realizada por mulheres, consolidando, além de um conhecimento médico, um domínio exclusivamente masculino.

Relacionado aos conhecimentos teóricos e práticos destes profissionais, uma área será desenvolvida e delimitada dentro da ciência médica: a obstetrícia. O corpo feminino, do ponto de vista anátomo-fisiológico será esquadrihado, numa investigação que fornecerá dados para a

---

<sup>183</sup> Ibidem, p. 77-78.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 77-78.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 20.

configuração desta especialidade médica, amparada pelo Estado e sua preocupação com o controle da reprodução e da fertilidade femininas.<sup>186</sup>

Dessa maneira, a efetiva medicalização do parto dar-se-á no século XVIII, acompanhada, em seguida, por sua institucionalização, pois *os grandes processos da obstetrícia não se processaram no domínio das parturientes, mas nos hospitais.*<sup>187</sup> É claro que a recorrência das mulheres européias ao hospital para darem à luz, torna-se mais visível no século XIX, porque somente aí, serão incorporadas propostas higienistas, garantindo uma maior segurança no interior desta instituição<sup>188</sup>. O fato é que os alicerces para tal, já estavam colocados, pois como explicita Foucault no “Nascimento do Hospital”, a partir do século XVIII haverá a constituição de uma medicina hospitalar ou de um hospital médico. E o hospital será objeto de uma disciplina hospitalar, que perderá a função de assistência e transformação espiritual, na qual a função médica não aparecia.<sup>189</sup> O médico entrará como um personagem central nesta organização hospitalar: *“mas se esta disciplina torna-se médica, se este poder disciplinar é confiado ao médico, isto se deve a uma transformação no saber médico.”*<sup>190</sup>

Dessa forma, o hospital passa a ser um lugar de cura e o saber médico, não mais calcado somente na observação da doença em seu momento de crise, de afloramento no doente, mas no ambiente que o circunda, no acompanhamento da doença, no esquadrinhamento dos corpos. Além disso, é no hospital que o médico vai formar e acumular saberes,<sup>191</sup> desenvolvendo o campo dos

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>187</sup> KNIBIEHLER, Yvonne. *Corpos e Corações*. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. vol. 4. Trad.: Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 359.

<sup>188</sup> MELO, V. H. de, op. cit., p. 117.

<sup>189</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad.: Roberto Machado. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 102.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 110.

especialismos, como a ginecologia e a obstetrícia, com um olhar centrado na frágil “natureza feminina”, dependente da sua condição biológica.<sup>192</sup>

No Brasil, o enquadramento da prática da parturição a um campo médico vai se dar mais precisamente com a criação das faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia em 1832, que concediam os títulos de doutor em medicina, farmacêutico e parteira, como afirma Anayansi Correa Brenes.<sup>193</sup> É no Rio de Janeiro, por exemplo, que se forma, em 1834, uma das mais famosas parteiras diplomadas, a francesa Maria Josefina Matilde Durocher, ou Mme. Durocher.<sup>194</sup>

Mas segundo Maria Lúcia de Barros Mott, podiam ser identificados cinco tipos de parteiras no século XIX:

*As parteiras práticas que exerciam o ofício sem autorização; as licenciadas, parteiras práticas com larga experiência, que exerciam com autorização, mas sem ter passado por um exame; as examinadas, parteiras práticas que prestaram o exame depois de comprovar experiência; as diplomadas, em geral mulheres estrangeiras, que fizeram o curso de partos no Brasil ou no exterior; e as “parteiras” ocasionais, mulheres que faziam partos na falta de uma parteira de ofício, limitando o atendimento às pessoas da família, ou vizinhas. Tanto podiam ser senhoras que faziam parto de suas escravas, como escravas que faziam parto de suas senhoras.*<sup>195</sup>

Porém, excetuando-se as “práticas” e as “ocasionais”, é evidente o controle dos profissionais médicos, através das licenças, dos exames e da diplomação.

---

<sup>192</sup> KNIBIEHLER, Y., op. cit., p. 361.

<sup>193</sup> BRENES, Anyansi Correa. História da parturição no Brasil, séc. XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 1991. p. 139.

<sup>194</sup> Sobre esta parteira diplomada ver MOTT, Ma. Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista de Estudos Feministas*, n.1, 1994.

<sup>195</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico. (mimeo). p. 3.



Dentre estas, as parteiras diplomadas eram as que gozavam de melhor reputação<sup>196</sup>, talvez por estarem melhor adequadas aos moldes médico-científicos ou até porque os médicos tinham que dividir uma função ainda insuficientemente contemplada dentro de sua formação profissional. De acordo com Brenes,

*aos médicos cabia alcançar dois objetivos: um local para observação do corpo - a clínica de partos, a maternidade, o hospital junto à escola. Inúmeras vezes os médicos reclamaram sobre a falta de prática durante o curso, especialmente na área obstétrica, a falta de uma clínica de partos junto às escolas. O segundo objetivo a ser alcançado pelos médicos é o que nos interessa mais nesse momento, ou seja, conseguir trazer à clínica, ao hospital, ao consultório a mulher ou, também, pode-se dizer, o corpo feminino.*<sup>197</sup>

Ou seja, faltava um espaço para a prática e principalmente, o objeto desta, o corpo feminino. Por outro lado, a teoria, ou o discurso médico já estava posto, preconizando uma autorização e competência a partir de uma desqualificação atribuída essencialmente às “práticas”:

*O que os médicos estariam querendo desqualificar era o saber tradicional cuja forma de transmissão de conhecimentos e a visão de mundo eram diferentes daquele ensinado pela Faculdade de Medicina, preconizado pela obstetrícia, que então começava a se pensar enquanto ciência. Daí serem ridicularizadas, chamadas de ignorantes e supersticiosas quando propunham rezas, relíquias protetoras, uso de chapéu, práticas que davam segurança e suporte emocional às parturientes.*<sup>198</sup>

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>197</sup> BRENES, A. C., op. cit., p. 144.

<sup>198</sup> MOTT, M. L. de B., op. cit., p. 14.

Mas Mott ainda agrega a formação desta imagem negativa das parteiras, um outro componente propagado no século XIX, que era o da natureza feminina, que impulsionava as mulheres à maternidade, e não ao exercício de outras atividades.<sup>199</sup>

Sem dúvida, esta idéia que será absorvida pelos médicos, afetará também as parteiras diplomadas, acarretando uma disputa neste campo profissional, observada por Mott. Pode-se dizer que isso redundará numa submissão da diplomada (talvez isso explique a titulação de “enfermeira obstétrica” que veremos adiante, na nossa pesquisa) em relação aos médicos, e que ao final, quem sofrerá a maior exclusão será a “prática”, sob o estigma da “ignorância” e conseqüentemente perda da credibilidade.

Neste mesmo século, voltamos nosso olhar para Desterro (hoje Florianópolis), capital da província de Santa Catarina. Verifico que essa cidade receberá os formados das faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, a despeito de existirem licenciados para o ofício médico<sup>200</sup>, talvez porque os primeiros já estavam “mais ajustados ao momento científico”.<sup>201</sup>

Possivelmente, fruto também dessas novas influências, Oswaldo Rodrigues Cabral nos diz que “*as aparadeiras, já em 1843, eram obrigadas a registrar os títulos de aprovação, perante os licenciados da época*”.<sup>202</sup> Interessante no relato de Cabral sobre a obstetrícia, no livro “Medicina, Médicos e Charlatães do Passado” é a diferenciação que este faz entre as parteiras. Ele também realiza uma espécie de classificação, só que impregnada de referências associadas, provavelmente, ao fato de ter exercido a medicina, durante um período de sua vida. Assim, vai dizer que uma parteira era “*conhecedora de rezas e manobras úteis para apressar o trabalho de*

---

<sup>199</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>200</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Medicina: médicos e charlatães do passado. *Arquivos Catarinenses de Medicina*: edição cultural, Florianópolis, v. 1, ano 1, abr. 1977. p. 105.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 111.

*parto*” e que outras, além disso “*tinham paciência inesgotável, sabendo animar e confortar a paciente*” e que “*sabiam levar o trabalho com asseio bastante louvável*”.<sup>203</sup> Por outro lado, constata que o mais comum eram as negras, geralmente escravas

*que vinham sentar-se na cama, entre as pernas das sinhás e das sinhazinhas, à espera do bebê, balbuciando rezas, esfregando as mãos sujas “nos nascedouros” para aquilatarem os progressos do desprendimento, e muitas, quando a coisa era demorada, pitando. (...) E aconselhando calma e força às pacientes. (...) Davam palpites, acertavam por bambúrrio, o que lhes dava fama e renome, e erravam por tradição. Nem por isso deixavam de ser úteis, às vezes.*<sup>204</sup>

Se as negras pronunciavam rezas como as outras, transmitiam “calma e força” e gozavam de um certo prestígio visto que “*quem não as tinha entre a própria escravaria, mandava pedir aos afortunados que as possuíam*”<sup>205</sup>, porque então somente estas possuíam as “mãos sujas” e eram úteis “às vezes”? Creio que é porque aí está embutido também um preconceito racial. Mott levanta, como um outro ponto a ser considerado na construção da imagem negativa das parteiras do século XIX, a questão racial. Lembra que o processo de valorização social da profissão médica no século XIX vai passar pela constituição da imagem de um novo profissional que teria, portanto, que se diferenciar de outras pessoas que se dedicavam a práticas curativas.<sup>206</sup>

Penso que dentro desse aspecto, torna-se fácil, primeiro desqualificar as negras, e posteriormente as outras “aparadeiras”, criando dificuldades para as suas atividades. É verdadeiramente um processo expansionista, onde os médicos, à medida que adquirem maior conhecimento nesta área, vão impondo barreiras para a atuação das parteiras, como a necessidade

---

<sup>203</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>206</sup> MOTT, M. L. de B., op. cit., p. 17.

de exames de aprovação, licenças e mais tarde somente reconhecendo a sua formação dentro da escola de “enfermagem obstétrica”.

Por mais que Cabral insista em dizer que entre os médicos “*todos eram parteiros, conheciam o ofício e gostavam de praticá-lo*”<sup>207</sup>, pois se não soubessem, estariam “*com a reputação perdida*”, este campo ainda estava longe de seu total domínio, tendo em vista que tem um caminho a percorrer, tanto no conhecimento prático, quanto no alcance de seu discurso, na capital ou em regiões mais longínquas. Isto tudo afetará mais precisamente a região estudada, através do papel do hospital.

Neste viés, realizo algumas incursões quanto à recorrência ao hospital, presente nas experiências das mulheres entrevistadas. Contida nesta perspectiva está, não só o parto, mas outras situações, em que o foco está no contato entre dois tipos de saberes, um dito “popular”, e o outro, médico-científico.

O hospital é apontado sempre como um último recurso, como elas próprias colocaram nos capítulos anteriores, tanto em relação às doenças como aos partos. A crupe que vitimou o irmão de Dna. Felícia, o bebê que “non nascia” nas mãos de Dna. Anita, circunstâncias que não eram solucionadas, mesmo depois de serem acionados todos os mecanismos para este fim, naquela comunidade. Além do que, já indicamos que o hospital tinha uma imagem negativa, “*ela não quis ir a Tubarão, porque disse que lá matava ela*”(Anita).

De acordo com o historiador Amadio Vettoretti, antes da criação do hospital do município, os médicos apenas eram enviados temporariamente para combater “moléstias”.<sup>208</sup> A inauguração do referido hospital, deu-se em três de maio de 1906, após um movimento organizado pelo Pde.

---

<sup>207</sup> CABRAL, O . R., op. cit., p. 111.

<sup>208</sup> VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. p. 187.

Bernardo Freuser e as irmãs da Congregação da Divina Providência. Estas religiosas já haviam fundado o Colégio São José, em 1895, contíguo ao local onde seria instalado o hospital, assumindo, do mesmo modo, a direção desta instituição.<sup>209</sup> O Hospital Nossa Senhora da Conceição, possuía as características de um hospital de caridade ou casa de misericórdia, no sentido de à ele acorrerem os pobres e os indigentes. Como já foi visto, em relação a Europa antes do século XVIII, era um local de assistência “*como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso.*”<sup>210</sup> No seu estatuto, de 1922 está declarada a gratuidade no tratamento dos doentes pobres, o que deve ter contribuído para a noção de que o hospital é lugar para pobres. Na França do século XIX, também encontramos esta idéia, mas em relação a parturição, pois “*dar à luz no hospital é sinal de pobreza, e principalmente de vergonha e solidão.*”<sup>211</sup> Afinal de contas, o Hospital estava mudando sua função desde o Séc. XVIII, mas a obstetrícia deve ter sido uma das últimas conquistas, no espaço desta instituição. Retornando à citação de Foucault, a questão da exclusão pode ser percebida por meio do surto da gripe espanhola, em 1918, que vai superlotar o hospital.<sup>212</sup> Não havia uma preocupação com o contágio dentro deste, até porque não havia uma estrutura para o isolamento adequado, mesmo assim houve superlotação, porque era importante evitar o contato com o “mundo lá fora”.

Na realidade, o hospital não era um local de cura, mas de conforto, de salvação espiritual, contando somente com um médico que realizava suas visitas particulares e um corpo de auxiliares composto por religiosas. Como diz Foucault, “*o hospital era um morredouro, um lugar onde*

---

<sup>209</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>210</sup> FOUCAULT, M., op. cit., p. 101.

<sup>211</sup> PERROT, Michelle e MARTIN-FUGIER, Anne. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. Vida Privada, Vol. 4. Trad.: Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 152.

morrer”.<sup>213</sup> Isto é significativo, pois os “antigos” em Treze de Maio, ainda tem resistência à internação hospitalar, expressa na máxima “*só se sai de lá morto*”.

Dna. Irma demonstra essa negatividade, com a morte da parteira Luiza, sua sogra, momento não presenciado por ela, mas incorporado a sua memória, a partir do que foi “ouvido”, do que os outros lhe contaram:

*Ela tinha sofrimento, que descia, acho que era doença ruim, depois de velha começou a assisti, dizia que ela assistia e descia, não sei se era o útero que descia, e muita dor nas cadeira coitada. Foi no médico, o médico disse que tinha que operá, Dr. Otto, que ia operá. Tá, foi se operá, depois da operação sabe que a gente fica empanturrada, com aquela barriga e nada de soltá gases e nada, aí aquela época mesmo ela parecia que tava até melhorando pouquinho. Vieram embora, a minha cunhada veio embora e ficou o meu sogro e mais outra cunhada só lá com ela, ela começou a ficá ruim de noite porque ela sofria de falta de ar, tipo da Jane assim, naquela hora até a própria irmã que cuidava daquele corredor eles não achava mais, aquela confusão, aí preparavam uma xícara de óleo, purgante pra vê se desembuchava e quando foram dá esse purgante ela quase se afogou, falta de ar e mataram ela, a minha cunhada dizia, e mataram ela coitada, será que não tem outra maneira de despejá esse gás parado, foram dá um purgante e depois quando a nona, a sogra, tava, diz nas últimas mesmo então botaram um gritero pra irmã, aquela própria irmã no corredor e não achava essa irmã, não achava essa irmã, pois sabe de uma coisa.*

Vários elementos estão presentes nesta fala de Dna. Irma. Dna. Luíza faleceu na década de 1950, e o que podemos visualizar é um espaço ainda assistencial, com medicamentos como o conhecido purgante, e a ausência de um acompanhamento médico. Porém, deve-se dizer que é um espaço em transformação, já permeado por um discurso médico, que incluía a divisão por alas, como

---

<sup>212</sup> VETTORETTI, A ., op. cit., p. 188.

<sup>213</sup> FOUCAULT, M., op. cit., p. 102.

a freira que era responsável por aquele corredor, e por outros auxiliares leigos. Ao mesmo tempo, encontramos um descrédito nos procedimentos, ao culpabilizarem o hospital pela morte da Dna. Luíza. Só que, inconformados ou não, eles trouxeram Dna. Luíza e confiaram no diagnóstico médico. Ela pode ser internada, coisa que no tempo do irmão de Dna. Felícia não era possível. Esta convivência com o hospital vai denotar uma mudança de hábito já que a instituição está se “esforçando” para mostrar uma nova feição.

Dna. Amábile só conhecia dois médicos em Tubarão, o Dr. Rombo e o Dr. Otto, “*na época minha, na época dos irmão mais velho, não tinha.*”. O Dr. Otto, já citado por Dna. Irma, detém a minha atenção, pois o encontrei num artigo de jornal de 1955, sendo motivo de homenagem, na inauguração da sala de parto, que leva seu nome, no já referido hospital. Ao lado do artigo há uma foto, onde vê-se em primeiro plano: Dr. Léo (filho do Dr. Otto), Dr. Otto e Dr. Luiz Campelli (ginecologista) e em segundo plano: uma parteira, um laboratorista e outro médico (sem nome).<sup>214</sup> Investigando um pouco mais, deparei-me com o seu retorno do Rio de Janeiro, já formado, num periódico de 1910.<sup>215</sup> Iniciou sua atuação no hospital em 1912, e conforme um historiador local, consagrou-se “*como o mais humanitário médico da história de Tubarão*”<sup>216</sup>.

Destaco a figura deste médico porque ele acompanha a trajetória do hospital. Dr. Otto, clínico geral, digamos assim, devido a formação generalista das faculdades de medicina, identifica-se, em certa medida, com o “grande médico de hospital”, descrito por Foucault:

*Aparece, assim, o personagem do médico de hospital, que antes não havia. O grande médico, até o século XVIII, não aparecia no hospital; era o médico de consulta privada, que tinha adquirido prestígio graças a certo número de curas espetaculares. (...) O grande médico de hospital, aquele que será mais sábio*

---

<sup>214</sup> *Correio do Povo*, Tubarão, 16 jul. 1955.

<sup>215</sup> *O Estoque*, Tubarão, 12 out. 1910.

*quanto maior for sua experiência hospitalar, é uma invenção do final do século XVIII.*<sup>217</sup>

Dr. Otto será um dos disseminadores dos conhecimentos científicos da medicina, e por sua atuação constante no hospital, possivelmente um dos responsáveis pela introdução de técnicas, da hierarquização, da remodelação do espaço, pela abertura ao especialista. Devo pontuar que ele não atendia somente no hospital, mas a sua atividade dentro e fora dele, contribuirá para a credibilidade desta instituição e da classe médica. Em 1954, por exemplo, já teve seu nome afixado numa placa de bronze na sala da maternidade<sup>218</sup>, que, notem, ainda sofreria modificações, em 1955, com a inauguração da sala de partos. Outro dado importante sobre este médico é o seu desligamento do hospital de 1922 a 1930, quando tornou-se prefeito de Tubarão,<sup>219</sup> fator que denota o seu prestígio e seu status social.

Todavia, não devemos atribuir unicamente ao Dr. Otto, a responsabilidade pela propagação de um discurso médico-científico, e a aceitação da sua prática. Através de uma investigação nos jornais, importante veículo de informação da época, e que não atingia somente Tubarão, pois dedicava uma parte a notícias de seus distritos, e dentre eles, Treze de Maio, pude notar uma proliferação deste discurso, sob a forma de preceitos, colunas médicas e anúncios. De 1940 em diante, são constantes os intitulados “preceitos do dia”, pequenas notas, espalhadas aleatoriamente num mesmo periódico, alertando para os cuidados com o corpo e a higiene, como “*se o intestino não funcionar diariamente, procure um médico*”<sup>220</sup>, ou que a magreza pode ser “*sinal ou*

---

<sup>216</sup> VETTORETTI, A ., op. cit., p. 188.

<sup>217</sup> FOUCAULT, M., op. cit., pp. 109-110.

<sup>218</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 31 dez. 1954.

<sup>219</sup> VETTORETTI, A ., op. cit., p. 188.

<sup>220</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 21 abr. 1945.



*sintoma de alguma moléstia que deve ser descoberta e tratada pelo médico*”<sup>221</sup>. Outros preceitos tratam também de males comuns a época ou epidêmicos. Assim temos uma seqüência dessas notas que alertam para a gripe, “*gripe mal-tratada, tuberculose começada*”<sup>222</sup> e que a mesma pode se complicar por falta de cuidados e assistência médica. Para a tuberculose, por exemplo, aconselha-se a fazer dois raios x por ano. A sífilis é outra constante, mas a orientação é na detecção de seus sintomas e na procura de um médico, sem uma abordagem moral. Um preceito muito interessante diz respeito aos “desajustados sociais”<sup>223</sup>, informando que hoje a medicina tem meios para evitar que os filhos sejam “desajustados sociais”, como criminosos e egoístas, desde que seus pais os criem de acordo com os preceitos da higiene mental. Tudo é, ou pode vir a ser uma doença, tanto do ponto de vista físico quanto moral, e a solução está na procura do médico.

Muito interessante igualmente, é o surgimento de uma “coluna médica”, em 1950. É assinada pelo Dr. Alves de Brito, que pelo que pude levantar, exercia a profissão em Tubarão neste período. Veio do Rio de Janeiro, onde era chefe do posto médico em Parati, inclusive alguns dos casos que ele relata aconteceram nesta cidade. Então, a coluna trata basicamente de histórias das quais foi protagonista ou de situações e doenças que requerem cuidados médicos ou a orientação destes. O seu linguajar é extremamente cientificista, e as histórias possuem um desfecho feliz, quando há a intervenção médica e o contrário, quando são guiadas pela prática leiga. Conta o caso de uma criança que tinha um “saco de bichas”, no linguajar “sertanejo”, mas que, ao ser operada, foi-lhe extirpada uma úlcera, que podia ter sido fatal, pois “*casos dessa natureza são freqüentes no interior, apenas passam ignorados, porque ocorre êxito letal enquanto se tentam recursos*

---

<sup>221</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 15 jan. 1944.

<sup>222</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 27 maio 1944.

<sup>223</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 2 de jul. 1949.

*caseiros ou medidas outras que não as indicadas pela ciência*".<sup>224</sup> Dentre os desfechos fatais, temos o caso da mulher que "ousou" saber mais do que ele, porque havia sido enfermeira e ocasionou a morte do marido<sup>225</sup> e também o dois pais, que não acataram o tratamento do filho sífilítico, cuja doença foi diagnosticada por ele, somente através do formato da testa, e este acabou morrendo.<sup>226</sup> E assim segue Dr. Alves de Brito, versando sobre as crenças infundadas dos leigos, os seus diagnósticos verdadeiros, travestindo as doenças por meio de descrições técnicas, "*pois não se pode procurar simplicidade no que é necessariamente complexo*".<sup>227</sup> Da mesma forma, preocupa-se com os "hábitos imorais", que estão relacionados às descargas de hormônio, provocadas pelos excessos da juventude os quais, devem ser controlados, pois podem estragar o casamento.<sup>228</sup> Como vimos, é mister que a medicina discorra sobre estes valores, pois podem detonar problemas físicos e vice-versa. Por último, gostaria de citar mais dois artigos. O primeiro, que diz respeito a "irmã de caridade" e a sua relação com o hospital. Assim nos infere: "*(...) É a irmã de caridade, a aliada incondicional do médico, no embate aos males físicos e morais que afligem a humanidade. Auxilia nas intervenções cirúrgicas, ágil, serena, solícita, reverente*"<sup>229</sup> É a exaltação da religiosa, do seu papel no hospital, não exclusivamente assistencialista, mas lado a lado com o médico, porém abaixo dele, como "auxiliar" e com as qualidades femininas requeridas. Observa-se ainda, que o médico tem como "missão" de cura, tanto os aspectos físicos quanto morais. O segundo artigo, sob o título "parto que mata"<sup>230</sup>, versa sobre os perigos de um parto demorado e em que consiste. Utilizando expressões "acessíveis", diz que se a "cabeça fetal" não ficar por muito tempo na "escavação pélvica", nem sempre é perigoso. Porém, quem pode discernir

---

<sup>224</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 18 mar. 1950.

<sup>225</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 20 maio 1950.

<sup>226</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 22 jul. 1950.

<sup>227</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 2 set. 1950.

<sup>228</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 28 out. 1950.

isto é o médico. Só ele pode decidir se deve ser usado o fórceps, excitantes ou deprimentes nas contrações. Com certeza o uso de termos técnico-científicos não auxiliam a compreensão, mas investem o médico de uma autoridade, enuncia verdades conhecidas unicamente por ele, reveste situações aparentemente corriqueiras, como o parto, de uma complexidade assustadora, com a qual os “simples mortais” não podem lidar, pois requeria conhecimentos muito específicos. E mais, somente a intervenção do médico assegura o êxito no combate a doença.

Para finalizar esta incursão pelos jornais, um outro conjunto digno de nota, é o dos anúncios médicos. Estão presentes nos jornais desde 1940 e mantém uma regularidade diária. Nos anúncios começamos a identificar a figura do especialista:

*Dr. Arnaldo Bittencourt*

*Médico - Clínica Geral - Partos - Moléstias de crianças (atende a chamado qualquer hora do dia e noite) -Residência: Rua Osvaldo Cruz, junto ao Centro de Saúde, Consultório ao lado da Farmácia Medeiros, Lauro Müller.<sup>231</sup>*

Ele se intitulava um clínico geral, mas especifica a sua especialidade em partos e “moléstias de crianças”. Aliás, praticamente todos que se intitulavam clínicos gerais, trazem contiguamente referências a parturição, à clínica feminina e pediátrica. Talvez porque o campo obstétrico estivesse mais ao seu alcance. Quem sabe as faculdades de medicina já estivessem solucionando o problema da prática, obtendo êxito por meio da criação de salas de parto e maternidade para a atuação de seus estudantes, ou pela passagem destes, já profissionais, por instituições hospitalares, o que lhes permitia a observação e experiência ao lidar com várias situações. Em todo o caso, o que se pode apontar, por outro lado, é que a parturição era uma prática simples e que o uso de um instrumento

---

<sup>229</sup> *A Imprensa*, 22 abr. 1950.

<sup>230</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 6 maio 1950.

como o fórceps, por exemplo, não requeria muito treinamento, denotando apenas poder, por parte dos médicos, como já vimos. A cesariana ainda não era uma intervenção comum, como pude observar numa notícia que mereceu destaque num jornal de 1940, denominada “*Alta Cirurgia*”.<sup>232</sup> Ali era relatada em tom pomposo, uma operação cesariana, realizada pelo cirurgião Aldo Caruso MacDonald e assistida pelo Dr. Luiz Campelli (o mesmo ao lado do Dr. Otto, na foto). Foi chamada de “melindrosíssima” operação, no hospital de Urussanga, município próximo a Tubarão, e o médico e o povo desta cidade foram elogiados por possuírem tal profissional. Isto mostra o quanto a cesariana era um acontecimento raro. De acordo com Jane Donegan, referenciada por Mott, no século XIX, na América do Norte

*A obstetrícia começava a se tornar um campo atraente para os médicos, sobretudo o atendimento de partos normais, onde o índice de insucesso em geral é muito pequeno. E, para um profissional, um parto bem sucedido poderia significar tornar-se o “médico da família”, sendo requisitado sempre que necessário, para cuidar de diferentes doenças que ocorresse a qualquer um dos membros da família.*<sup>233</sup>

Então, o fato de todos atenderem a partos, e atenderem em casa, pode estar ligado a uma aceitação e ampliação da sua atuação frente a sociedade na qual estão inserido. Isso também nos remete a constatação de Jurandir Freire Costa<sup>234</sup>, já ponderada na introdução do presente trabalho, acerca da valorização da figura do médico no Brasil, no século XIX, agregada ao movimento higienista, no contexto da “reeuropeização” da sociedade, em moldes franceses<sup>235</sup>, a partir da vinda da família real. É importante ressaltar que este processo está associado à família urbana,

---

<sup>231</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 1º. jul. 1944.

<sup>232</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 27 abr. 1940.

<sup>233</sup> DONEGAN, Jane apud MOTT, M. L de B., op. cit., p. 20.

<sup>234</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 74-77.

implicando numa desqualificação gradual dos conhecimentos femininos da elite colonial. Mas, observadas as devidas proporções, o médico nesta cidade, ao atender em domicílio, está dirigindo-se às famílias mais abastadas, pois estas não freqüentavam o hospital, lugar para pobres, tampouco o consultório, até um certo momento. O que eu quero dizer com isso, é que podemos entrever vários canais, pelos quais esta nova “cultura” médica vai se alastrando, e além disso, como a obstetrícia pode ser usada estrategicamente.

Os únicos profissionais especialistas, na acepção do termo como o conhecemos, passam temporariamente pela cidade, neste momento, e somente atendem no hospital. Dessa maneira, temos o Dr. Arminio Tavares, especialista em doenças da garganta, nariz e ouvidos, durante o período de dez de junho a dez de julho em 1940.<sup>236</sup> Ou o Dr. Mendes de Araújo, que veio de Curitiba, permanecendo até o dia dez de março (1943), especializado em hemorróidas, estômago e fígado.<sup>237</sup>

Volto a questão da remodelação dos hospitais e a noção de que ali, o especialista encontrará, a princípio, um espaço para adquirir e “experimental” a sua prática, devido a diversidade de casos reais, com os quais terá contato. Mas devemos pensar como uma via de mão-dupla, na qual a sua função também interferirá nos rumos do hospital.

Gérard Vincent, nos fala que na França, nos anos 20, tem início a “era dos especialistas”, e que daí decorrem

*progressivamente as novas modalidades do exercício médico: aumento maciço do número de especialistas, tecnicização dos métodos de rastreamento e de controle, à qual impõem o recurso ao laboratório ou a hospitalização, desenvolvimento da*

---

<sup>235</sup> Num artigo intitulado “Hospital - Faculdade”, Dr. Pires Rebello fala sobre a importância e influência dos modelos franceses na instrução acadêmica médica. *A Imprensa*, Tubarão, 11 nov. 1950.

<sup>236</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 29 jun. 1940.

<sup>237</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 27 fev. 1943.

*pesquisa e da indústria farmacêutica, reformas hospitalares, instituição de todas as formas de proteção à saúde, etc.*”<sup>238</sup>

Pode-se inferir então, que o conhecimento e o discurso médico, não necessariamente emparelhados, complexificam-se, aliam-se a outras instituições como o estado, criam novas necessidades: articulam estratégias para a sua própria sobrevivência tentando atingir o indivíduo e seu meio.

Em todo o caso, as mudanças não caminham uniformemente, e a substituição de uma realidade por outra, não se dá num piscar de olhos. “*O Médico da Família Desapareceu*”,<sup>239</sup> diz Vincent, dando lugar ao Clínico Geral, porém percebo, à época estudada, que há uma mescla do médico de família com o clínico geral. O indício mais claro da presença do especialista com uma área de ação delimitada, é o Dr. Luiz Campelli. No seu anúncio apenas aparece: *Doenças de senhoras - partos - Operações*.<sup>240</sup> Fornece o endereço residencial, o telefone e o horário das consultas no hospital: *das 8 às 12 horas da manhã - das 4 às 6 da tarde*.

Ou seja, este médico dedica uma significativa parte do seu dia a referida instituição. Como veremos mais adiante, ele é citado por uma das nossas depoentes, e é quem ensina a parteira “prática” Antonina Búriço, a adequar-se aos procedimentos em relação aos partos dentro do hospital. Aparece com destaque na fotografia ao lado do Dr. Otto, na inauguração da sala da maternidade e, supervisionou a cesariana bem-sucedida no hospital em Urussanga. Por sinal, um diferencial no tocante aos outros médicos que realizam partos consiste na cesariana, uma operação cirúrgica. O domínio desta técnica, corrobora para a imagem de especialista do Dr. Campelli, e

---

<sup>238</sup> VINCENT, Gérard. Uma história do segredo? In: PROST, Antoine e VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. vol. 5. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 326.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 326.

<sup>240</sup> A *Imprensa*, Tubarão, 1º. jan. 1947.

garantirá o seu espaço na instituição. A cesariana tornar-se-á uma prática comum a partir da década de 1970 e, em conversas informais com as filhas das minhas depoentes, verifiquei que a maior parte delas submeteu-se a esta intervenção com este mesmo médico, sem uma necessidade aparente. De acordo com Tanaka, no Brasil,

*o aumento na freqüência desse procedimento foi muito maior do que o esperado diante das condições de risco materno-fetal conhecidas até o momento. Há indícios de que este procedimento médico tornou-se um “modismo” tanto entre os médicos como entre os pacientes, levando à taxa abusiva de aproximadamente 40% em nosso meio.*<sup>241</sup>

Porque exatamente tornou-se um “modismo”, não pode ser afirmado por meio desta pesquisa.<sup>242</sup> É certo que é uma técnica que denota a superioridade e o especialismo do médico, contribuindo para a ordem de um discurso que vai atingir as suas pacientes, pela segurança, os procedimentos assépticos (aparentemente) e pela possibilidade de um parto sem dor. A mesma autora, manifesta a sua opinião:

*o aumento na freqüência da cesariana não tem gerado benefícios diretos nem para a mãe, nem para o recém-nascido. Por outro lado, tem proporcionado uma receita maior para as instituições e para o profissional.*<sup>243</sup>

Embora o objetivo central da pesquisa não seja o de analisar a complexidade da medicina, pois requereria, de minha parte, um outro instrumental e outras balizas a serem traçadas, torna-se

---

<sup>241</sup> TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. *Maternidade: Dilema entre Nascimento e Morte*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 86.

<sup>242</sup> Convém lembrar que a cesariana em massa também foi utilizada para a realização de laqueaduras, numa política de controle da natalidade, em países subdesenvolvidos.

<sup>243</sup> TANAKA, A . C. D., op. cit., p. 86.

possível, como foi feito até este momento, apontar alguns indícios que possam ter cooperado para a desautorização gradual desta prática cultural da parturição, descrita no segundo capítulo.

Dentre as minhas depoentes, aquelas que “ganharam” os últimos filhos no recinto hospitalar, os tiveram com parteiras. Pode-se pensar, deste modo, que o médico não ocupava um lugar tão importante, e que havia um espaço para elas, “*parteira boa, fazia tudo igualzinho a Dna. Luiza, só usava luva.*”.(Irma) Penso que não. Estavam sendo adequadas, absorvidas por aquele espaço hospitalar, “*usavam luva*”, e atuavam, subordinadas ao médico. Dna. Felícia, cujos dois últimos filhos nasceram no hospital, “*a Neiva nasceu em cinqüenta e cinco e o Germano em sessenta e três*”, teve a presença do médico neste último: “*O médico era o Dr. Luiz Campelli, a criança nasceu puxada com ferro.*” O ferro a que ela se refere, é o fórceps. É necessário que se diga, que a Dna. Felícia estava sendo atendida por uma parteira e esta, na demora do trabalho de parto, chamou o médico, Dr. Campelli, nosso conhecido.

O ponto alto dessa sujeição e da dissociação entre conhecimento e experiência, está presente nesta personagem, a parteira diplomada.

Neste instante, torna-se pertinente a entrevista efetuada com Dna. Verônica Kuhnen Feuerschuetze, primeira parteira diplomada a atuar no hospital de Tubarão. Natural de Orleans, foi para Florianópolis em 1946, cursar a Escola de Parteiras, na Maternidade Carlos Corrêa<sup>244</sup>, em regime de internato. Como infere a sua vontade surgiu por meio do contato

*com uma senhora que era aqui de Praia Redonda, que hoje já faleceu, e era solteira, parteira, formada naquela escolinha de Florianópolis e trabalhava na redondeza e eu achava linda a profissão dela, aí eu achei, eu também vou fazer isso.*(Veronica)



Sublinhamos a princípio, o estado civil, “solteira”, que era o mesmo de Dna. Verônica a época. Lembro o leitor, que uma das condições “sine que non” para ser parteira, ou coadjuvante no parto e em tudo o que ele envolvia, em Treze de Maio, identificada na pesquisa, era ser casada e ter filhos. Vê-se que o fato de ser solteira não é impedimento para o ingresso na citada escola. E quando interrogo-a sobre a existência de parteiras na sua região, a resposta merece destaque: “*só práticas, muito velhinhas, muito sem experiência, chamavam na minha época, da escola das parteira, de curiosas.*” Note-se que ter “prática” não é “ter experiência”, de acordo com a sua inferição, carregada de matizes cientificistas, provavelmente porque esse “ter experiência” pautava-se nas lições da Escola de Enfermagem Obstétrica. Retorno mais uma vez ao segundo capítulo, para ponderar que a distinção que Dna. Verônica faz, inexistia naquelas relações, pelo contrário, a experiência era dada pela prática. A parteira “curiosa” como ela diz, “era um tipo” no qual ela não se incluía, dirigindo-se para Florianópolis para ali aprender, o que significava em dois anos de curso, cumprir “*plantão de duas em duas noites, dando banho nos nenê, botar prá mamar de três em três horas, observar os partos*”, tudo sob a supervisão das irmãs, da parteira-chefe e também dos médicos.

O curso de parteiras era freqüentado por moças de todo o Estado: “*quando eu cheguei lá, tinha mais três de outros lugares, uma lá de Sombrio, outra de Canoinhas, outra ali de perto de Florianópolis, Biguaçu, três moças da idade da gente, fazendo a mesma coisa.*”

Trajadas com um guarda-pó e uma touca, acompanhavam o dia-a-dia daquele hospital, da enfermaria aos quartos de primeira, conforme o poder aquisitivo das pacientes. Além disso, o que mais abrangia a sua “experiência”? Enuncia Dna. Verônica:

---

<sup>244</sup> Local onde funcionava o Curso para Enfermeira Obstétrica e a maternidade, na capital do Estado.

*Quando não tava em serviço, tava assim calmo né, numa sala que era nossa, lia-se um pouco sobre essas coisas de parto e como se cuida da parturiente e como se cuida do umbigo, dos primeiros socorros e tudo.*

Informalmente e sem uma regularidade, os médicos ministravam algumas aulas:

*Ah, quando eles tinham assim uma folguinha, eles eram generosos com a gente, porque a gente cuidava bem das doentes deles né. Então eles diziam, quando der uma folguinha essa semana, eu dou umas aulinhas prá vocês, aí eles entravam, pegavam o giz, botavam uma placenta no quadro, uma mulher e tinha também um boneco, em posição de ganhar neném com o feto, ali a gente fazia como se fosse, eles diziam, quando acontecer assim, eu tinha horror daquilo!*

Observa-se que o aprendizado de Dna. Verônica não pressupunha uma vivência pessoal, como no caso das nossas parteiras, constituía-se numa observação submissa, funcionavam como auxiliares, pois não podiam assumir um trabalho de parto. Elas cuidavam das pacientes, mas não as atendiam necessariamente, “*aquelas que vinham, eu quero o Dr. Saulo Ramos, o Dr. Gilmar, o Dr. Aragão, era chamado, cada uma com suas preferências*”. Nota-se que os médicos não se ocupavam rigidamente da sua formação, mas havia um espaço disciplinar, em consonância com um discurso e uma autoridade médica. Como ela me afirma mais tarde, explicando seu trabalho no Hospital de Tubarão: “*a gente já vinha com a cabeça pronta, era tudo muito bem determinado, a gente sabia os limites, isso era explicado nas aulas*”.

Talvez Ehrenreich e English, ao falar da invenção da figura da enfermeira, no século XIX, nos explicitem um pouco mais, acerca da formação desta:

*O ensinamento insistia mais no caráter que na habilidade profissional. O produto acabado, a “enfermeira Nightingale”, era simplesmente a Mulher Ideal transplantada do seu lugar ao hospital e livre de obrigações reprodutoras. Esta mulher oferecia ao médico a obediência absoluta, virtude de uma boa esposa, e*

*ao paciente a altruísta devoção de uma mãe, enquanto exercia sobre o pessoal subalterno do hospital à gentil porém firme disciplina de uma ama de casa acostumada a dirigir a criadagem.*<sup>245</sup>

Enfim, eram enfermeiras porque eram dotadas de qualidades “femininas”, deveriam ser como mães e esposas (segundo o modelo), mas era interessante que não o fossem, na realidade, e que estivessem aptas a receber ordens, conforme a submissão de sua função.

Ao exemplificar o seu aprendizado prático, Dna. Verônica diz que exercitavam o trato com a seringa cheia d’água numa almofada, e depois *“ia aplicar lá na enfermaria, naquelas pobrezinha, na época que surgiu a penicilina, de três em três horas, lembra?”* É interessante notar que existia uma divisão por classes naquele recinto. O que demonstra que nesta época, em Florianópolis, mulheres de diferentes classes recorriam ao hospital para terem seus filhos. Ao mesmo tempo, essa separação pode ter sido criada como um atrativo no sentido de superar uma possível resistência das mulheres de classes mais abastadas. Oferecia-se, então, um tratamento e um local diferenciado às pacientes, atraindo uma maior clientela, e por outro lado, utilizando-se a enfermaria, recinto reservado às “pobrezinhas”, como um “laboratório”, para as aprendizes de parteiras suprirem em parte, a carência de sua instrução empírica.

Identificar a sua função e posição hierárquica no ambiente hospitalar, saber usar o instrumental técnico, ler os manuais quando fosse possível, assistir as poucas aulas e “cuidar” das pacientes dos doutores. Finalmente, depois de dois anos, Dna. Verônica Kuhnen e suas colegas, foram submetidas ao exame final, *“no departamento da saúde, nós fomos lá de manhã, fizemos uma prova, umas perguntas e nós escrevíamos.”* Está lá no seu diploma, que ela ainda conserva,

---

<sup>245</sup> EHRENREICH, B. e ENGLISH, D., op. cit., p. 32. Tradução livre.

como pode ser constatado por mim: Verônica Kuhnen - Enfermeira Obstétrica, com a assinatura do Departamento de Saúde Pública.<sup>246</sup>

Considerada apta para o ofício, mune-se de uma maletinha com o material necessário, como pinça, tesoura, sonda para a urina. Ao invés de retornar à sua localidade de origem, como as outras, dirige-se ao hospital de Tubarão, pois as religiosas já a haviam contactado para exercer essa função naquela instituição, após o término do seu curso. Como ela mesma diz, “*as freiras só estavam de olho prá eu acabar e assumir aqui.*”

Cabe ressaltar que Dna. Verônica veio substituir Dna. Antonina Corbeta Búriço. Esta era uma parteira “prática”, citada por algumas das minhas entrevistadas, “*nós achava que tava demorando muito, aí nós fomos chamar a Antonina Burigo, né, de Tubarão*”(Felícia). É lembrada como uma das únicas que vinha “de fora” da região, “*quando vinha pra cá, era sempre ela.*”(Idalina)

Dna. Antonina é descrita como uma senhora que usava trajes sóbrios e andava sempre com uma maletinha de mão, na qual estavam seus instrumentos de trabalho. Germano Bez Fontana, meu avô, era uma das pessoas mais solicitadas nas situações em que o parto apresentava problemas não solucionados pela parteira presente. Ele era proprietário de um “caminhãozinho” e sempre trazia a Dna. Antonina, mesmo conhecendo outras em Tubarão, porque ela era “*a mestra das parteiras*”.<sup>247</sup> Nota-se que esta senhora gozava de credibilidade, quem sabe por ter sua imagem vinculada ao hospital, para onde levava as parturientes, quando ela mesma não obtinha êxito. Observa-se também, que os médicos não se dirigiam a esta região, para o atendimento aos partos difíceis. Dna. Verônica

---

<sup>246</sup> Podemos atentar para um detalhe: são “enfermeiras obstétricas” e não “parteiras diplomadas”.

<sup>247</sup> FONTANA, Germano Bez. *História de minha vida: memórias, imigração e outros fatos*. Florianópolis: Agnus, 1998. p. 309.

confirma que a citada senhora “*andava de trem prá cima e prá baixo*”, e que não possuía uma formação como a dela, era

*prática, mas tinha o meu marido (Dr. Otto) , e com o Dr. Luiz Campelli, eles que ensinaram ela com luva, com esterilização, como manda o figurino, quase como a gente, porque ela ficava muito no hospital, então ela pegou.*

Ou seja, ela era uma parteira originada em um dado contexto, possivelmente a partir de relações próximas as das minhas depoentes, mas que no hospital, que a princípio precisa da sua experiência, é “ensinada” nos moldes médico-científicos. Ela reúne os dois tipos de saberes, representa a transição, ou talvez, o único instante em que estes dois universos se tocaram.

Está também presente no depoimento de Dna Verônica, a resistência ou o “estranhamento” das parturientes, em relação a sua atuação. Atribui esta desconfiança, ao fato de ser solteira, ter vinte e cinco anos, realizar raspagens e lavagens intestinais, entre outras coisas.

Devemos novamente confrontar as informações. Dna Verônica decididamente não correspondia ao perfil de parteira a que estas mulheres estavam acostumadas, era solteira e de pouca idade. Mesmo sendo oriundas de outras localidades — afinal, o hospital atendia a uma vasta região — alguns “tabus” deviam ser comuns a estas parturientes, pois é significativa a insistência de Dna Verônica sobre este aspecto. Outro dado, são os procedimentos efetuados por ela. Imagino o quanto deveriam parecer estranhos e sem sentido, de uma certa maneira humilhantes e, porque não dizer, violentos. Estavam diante de uma pessoa desconhecida, num local desconhecido. Encontro um certo paralelo nas palavras de Germaine Greer.

*Nenhum ambiente é de acesso mais difícil a um estranho do que o local do nascimento, a não ser, é claro, num hospital ocidental. Enquanto o nascimento*

*nas sociedades tradicionais é sempre assistido por um grupo rigorosamente especificado ¾ parteira, parentes do sexo feminino, outras mulheres que já tiveram filhos ¾ o nascimento num hospital é semipúblico, realizado entre estranhos e pessoas de passagem, (...).<sup>248</sup>*

Por conseguinte, Dna. Verônica não deveria esforçar-se muito, no sentido de entender as suas pacientes e considerar as suas queixas, imbuída que estava em cumprir os procedimentos da sua função, aprendidos como corretos, portanto, inquestionáveis.

No sentido oposto ao de Dna. Antonina, Dna. Verônica, não saía do hospital para atender partos, e um sinal de mudança em relação a postura do médico e seu vínculo com a instituição, também pode ser percebido: “*ele (Dr. Otto), não ia mais prá fora atender em casa, só antigamente.*” Dna Verônica ainda fornece pistas relativas a estrutura física, no campo obstétrico, em 1948:

*era tudo em quarto, em cama baixinha, não era cama alta, incômodo toda vida, não tinha berçário, não tinha nada, só a cama era forrada com plástico, que as freiras forravam, elas ajudavam.*

A transformação culminará, como já foi referido, com a inauguração da sala de partos em 1955.

As freiras parecem ser auxiliares segundo o relato de Dna. Verônica, pois cuidavam da assepsia, da arrumação e da limpeza do cenário, mas a ingerência sobre o hospital era de sua responsabilidade. Afinal de contas esta instituição era dirigida por esta congregação. Esta hierarquia pode ser percebida por meio de uma situação lembrada por esta enfermeira, na qual deslocou-se para atender um parto fora do hospital, a pedido destas religiosas. Dna. Verônica está subordinada à

---

<sup>248</sup> GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Trad.: Alfredo Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.27.

freira, que por sua vez, era a “aliada incondicional do médico”, sendo uma auxiliar “ágil, serena, solícita e reverente”, como escreveu o Dr. Alves de Brito, num artigo já comentado.

As parturientes que afluíam àquele local provinham de várias localidades vizinhas e, a princípio, vinham “já doente né, em estado de calamidade, quando encrencava, aí operava ou fazia fórceps.” Indago, por conseguinte, se ela utilizava o fórceps: *não, aqui no hospital não, só se eu fosse em casa, de emergência, eu até tinha os instrumentos, aí tentaria, mas se tinha médico, era obrigação da gente chamar, era tudo bem determinado.* Como já vimos anteriormente, o fórceps era um instrumento da supremacia médica, assegurava a autoridade neste assunto. Mas não era só ele que condicionava a função de submissão de Dna. Verônica.

A medicação era um outro domínio médico, ou seja, e ela restringia-se a “*um analgésico, uma cibalena, naquela época, um supositório, só assim.*” Os quais, sob o olhar de hoje fazem parte de uma farmacopéia cotidiana. Porém outros limites deveriam ser observados, como ela explica nesta passagem:

*tudo que considera um parto normal eu podia fazer, quando se rompia ali a vagina na hora de nascer, se dava mais de três pontos, tinha que chamar médico pra fazer a sutura. Até três pontos eu fazia, amarrava, costurava e pronto e se era mais, tinha que chamar o médico.*

Ora, quem sabia fazer três pontos, sabia fazer mais, todavia, sob a ótica médica, havia que se impor certos limites, pois precisavam criar elementos de diferenciação, que justificassem a sua importância e necessidade. Tanto que quando indago se ela não poderia fazer, mesmo que soubesse, ela retruca: “*ali no hospital não, se eu estivesse no sítio, podia rasgar tudo, eu dava dez pontos, vinte pontos, ninguém tinha nada com a história, a responsabilidade era minha.*” Não só

porque a responsabilidade era do médico, no hospital, mas porque era preciso demarcar o seu território.

Outro dado interessante, é o do “anúncio” no jornal sobre Dna. Verônica<sup>249</sup>. Nas suas palavras era um “anunciosinho” que falava dela, enquanto a parteira Verônica, enfermeira formada, atuando no hospital. “Vasculhando” nos jornais, encontro o anúncio, pela primeira vez, em 04/07/1948 <sup>250</sup>:

*Verônica Kuhnen*

*Parteira diplomada pela Escola de Enfermagem Obstétrica do Estado.*

—

*Contratada pelo hospital de caridade, atende de dia e de noite, morando no próprio hospital.*

*¾*

*Atende chamados fora do hospital.*

*¾*

*Tubarão - Santa Catarina.*

A nota de Dna. Verônica repete-se por mais três vezes, em dias diferentes. Mas não encontramos apenas o seu anúncio:

*Encontra-se nesta cidade, onde fixará residência, Dna. Alzira Antunes Bittencourt, enfermeira obstétrica, parteira, formada pela maternidade de Florianópolis e diplomada pelo Departamento de Saúde Pública<sup>251</sup>.*

*Olidia Rocha*

*Enfermeira Obstétrica*

*Trabalhando no hospital de Tubarão*

*Atende chamados a domicílio<sup>252</sup>*

---

<sup>249</sup> Após ter-me falado sobre ele fui procurá-lo nos jornais.

<sup>250</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 4 jul. 1948.

<sup>251</sup> “Parteira Diplomada”. *A Imprensa*, Tubarão, 22 jan. 1944.



Dna Alzira é anterior a Dna. Verônica, e possivelmente atendia em domicílio e Dna. Olívia (Dna. Verônica chamou-a de Olívia), posterior, ocupou a vaga de Dna. Verônica. O anúncio de Dna Alzira nos mostra que o hospitalar não era o único, ou não foi o primeiro local onde estas parteiras exerciam a profissão, aliás, as outras duas também “atenderam em domicílio”, apesar de Dna. Verônica afirmar que só atendeu a uns dois ou três partos fora da instituição, a pedido das freiras. Contudo as três notas têm em comum o destaque à função e a sua formação, excetuando-se Dna Olívia, ao mesmo tempo, não encontrei nenhuma nota que se referisse a parteiras sem “formação”. A divulgação nestes periódicos aponta, além do alcance da escola de “parteiras”, a ênfase na sua qualificação. O jornal dessa forma, pode ser visto como um veículo de informações que corrobora no sentido da pulverização de colunas médicas, preceitos, anúncios que tem como matriz, um discurso médico-científico vigente.

Porém, Dna. Verônica não exerceu por muito tempo a função de “Enfermeira Obstétrica”. Em 1949 casou-se com o Dr. Otto Feurschette, dedicando-se às atividades domésticas e a constituição de um lar. Segundo a entrevistada, o seu marido preferia que ela ficasse em casa e ela, por sua vez, não sentia falta do trabalho no hospital. Para preencher o seu lugar, trouxeram a senhora Olívia Rocha, que por coincidência, foi colega de Dna. Verônica na Escola de Enfermagem Obstétrica.

Todas as colocações anteriores fazem parte da minha leitura enquanto pesquisadora, do meu visível mas, o que era o visível para as minhas depoentes? Muitas são as respostas quando eu indago objetivamente sobre esta mudança, mas elas têm um eixo comum: as transformações compreendidas a partir do seu espaço e das suas relações.

---

<sup>252</sup> *A Imprensa*, Tubarão, 18 mar. 1950.

Dna. Amábile conta que só foi ver carro em Treze de Maio quando casou, e para ir ao médico a locomoção era o carro de boi, além do que, *“a estrada era horrível, não sei quantas horas pra chegá em Tubarão”*. Por isso atribui a ida ao hospital ao surgimento do carro, do *“caminhãozinho”* e também ao poder aquisitivo, *“porque ninguém tinha condições, ninguém ía gastá prá uma mulher ganhá nenê, naquela época.”* Pagava-se no hospital pelo parto e pelo internamento, por esta razão ela acha que só quando as pessoas passaram a ter mais dinheiro, ficou viável se não, *“tudo mundo ganhava em casa, era das mais pobrezinha as mais rica.”* No mundo do hospital, elas já seriam classificadas em pacientes da enfermaria, quarto de segunda, quarto de primeira <sup>253</sup>...

Dna. Felícia cita o exemplo do seu marido, que possuía um carro e que, *“depois de sessenta e três muita gente procurou ele, não só pra parteira, prá gripe, pra doença, tudo.”* A data referida deve-se ao assunto sobre o qual estávamos conversando, o nascimento do seu último filho, e ela estava comentando sobre o aumento no número de pessoas que batiam à sua porta, por volta desta época. Antoine Prost, ao comentar as políticas públicas de saúde e o papel do estado no acesso a medicina, infere que:

*Ao mesmo tempo, o hospital muda de estatuto. Antes do grande salto da medicina e da cirurgia o hospital atendia os pobres: era uma obra de assistência pública. Com a crescente sofisticação dos exames e dos tratamentos o hospital se tornou o templo da medicina, o único lugar em que é realmente possível cuidar dos doentes de maneira científica, pondo a seu serviço todos os recursos terapêuticos modernos. Assim, os doentes emigram de suas casas para o hospital: é para lá que a pessoa precisa ir para ser bem atendida, caso esteja verdadeiramente doente. É para lá também que ela precisa ir quando não quer correr o risco de nenhuma complicação, por exemplo no parto: antes de 1940, a imensa maioria*

---

<sup>253</sup> Dna. Verônica fala das diferenças da diária hospitalar e de que o seu salário era fixo, independente das diárias e do número de partos atendidos.

*das mulheres faziam parto em casa; hoje quase todos os partos são realizados na maternidade.*<sup>254</sup>

Toda essa mudança porque vai passando o hospital e a medicina, penso já ter sido contemplada, em certa medida. Um aspecto do trecho acima transcrito, a ser realçado, é a constatação de que, maciçamente, as mulheres (e as pessoas de um modo geral) passam a procurar a instituição hospitalar, a partir da década de 40, na França. Dna. Felícia igualmente nos fornece um certo marco cronológico, “depois de sessenta e três”, quando a procura por seu marido é significativa, para todo o tipo de estado “doentio” ou não, como no caso dos partos. É importante que se diga que o seu esposo possuía automóvel desde a década de 40, portanto o aumento do afluxo de pessoas a sua porta, independia desta condição.

Com certeza, o ponto de vista das minhas entrevistadas deve ser levado em conta. Não quero simplificar a análise e resumir a extinção da prática das parteiras a estas considerações, mas se isto está presente em suas evocações, é porque elas perceberam modificações em seu espaço, naquele mundo à sua volta, registrado nos dois capítulos anteriores.

Voltando a Prost, outra questão interessante é a idéia do bom atendimento no hospital e do medo de complicações que motivariam a ele. Após mergulhar nesta pesquisa, percebi todo o cuidado com que a mulher era tratada pela parteira, que falava a sua língua, compartilhava experiências de vida, de trabalho, de vizinhança, comungava das mesmas crenças, dos mesmos problemas. Neste sentido Loyola, numa pesquisa em que trata entre outras coisas, da solidariedade emocional para explicar a preferência de um membro da comunidade por um curandeiro, diz que é *“alguém que teria, uma experiência de vida semelhante, que falaria a mesma língua e que poderia,*

---

<sup>254</sup> PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada: da primeira guerra aos nossos dias*. Vol. 5. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 110.

*portanto, compreendê-lo*<sup>255</sup>.” Neste viés indago: porque então, preferir um lugar estranho, com pessoas desconhecidas a lhe darem ordens e a desprezar os seus sentimentos e saberes?

Quiçá porque isso faça parte de todo um lento processo de desqualificação de certos saberes aliados a práticas culturais tendo como questão central a ampliação de um domínio médico a partir de um discurso médico-científico. Discurso este que terá como suporte para sua materialização, entre outras coisas, a organização hospitalar com a criação de espaços definidos para as especialidades médicas, sustentado também, pela formação de um corpo técnico que irá auxiliar neste projeto. É claro que vários aspectos se articulam na implantação de um discurso e uma prática dominante, são mecanismos que se engendram, como a própria difusão através dos jornais por exemplo e as transformações percebidas e incorporadas por aquela localidade. Não estou aqui tentando mostrar qual dos dois saberes eram corretos, mas justamente mostrar que não houve opções. O discurso médico-científico acabou triunfando de forma até certo ponto violenta, pois não admitiu a convivência com o que era diferente dele, provocando, neste caso, extinção de uma prática cultural, com a qual ele mesmo aprendeu, num certo momento. Por outro lado, houve resistências, mas introjetada sua necessidade, criada a dependência, a extinção da prática cultural das parteiras caminhou a passos acelerados, ao ponto das filhas destas mulheres, a partir da década de 70, submeterem-se maciçamente à cesariana, como a alternativa mais segura e menos dolorosa para se ter um bebê, a despeito de toda a “frieza” deste novo cenário.

A última palavra é da Dna. Anita:

*Mais que te ensino melhor e pra ti né, non e vera? Basta que te digo uma, que vai contece, que alguma coisa vem, essa dor, que c’o faço agora, tu tá te doendo, tu tá na cama, sabe o que que tu vai fazê, tu, o primeiro feito tu pega um pouco de azeite, tu bota num prato, tu esquenta ele, bota um pouco de azeite, tu esquenta no prato e dali tu pode levá dentro do quarto*

---

<sup>255</sup> LOYOLA, M. A . apud CANESQUI, Ana Maria e QUEIROZ, Marcos de Souza. Contribuições da Antropologia à

*onde que ela tá e depois tu bota um poquinho na mom (esfrega as mãos) e depois ali tu vai passando na bariga, porque vê se lá no dotor, ele non faze, lá non é nada, lá é só quando que bota ali na cama, bota lá em cima, vai e corta, que tem muita que passa um trabalho de cachorro.*

É Dna. Anita, decididamente, no hospital eles não fazem a mesma coisa.

## “Conselhos” finais: ou o último encontro entre o narrador e o ouvinte

Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão, dizia o compositor da música; a mim, porém, disseram, sempre cedo demais, que deveria deixar de acreditar em velhinhos de longas barbas brancas que moram na neve, em cegonhas que trazem na alta noite, em seus bicos enormes, os bebês; em lobos panópticos de olhos esbugalhados e enormes ouvidos que tudo vêem e tudo ouvem, que espreitam nossos desejos sabe-se lá de que lugar; em coelhos brancos de olhos vermelhos, que depositam chocolates, sob nossos sonhos. Morrera cedo demais a fantasia, e restara eu, apenas eu.

Eliane Pardo Chagas<sup>256</sup>

Ao longo deste trabalho, tive sempre em mente a figura do narrador e do ouvinte, de Walter Benjamin<sup>257</sup>. Posicionei-me como ouvinte, ao escutar as histórias narradas por estas mulheres. Não “fiei” nem tampouco “teci”, como se exigiria de um bom ouvinte, mas as suas histórias gravaram-se profundamente em mim<sup>258</sup>, enquanto exercia um outro tipo de ofício, o de historiadora. Quando passei a escrever esse texto, assumi a função de narradora, mesclando o vivido com o ouvido, as experiências do meu ofício com as delas, algumas vezes ensinando, noutras sugerindo, mas é esta “dimensão utilitária” que sempre acompanha a narração.<sup>259</sup> Dessa forma, narrar é saber “dar conselhos”, não no sentido de encerrar numa resposta uma história que está sendo relatada, mas sim de sugerir a sua continuação.

Por isso, nestas últimas considerações, não quero realizar uma apologia da prática cultural das parteiras já extinta em Treze de Maio, e lançar uma espécie de “caça às bruxas”, acerca da

---

<sup>256</sup> CHAGAS, Eliane Pardo. Fragmentos provisórios do sujeito em Michel Foucault. *Educação, subjetividade e poder*, Porto Alegre, v. 3, p. 37-42, mar./jul. 1996. p. 39.

<sup>257</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica*. 4ª.ed. São Paulo: Brasiliense, [198-]. (1ª. ed. 1985). Pp. 197-221.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 200.

medicina moderna. Quiçá, apropriando-me da expressão de Dna. Amábile, “espalhar” um pouco de “brasas” sobre esta temática, nesta minha última investida no papel de narradora.

Seria idílico e nostálgico de minha parte, propor uma retomada da prática das parteiras tal como foi descrita, posto que estava articulada a um conjunto de relações, num determinado tempo e espaço. Porém, talvez no afã da nossa sociedade e da nossa medicina em controlar e interferir no processo de vida e morte, tenhamos um certo caminho que poderia ser repensado à luz de experiências pretéritas, que simplesmente ignoramos.

Num primeiro momento, pode-se pensar que a institucionalização do parto contribuiu para a redução da mortalidade materna e infantil, questão sempre levantada como bandeira, na defesa deste tipo de atendimento. Com certeza, como infere Tanaka, nos países desenvolvidos este dado é uma realidade, visualizado através de estatísticas embasadas nas declarações de óbito. Todavia, como pondera a autora,

*não se pode basear este tipo de estudo apenas na Declaração de Óbito referido como materno pois ela não espelha, em geral, a realidade do evento ou dos eventos que causaram a morte e não permite a fundamental correção da subinformação da causa de óbito. Isto é, com base apenas nessa fonte de informação, não é possível detectar quantos óbitos por complicações da gravidez, do parto e do puerpério não foram declarados dessa forma. Os registros civis de nascimento e de Declaração de Óbito não são totalmente fidedignos. A subinformação do óbito materno não é problema novo nem específico de países em desenvolvimento.<sup>260</sup>*

Portanto, os números são generalizantes e podem “esconder” aspectos relacionados à condução da gravidez e da parturição, relevantes a uma análise das benesses ou não da medicina

---

<sup>260</sup> TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. *Maternidade: Dilema entre Nascimento e Morte*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 30.

moderna. Em países em desenvolvimento como o Brasil, os números são gritantes, pois “*segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil é vice-campeão mundial de mortalidade na hora do parto.*”<sup>261</sup> Gostaria de ressaltar que este índice não está relacionado apenas a regiões nas quais a prática das parteiras ainda subsiste, como o Norte e o Nordeste, mas a outras atingidas amplamente por hospitais e serviços de saúde, como a Sudeste. Tanaka, que analisou a mortalidade feminina na região sul do município de São Paulo em 1989, ligou-a ao ciclo gravídico-puerperal e até um ano após a gestação, chamando-a de “*epidemia silenciosa*”.<sup>262</sup> Aí nos deparamos também com uma população de baixa renda e com as deficiências dos serviços de saúde a esta faixa da população. A autora diz que a “peregrinação” em busca de assistência põe em risco a vida da mãe e do bebê. Assim,

*essa “mendicância” por uma assistência pode ser analisada por dois prismas que, freqüentemente, estão interligados. O primeiro é o da peregrinação propriamente dita, em que a paciente tem de buscar assistência em mais de uma instituição antes de ser internada, e o segundo é relativo à oportunidade da atenção médica.*<sup>263</sup>

A busca por um local apropriado para se ter um bebê, que como sabemos, deve ser um local avalizado pela medicina, é uma constante, e muitas vezes não tem um desfecho feliz. Vejamos a seguinte nota:

*A gestante de oito meses Elzaneide Soares (na foto - reprodução com o marido), de 30 anos, perdeu o bebê e também morreu ontem no Hospital Miguel Couto, na Gávea, depois de ter seu atendimento recusado na Fundação Maternidade Clara Basbaum, em Botafogo, Zona Sul do Rio, onde chegou por volta da 1h40min de*

---

<sup>261</sup> FAJARDO, Elias. A boa hora das parteiras. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n. 165, p. 16-17, set. 1993. p. 16

<sup>262</sup> TANAKA, A. C. D., op. cit., p. 12.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 13.



*domingo, sentindo contrações. Seus parentes, entre eles o marido Antônio Costa Ramos, fizeram ontem de manhã um protesto em frente à Instituição e decidiram processar a Fundação e Maternidade por negligência médica e danos morais.*<sup>264</sup>

Ao contrário do que possa parecer, visto que aparecem pulverizados em notas e telejornais, casos como o de Elzaneide são comuns, ao menos entre a população de baixa renda, entre aqueles que não podem pagar por um local e uma atenção individualizadas. Então, ao discutirmos os problemas do sistema oficial de saúde, como a falta de verbas, a corrupção, o precário atendimento à população carente, fatos constatados e alvo de debates, sobre a função do estado em relação à saúde e a própria atuação médica neste setor, estamos atentando apenas para as conseqüências de um processo, de uma via de mão única. Quem sabe devêssemos pensar porque nos tornamos tão dependentes dessa assistência especializada.

Janet Balaskas, uma das fundadoras e líderes do movimento do “parto ativo”<sup>265</sup> afirma que:

*Ninguém pode negar os enormes benefícios relativos a segurança que a moderna obstetrícia oferece quando ocorre problemas que podem comprometer a vida da mãe ou do bebê, ou de ambos. No entanto, a grande maioria dos trabalhos de parto tem chance de transcorrer sem complicações, e está claro que o bom senso na condução do trabalho de parto foi completamente eclipsado pela aplicação de rotina da intervenção obstétrica ao trabalho de parto normal, resultando em um número crescente de partos fórceps e operações cesarianas. Em muitos países do Primeiro Mundo, a maioria dos bebês nasce sob fórceps, indução, ou ambos, e a taxa de cesarianas chega a alcançar altos índices, como 30%. Nos Estados Unidos, aproximadamente um em cada quatro partos (25%) termina em cesariana, o que reflete um aumento de 400% nos últimos 20 anos. Em alguns hospitais, chegamos a ter um terço de cesarianas, e em alguns grandes hospitais de ensino*

---

<sup>264</sup> *O Estado*, 7 jun. 1994.

<sup>265</sup> Sobre este movimento, ver BALASKAS, Janet. *Parto ativo: guia prático para o parto natural*. Trad.: Adailton Salvadore Meira. São Paulo: Ground, 1993.

*as taxas atingem 60%. (...) No entanto, o uso rotineiro da condução obstétrica, tende a complicar o parto desnecessariamente.*<sup>266</sup>

Mas não posso deixar de ponderar, que contra essa “complicação desnecessária” e a falta de um ambiente mais acolhedor para o momento do parto, muitas vezes tem se levantado. Assim assistimos a uma tentativa de retorno ao parto domiciliar, amplamente difundido em alguns países como a Holanda por exemplo, onde as pessoas tem o amparo de um estruturado sistema de saúde, ou como no Brasil, com custos privados, associado a uma classe média, geralmente intelectualizada. Aqui mesmo em Florianópolis, o Dr. Pedro Schmidt, o “Pedrão” da Lagoa, realiza partos domiciliares, por acreditar que o parto é “puro instinto” e que a interferência médica deve ser mínima.<sup>267</sup> Lembra também que a maioria de suas clientes era estrangeira ou possuía nível superior de escolaridade. Esse é o caso da Eliana, uma enfermeira que recusou a ter seu terceiro filho no hospital, pois

*Cansou de ver coisas que a desagradaram nas salas de parto: profissionais apressados, tratamento impessoal, condutas que deixam muito a desejar. Ela própria escapou por pouco de uma cirurgia desnecessária, no primeiro filho. O médico dizia que sua bacia era muito estreita e ela é quem teve de convencê-lo de que era capaz de ter um parto normal. No segundo, o medo de ser mal-atendida era tanto, que só foi para o hospital na última hora, o nenê quase nascendo no caminho.*<sup>268</sup>

Um elemento importante a ser realçado é o do controle médico. É significativa a discussão de Eliana com o seu médico no sentido de convencê-lo da sua capacidade em ter um parto normal. O não respeito às opiniões da parturiente, o que leva a um não reconhecimento sobre seu corpo e suas

---

<sup>266</sup> BALASKAS, J., op. cit., p. 26-27.

<sup>267</sup> Palestra proferida em 6 out. 1993, na Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC) com o título “Parto Natural”.

sensações é outro ponto a ser levantado. Porém penso que isto está inserido num espectro mais amplo, pois quem de nós já não saiu de um consultório médico ou de um hospital, indignados com a prepotência médica ou com um diagnóstico realizado à revelia de nossa percepção? Como coloca Kitzinger, “o próprio termo ‘paciente’ está relacionado com ‘passividade’; o paciente é uma pessoa a quem é feita qualquer coisa.”<sup>269</sup>

Deste modo, enquanto pacientes, nos submetemos a todo tipo de procedimentos, intervenções, diagnósticos, à indústria farmacêutica, às campanhas do Estado e a seus dispositivos legais. Em consequência, impingimos a outras sociedades e culturas, a nossa maneira, ilusória e frágil, de minimizar a dor e a morte, gerando uma dependência com a qual não podemos lidar.

Illich, ao fazer uma breve explanação sobre as elaborações que cada cultura faz sobre a saúde, e como ela fornece respostas e armas para o combate entre a vida e a morte, constata que:

*A eliminação da dor, da enfermidade, das doenças e da morte é um objetivo novo que jamais tinha servido, até o presente, de linha de conduta para a vida em sociedade. É o ritual médico e seu mito correspondente, que transformaram a dor, a enfermidade e a morte, experiências essenciais a que cada um deve se acomodar, em uma seqüência de obstáculos que ameaçam o bem estar e que obrigam cada um a recorrer sem cessar a consumos cuja produção é monopolizada pela instituição médica. O homem, organismo fraco mas provido do poder de recuperação, se torna mecanismo frágil submetido a constante reparação; daí a contradição que opõe a civilização médica dominante a cada uma das culturas tradicionais com a qual se vê em confronto logo que rompe, em nome do progresso, nos campos ou nos países supostamente subdesenvolvidos.*<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> VIEIRA, Isabel. Nascer em casa. *Cláudia*, São Paulo, p. 92-98, fev. 1992. p. 94.

<sup>269</sup> KITZINGER, Sheila. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1978. p. 114.

<sup>270</sup> ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nemêsis da medicina*. Trad.: José Kosinski de Cavalcanti. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975 ©. p. 123

Dessa maneira, desprovidos de saberes e significados, nos tornamos frágeis e dependentes, a mercê das “verdades” transitórias da ciência médica. No contexto do parto e da maternidade, assistimos a uma tentativa também, de humanização das maternidades, da volta ao parto normal, dos programas para treinamento e parteiras práticas em regiões carentes, como agentes de saúde, mas tudo isso ainda tem seu lado perverso. Nas maternidades ainda prevalece a imposição do médico e do corpo técnico, e as mulheres não possuem poder decisório sobre a experiência pela qual estão passando. Além do que, as campanhas que clamam por uma maior naturalidade na relação mãe-parto-bebê, possuem, na maior parte das vezes, a face da violência e não da sensibilidade ou melhor, do livre-arbítrio. Cito como exemplo o aleitamento materno, tão propalado hoje em dia, mas que gera, em muitas mulheres, o sentimento de que, se não amamentarem, por vontade própria ou por uma impossibilidade, não são suficientemente boas mães, por estarem prejudicando o desenvolvimento dos bebês.

Em relação ao treinamento das parteiras práticas, existe uma preocupação em atingir padrões de saúde requeridos por governos e órgãos mundiais, mas não necessariamente, promove-se um intercâmbio de experiências. Numa reportagem sobre o treinamento de parteiras no Peru, a enfermeira supervisora dos postos de saúde e das parteiras, disse que:

*Não faria sentido criar um conflito entre os dois sistemas: os modernos e científicos serviços de saúde e a medicina tradicional. Assim, foi preciso que o nosso sistema “conquistasse” parteiras como a Sra. Curaci. Procuramos identificar-nos com elas e compreender seus problemas. Desse modo, elas confiam em nós, os responsáveis pelos serviços de saúde.*<sup>271</sup>

---

<sup>271</sup> BLAND, John. De “comadre” a parteira. *A Saúde do Mundo*, Brasil, p. 24-26, jul. 1978. p. 26.

Identificar seus problemas, não significa escutá-las, mas, como aparece em outro trecho, “corrigir” seus procedimentos. Em outra reportagem, sobre o lançamento em 1991, pelo Ministério da Saúde do Brasil, do “Programa Nacional de Parteiras Tradicionais”, percebemos um excessivo número de percentagens a serem atingidas. A nota inicia assim:

*O país está entrando na era da modernidade, mas milhões de mulheres estão parindo sem qualquer assistência médica, exatamente como acontecia séculos atrás, entregues nas mãos de parteiras tradicionais.*<sup>272</sup>

O que chama a atenção, é que não sabemos se isto é positivo ou negativo, no decorrer do texto, porque em nenhum momento existem dados comparativos. Os números referem-se unicamente a metas a serem atingidas, como “*somente 15% das mulheres entram em trabalho de parto bem assistidas ( instrumentação e condições de higiene)*”, e espera-se “*que as novas parteiras melhorem essa taxa para 80%*”, ou que “*25% das gestantes não tem atendimento pré-natal*” e que “*no Nordeste, o índice chega a 52%*”. Por isso “*só agora o governo está valorizando as parteiras*”, só que esta valorização consiste em cursos de reciclagem e formação, e na distribuição de mochilas com o equipamento necessário. Na realidade, elucidativa é a expectativa do Ministério da Saúde em relação ao Programa de Parteiras: retirar o Brasil do primeiro lugar no tocante às cesarianas. Além de ser uma intervenção cara aos cofres públicos, “*a OMS recomenda apenas 20% de cesáreas*”, o que demonstra a preocupação com a imagem do país junto a um órgão da ONU, e a todo um grupo de países dos quais o Brasil depende financeiramente. Interessante também é o reconhecimento de que, o resultado dessa prática “*é uma alta taxa de mortalidade, que o*

---

<sup>272</sup> FROSSARD, Nai. Governo cria programa para treinamento de parteiras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 set. 1991.

*Ministério pretende reduzir.*” Então, não somente a prática das parteiras pode ser culpabilizada por estes índices.

Como já havia enunciado no início desse texto, pretendi “espalhar” um pouco de “brasas” sobre essa temática na atualidade. Por certo, o leitor deve ter se deparado com várias peças de um quebra-cabeça ao ler estas considerações. Porém a intenção era mostrar, que concomitante a desqualificação e a desautorização de certas experiências - do parto e das parteiras - observou-se um fortalecimento de uma prática normatizada e normalizada pela intuição médico-hospitalar. Ou seja, o parto e as parteiras passaram a ser “sujeitados” a este saber e para tanto, precisam seguir suas regras e prescrições, sem possibilidades de troca. Mas ao mesmo tempo, ao vermos “antigos” procedimentos sendo retomados, percebemos que o aparente “progresso” e os ditos “avanços”, não são suficientes para justificar o triunfo incontestável deste saber médico-científico que tão bem conhecemos. Como sintetiza Germaine Greer, *“o parto foi transformado, passando de um momentoso evento pessoal e social para um fenômeno médico, de uma provação heróica para uma experiência sem sentido e caótica; (...).”*<sup>273</sup>

Ao voltarmos nosso olhar para certos tempos e espaços pretéritos, descobrimos uma prática da parturição “personalizada” (todavia independente da condição social das parturientes), que incluía, além de certos procedimentos necessários, palavras de conforto, cuidados especiais com a mãe e o bebê, um ambiente repleto de significados à parturiente, além de outras pessoas que auxiliavam, consolavam, rezavam, compartilhavam e principalmente “consideravam” o seu sofrimento. Ao caminhar pelo cemitério de Treze de Maio, e identificar em suas lápides o nome de algumas parteiras, senti saudades de pessoas e situações as quais não vivi, mas cujo vínculo, contudo, foi estabelecido e tornou-se possível, por meio das lembranças, das “revisitas” das minhas

depoentes. Sentada num cantinho daquela cidadela silenciosa, lamentei sobre a impossibilidade de ouvir as pessoas que ali estavam. Lembrei-me novamente de Benjamin e da extinção da narrativa preconizada por ele, porque está calcada na faculdade de intercambiar experiências<sup>274</sup>, levando-me a refletir sobre o quanto essa constatação era verdadeira em relação ao contato entre a medicina e a prática das “minhas” parteiras.

Ao voltar para minha casa, atento para uma certa movimentação da vizinhança, e descubro que mais um bebê nasceu. Ao visitar a parturiente, um ruidoso burburinho pode ser ouvido da sala de visitas. A experiência do parto se deu num ambiente hospitalar, mas para meu deleite, lá está a vizinhança novamente a comungar saberes, a passar receitas, a tranquilizar a mãe, a acalantar a criança. De repente me dou conta que no meu próprio grupo de convívio, já presenciei ou ouvi cenas desse tipo, ou seja, o instante do parto tornou-se aparentemente desprovido de significados, porém a sociabilidade que o sucede, este outro momento de troca de experiências, teima em resistir.

A força avassaladora através da qual o discurso e o saber médico tornaram-se soberanos, esvaziou algumas de nossas experiências e produziu efeitos colaterais com os quais nem mesmo ele consegue lidar. Contudo, é na reafirmação da nossa autonomia em intercambiar experiências que talvez consigamos prover de sentidos e significados muitas delas, e quem sabe assim, possamos nos sentir minimamente livres para fazermos nossas opções.

---

<sup>273</sup> GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Trad.: Alfredo Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 30.

<sup>274</sup> Benjamin, W., op. cit., p. 197-198.

## **FONTES UTILIZADAS**

### **FONTES ORAIS**

BARDINI, Anita Carara. São Roque, 22 maio 1994.

FEUERSCHUETTE, Veronica Kuhnen. Tubarão, 4 nov. 1994.

FONTANA, Amábile Carara Bez. Treze de Maio, 21 maio 1994.

FONTANA, Felícia Dandolini Bez. São Gabriel, 6 set. 1993.

GUAREZI, Irma Réchia. Treze de Maio, 19 fev. 1995.

JESUS, Robertina Machado de. Santa Cruz, 22 mar. 1995.

NANDI, Irene Menegaz. Treze de Maio, 9 maio 1995.

SILVA, Maria Ana da. Rio Vargedo, 10 maio 1995.

VITORASSI, Idalina Vettoretti. Morro das Pedras, 23 mar. 1995.

### **DEPOIMENTOS NÃO GRAVADOS**

BITTENCOURT, Nilton. Tubarão, maio 1994.

Dna. Pedra, filhas e noras. Vila Maria, abr. 1993.

FONTANA, Aulina Dandolini. Treze de Maio, 1995.

FONTANA, Germano Bez. Maio, 1994.

PREVE, Elizabeth Hoepers. Vila Maria, abr. 1993.

RÉCHIA, Eulália Brolesi. Treze de Maio, mar. 1994.



VETTORETTI, Amadio. Tubarão, abr. 1994.

## **FONTES IMPRESSAS**

*Correio do Povo*, Tubarão, 16 jul. 1955.

*O Estoque*, Tubarão, 12 out. 1910.

*A Imprensa*, Tubarão, de 1940 a 1954.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980 ©.

BALASKAS, Janet. *Parto ativo: guia prático para o parto natural*. Trad.: Adailton Salvadore Meira. São Paulo: Ground, 1993.

BARDINI, Antônio. *A cruz centenária: 1894 - 1994*. [S.l.: s.n.], [198-].

\_\_\_\_\_. *Conhecer para Amar: a primeira colonização de Pedras Grandes e do Sul de Santa Catarina*. [S. l.: s.n.], [198-].

BARRAN, José Pedro et al. (dir.). *Historias de la vida privada en el Uruguay*. Uruguay: Taurus, [19--].

- BASTOS, Maria Gorete de Menezes. Representações e práticas ligadas ao parto de índios residentes na cidade de São Gabriel da Cachoeira(AM). In: BUCHILLET, Dominique (org.). *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*.
- BECK, Anamaria. *Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras*. (mimeo), s/d.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, [198-]. (1ª. ed. 1985).
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: rua de mão única*. V. 2, 2ª.ed. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1ª.ed.).
- BIFF, Claudino. *Morro da Fumaça e sua Divina Humana Comédia*. Tubarão: [s.n.], [19—].
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1987.
- BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./ jun. 1991.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Medicina: médicos e charlatães do passado. *Arquivos Catarinenses de Medicina: edição cultural*, Florianópolis, v. 1, ano 1, abr. 1977.
- CADDORIN, Jonas. “Nova Trento, outra vez...” Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.
- CANESQUI, Ana Maria e QUEIROZ, Marcos de Souza. Contribuições da Antropologia à Medicina: uma revisão de estudos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n. 20, p. 141-151, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DALL’ALBA, João Lenoir. *Pioneiros nas Terras dos Condes, História de Orleans*. Orleans: [s.n.], 1971.

- \_\_\_\_\_. *O Vale do Braço do Norte*. Orleans: Ed. do Autor, 1973.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Cultura do Povo: sociedade e cultura no Início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- \_\_\_\_\_, Mary (org.) . *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos femininos: perspectiva histórica e Hermenêutica do cotidiano. In: *Uma questão de gênero*. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini (org.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- EHRENREICH, Barbara e ENGLISH, Deirdre. Brujas, comadronas y enfermeras - história de las sanadoras. In: *Cuadernos inacabados*. Trad. Para o espanhol: Mireia Bofill e Paola Lingua. Barcelona, laSal ediciones de les dones, 1984.
- FAJARDO, Elias. A boa hora das parteiras. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n. 165, p. 16-17, set. 1993.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências - Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul - 1875/1950*. Porto Alegre, 1994, Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FERREIRA, Joaquim Vieira. *Azambuja e Urussanga*. Niterói: Oficinas Gráficas do diário Oficial, 1939.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A Farra do Boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- \_\_\_\_\_. Entre a casa e a rua. Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. Mimeografado.

- FONTANA, Germano Bez. *História de minha vida: memórias, imigração e outros fatos*. Florianópolis: Agnus, 1998.
- FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. vol. 4. Trad.: Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad.: Roberto Machado. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- FROSSARD, Nai. Governo cria programa para treinamento de parteiras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 set. 1991.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Trad.: Alfredo Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CADENAS GORDILLO, Bárbara e PONS BONALS, Leticia. O Trabalho das Parteiras em Comunidades Indígenas Mexicanas. In: AMADO, T. e COSTA, A.O. (org.) *Alternativas Escassas: Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC - Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras - Santa Catarina 1875-1900*. Trad.: Solange Ugo Luques e Ciro Mioranza. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nemêsis da medicina*. Trad.: José Kosinski de Cavalcanti. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975 ©.

- KITZINGER, Sheila. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. 5ª. ed. Trad.: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico, 1294 - 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LEAL, Ondina Fachel (org.). *Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, 1989, Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- MARQUES, Mons. Agenor Neves. *Imigração Italiana - Edição comemorativa do Centenário de Urussanga*. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978.
- MARZANO, Pde. Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Trad.: Pde. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MELO, Victor Hugo de. *Evolução histórica da obstetrícia: a marginalidade social das parteiras e da mulher*. Belo Horizonte, 1983. Dissertação (Mestrado em Ginecologia e Obstetrícia) - Setor(?), Universidade Federal de Minas Gerais.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 13, n. 25/26, p. 55-65, set. 92/ago. 93.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista de Estudos Feministas*, n.1,1994.

\_\_\_\_\_. *A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico*. Texto apresentado no Encontro Nacional da ANPUH, Belo Horizonte, 1997.

OSTETTO, Lucy Cristina. *Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os*. Nova Veneza: 1920-1950. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEDRO, Joana Maria. *A criminalização de práticas abortivas*. Trabalho apresentado ao Fazendo Gênero III: Gênero e Saúde, Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.2, p. 35-44, 1994.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. Trad.: Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago./ set. 1989.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (org.). *História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. vol. 5. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995.

SAMUEL, Raphael. História local e História oral. *Revista Brasileira de História: História em quadro-negro*. São Paulo, v.9, n.19. p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

- SCAVONE, Lucia. As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, p. 37-49, ago. 1985.
- SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. *Maternidade: Dilema entre Nascimento e Morte*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TORNQUIST, Carmen Susana. *Mães em novas mãos: modernização e maternidade entre grupos populares ilhéus*. Trabalho apresentado ao Fazendo Gênero III: Gênero e Saúde, Florianópolis, 1998.
- TOSCAN, Ignês. *Os anos da grande fadiga = Gli anni della grande fatica*. Florianópolis: Bernúncia, 1997.
- VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: das origens ao século XX.* Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: edições 70, 1987.
- VIEIRA, Isabel. Nascer em casa. *Cláudia*, São Paulo, p. 92-98, fev. 1992.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *As Mulheres da Colônia Blumenau - Cotidiano e Trabalho (1850 - 1900)*. São Paulo, 1991, Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.2, p. 5-15, 1994.

ZUMBLICK, Walter. *Este meu Tubarão*. Tubarão: [s.n.], 1974.